



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - 42ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.2 - 13ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura – Destinada à Realização do Ciclo de Debates Rumo à Rio+20
- 1.3 - 14ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura – Destinada à Realização do Ciclo de Debates Rumo à Rio+20
- 1.4 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

- 2.1 - Plenário
- 2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATA



ATAS

ATA DA 42ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 6/6/2012

Presidência do Deputado Inácio Franco

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 3.238 a 3.249/2012 - Requerimentos nºs 3.237 a 3.252/2012 - Comunicações: Comunicações da Comissão de Esporte e do Deputado Vanderlei Miranda - Discursos dos Deputados Duarte Bechir e Sargento Rodrigues - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Fabiano Tolentino, Duarte Bechir, Sargento Rodrigues e Rômulo Viegas - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Acordo de Líderes; Decisão da Presidência - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - 2ª Fase: Questões de ordem; chamada para a recomposição do número regimental; inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e a Deputada:

José Henrique - Inácio Franco - Alencar da Silveira Jr. - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bruno Siqueira - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Délio Malheiros - Doutor Viana - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Ivair Nogueira - João Leite - Lafayette de Andrada - Luiz Henrique - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Paulo Lamac - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Tiago Ulisses.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Inácio Franco) - Às 14h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte
1ª Fase (Expediente)
Ata

- O Deputado Fábio Cherem, 2º-Secretário “ad hoc”, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Fase (Grande Expediente)
Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - Não havendo correspondência a ser lida, a Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 3.238/2012

Obriga os fabricantes ou importadores de material explosivo a adotarem mecanismo de identificação que permaneça intacto após o processo de detonação.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Os fabricantes ou importadores de material explosivo, de qualquer tipo, ficam obrigados a adotar mecanismos de identificação do produto que permaneçam intactos após o processo de detonação.

Parágrafo único - As definições de explosivo, identificação e processo de detonação, para os efeitos desta lei, são as constantes na legislação federal específica.

Art. 2º - O descumprimento do disposto nesta lei sujeita o infrator a multa não inferior a 100 Ufemgs (cem Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais), graduada de acordo com a gravidade da infração, a vantagem auferida e a condição econômica do fornecedor.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 6 de junho de 2012.

Anselmo José Domingos

Justificação: A utilização de explosivos contrabandeados para destruir e roubar caixas eletrônicas em todo o País é uma atividade que vem se intensificando, principalmente pela ausência de controle e regulamentação sobre as condições de distribuição, produção e identificação desses produtos perigosos.

Sabe-se que o Estado de Minas Gerais possui intensa atividade mineradora que contribui para a expansão da indústria de explosivos. Essa atividade, que exige conhecimentos técnicos e preparação específica para o manejo desse produto perigoso, não gera, em princípio, nenhum risco para a população. Entretanto, quando há o contrabando por quadrilhas, há grave perigo para a vida das pessoas e também para a segurança pública, considerando sua utilização criminosa para o roubo de caixas eletrônicas e agências bancárias, que constitui uma nova modalidade de crime que vem se instalando em todo o País.

Nesta perspectiva, a criação de mecanismo que permita a identificação eficaz da origem do material, mesmo após sua explosão, tem como objetivo responsabilizar o consumidor do produto com base em sua participação no roubo de explosivos.

Recente levantamento realizado pelo Exército apontou que o crescimento do roubo desse material aumentou em 170% entre 2009 e 2010, no Brasil. Esse material possui ampla disseminação nas diversas regiões do Estado e até do País, sendo difícil identificar sua origem, e a falta de controle sobre ele facilita e estimula as quadrilhas que roubam e realizam o contrabando de explosivos.

Nestes termos, com o objetivo de aprimorar a segurança pública, conto com a aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Segurança Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.239/2012

Declara de utilidade pública a Ong Veredas de Minas, com sede no Município de Sabará.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Ong Veredas de Minas, com sede no Município de Sabará.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 6 de junho de 2012.

Célio Moreira

Justificação: O objetivo deste projeto de lei é declarar de utilidade pública a ONG sem fins lucrativos que tem por finalidade celebrar convênios com entidades privadas e públicas com intuito de desenvolver projetos na área do meio ambiente, promover capacitação de pessoas com nível técnico para dar rotinas e trabalho de campo, viabilizar projeto de recomposição florestal e outros.

No desenvolvimento de suas atividades, não faz distinção alguma quanto a religião, cor, sexo, condição social das pessoas assistidas e atende com observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência.

Insta pontuar que a associação encontra-se em pleno e regular funcionamento há mais de um ano, sendo sua diretoria constituída de pessoas idôneas e não remuneradas pelas funções que exercem, atendendo, desta forma, os requisitos legais.

Por ser justo, espero contar com o apoio dos nobres pares.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Meio Ambiente, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.



PROJETO DE LEI Nº 3.240/2012

Declara de utilidade pública o Asilo São Vicente de Paulo, com sede no Município de Extrema.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Asilo São Vicente de Paulo, com sede no Município de Extrema.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 6 de junho de 2012.

Dalmo Ribeiro Silva

Justificação: O Asilo São Vicente de Paulo, com sede no Município de Extrema, é uma associação civil de direito privado, filantrópica, sem fins lucrativos, de caráter organizacional, de prazo indeterminado. Tem por finalidade a prática da caridade cristã no campo da assistência social e da promoção humana, visando especificamente manter estabelecimento destinado a assistir e abrigar pessoas idosas de ambos os sexos; proporcionar aos assistidos a preservação da sua saúde física e mental, bem como assistência material, moral, intelectual, social e espiritual em condições de liberdade e dignidade.

A sua diretoria é constituída por pessoas de reconhecida idoneidade, que realizam atividades voluntárias.

Por sua importância e por atender aos requisitos previstos na Lei nº 12.972, de 1998, que dispõe sobre a declaração de utilidade pública, contamos com o apoio de nossos nobres pares à aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.241/2012

Declara de utilidade pública a Associação da Escolinha Infantil Pedacinho do Céu, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação da Escolinha Infantil Pedacinho do Céu, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 6 de junho de 2012.

Doutor Viana

Justificação: A Associação da Escolinha Infantil Pedacinho do Céu, com sede no Município de Belo Horizonte, fundada em 16/11/2004, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e com duração por tempo indeterminado.

Tem por objetivos o amparo e o bem-estar das crianças carentes da região, proporcionando acompanhamento social, psicológico, psicopedagógico, saúde, lazer e cultura, entre outros.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.242/2012

Regulamenta o art. 16, I, da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, estabelecendo restrições ao trânsito e à permanência de menores de 18 anos nos locais que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - É proibido ao menor de dezoito anos desacompanhado de mãe, pai ou responsável, no período das vinte e três horas e trinta minutos às cinco horas:

I - transitar ou permanecer nas ruas;

II - entrar ou permanecer em:

a) restaurante, bar, padaria, lanchonete, café ou estabelecimentos similares;

b) boate, danceteria ou estabelecimentos similares;

c) "lan house", casa de jogos, fliperamas ou estabelecimentos similares;

d) outros locais de frequência coletiva.

Parágrafo único - Para os fins do disposto nesta lei, considera-se responsável pelo menor o parente colateral do menor até o terceiro grau e o ascendente.

Art. 2º - É dever dos pais ou responsáveis legais zelar pelo cumprimento do disposto no art. 1º desta lei, e sua não observância poderá ensejar a caracterização de ameaça ou violação de direitos dos menores de dezoito anos, nos termos do art. 98, II, da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Art. 3º - O menor de dezoito anos que se encontrar em desconformidade com as disposições desta lei será encaminhado, por medida de proteção, ao Juizado da Infância e da Juventude para fins de aplicação da medida de proteção cabível, nos termos dos arts. 98 e 101 da Lei Federal nº 8.069, de 1990.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 6 de junho de 2012.

João Leite

Justificação: O projeto de lei que se apresenta tem como objetivo regulamentar o art. 16, inciso I, do Estatuto da Criança e do Adolescente. A finalidade da proposição é a proteção da criança e do adolescente, trazendo limitações quanto à sua presença, desacompanhados, em locais que impliquem riscos ao seu desenvolvimento saudável e à sua integridade física e psíquica.



A competência do Estado para tratar do tema encontra-se disposta no art. 24, inciso XV, da Constituição Federal, visto que a competência para legislar sobre a proteção à infância e à juventude é concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal. Sendo assim, nos termos do § 2º do art. 24 do Texto Constitucional, cabe à União Federal editar as normas gerais, e aos Estados membros suplementá-las.

A proposição em questão, levando em consideração as realidades regionais, pretende suplementar as regras do Estatuto da Criança e do Adolescente, visando unicamente conferir mais proteção ao indivíduo em formação.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e do Trabalho para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.243/2012

Estabelece tempo máximo de espera para a venda de ingressos em eventos culturais, artísticos, religiosos, esportivos e de lazer realizados no Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Ficam os estabelecimentos responsáveis pela promoção de eventos culturais, artísticos, religiosos, esportivos e de lazer, de caráter público ou privado, realizados no Estado por meio de aquisição onerosa de ingressos, obrigados a disponibilizar pessoal suficiente para que o atendimento na venda de ingressos seja efetivado no tempo máximo de 20 (vinte) minutos de espera.

Parágrafo único - O disposto nesta lei se aplica tanto à venda no local do evento quanto aos pontos de venda instalados em outras localidades, ainda que em Municípios diversos, respeitado, em todo o caso, o horário de funcionamento do setor de vendas, previamente divulgado pelo estabelecimento responsável pelo evento.

Art. 2º - O controle do atendimento caberá exclusivamente ao estabelecimento responsável pelo evento, mediante a emissão de senhas distribuídas na fila aos interessados na compra do ingresso ou por outro meio admissível de prova, cabendo ao estabelecimento efetivamente comprovar o cumprimento desta lei em face da inversão do ônus da prova em favor do consumidor.

Art. 3º - A infração às disposições desta lei acarretará ao infrator multa no valor de 300 Ufemgs (trezentas Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais) por autuação, aplicada em dobro em caso de reincidência contra o mesmo consumidor, a ser aplicada pelos órgãos de defesa do consumidor, sem prejuízo das disposições do Código de Defesa do Consumidor, cabendo aos órgãos de defesa do consumidor a fiscalização do cumprimento das disposições desta lei.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 6 de junho de 2012.

Leonardo Moreira

Justificação: A relação de consumo estabelecida entre a empresa promotora de um “show” ou outro tipo de evento e o seu público-alvo não pode ficar à mercê da boa vontade do empresário, sendo absurda a demora na fila para a aquisição de ingressos de alguns eventos de grande porte em nosso Estado. Mesmo atividades simples, como ir ao teatro ou ao cinema, podem se tornar um grande transtorno, pois muitas vezes nos deparamos com uma injustificada demora no atendimento para compra de um simples ingresso, sem ter com quem reclamar ou mesmo um instrumento hábil para coibir tal tipo de conduta contra os direitos do consumidor.

Dessa forma, esta proposição visa instrumentalizar o consumidor contra esses abusos, não para que este obtenha algum tipo de vantagem, mas sim para que o estabelecimento se sinta desestimulado a tratar com desrespeito seu público-alvo. O objetivo não é premiar o consumidor e sim punir a infração contra ele cometida pelo estabelecimento, razão pela qual conto com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação desta proposição.

- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pela Deputada Liza Prado. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 3.208/2012, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.244/2012

Determina que todos os veículos que transportem produtos inflamáveis, radioativos, explosivos, tóxicos ou contaminados no Estado sejam equipados com rastreadores e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica instituída a obrigatoriedade de que todos os veículos que transportem, no Estado, produtos inflamáveis, radioativos, explosivos, tóxicos ou contaminados sejam equipados com rastreadores.

Parágrafo único - Os veículos oriundos de outros Estados da Federação deverão apresentar às autoridades competentes documentação que comprove que se encontram equipados com os rastreadores a que se refere o “caput” deste artigo.

Art. 2º - A instalação do equipamento citado no art. 1º desta lei respeitará as normas técnicas exigidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT – e será custeada pela própria empresa.

Art. 3º - O condutor do veículo deverá ter qualificação técnica e treinamento comportamental para transporte e manuseio do produto inflamável, radioativo, explosivo, tóxico ou contaminado.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 6 de junho de 2012.

Leonardo Moreira

Justificação: O transporte de produtos perigosos tem aumentado consideravelmente nos últimos anos devido à expansão da indústria química, sendo que a maioria da distribuição se dá por meio do transporte rodoviário.

O aumento da produção desse tipo de produto é notório, porém a infraestrutura utilizada para seu transporte não segue o mesmo ritmo. Diariamente circulam centenas de carros e caminhões transportando produtos inflamáveis, radioativos, explosivos, tóxicos ou



contaminados. Em caso de acidentes, alguns podem provocar apenas irritações de pele, mas outros chegam a causar deformações físicas, sem contar o estrago ao meio ambiente, já que, dependendo do produto, o dano pode ser irreversível.

Os acidentes com produtos perigosos podem acontecer na produção, no armazenamento e na utilização final do produto. Porém, o transporte é a fase que mais preocupa, pois um dos principais fatores que aumenta o risco do transporte de cargas ainda é a falha humana. Isso porque muitos motoristas recebem treinamento para dirigir, mas não sabem como agir em caso de acidentes.

Para esses tipos de produtos, existem alguns procedimentos importantes a serem adotados que podem ser decisivos para evitar acidentes mais graves. Outros fatores de risco são as estradas mal cuidadas, os veículos com falta de manutenção, a ausência de equipamentos de emergência, os veículos com mais de cinco anos, etc.

Cumprir todas as leis e decretos, além de padrões, pode parecer muita burocracia, mas é essencial para transportar com segurança. O desafio para indústrias, governo, transportadoras e motoristas é criar um gerenciamento de risco eficiente que chegue a nível zero de acidentes e sinistros.

Por lei o motorista tem que estar preparado para fazer o primeiro acionamento, pois, dependendo da carga, é muito alto o risco de explosão. O mais importante é minimizar adequadamente o risco, pois determinado tipo de produto químico tem que resfriar em caso de acidente, e há outros produtos que, em contato com a água, podem gerar explosão. Dependendo da situação, o raio de explosão é tão forte que nem o motorista se salva.

Em relação ao gerenciamento de risco, devem ser levados em consideração os valores agregados da mercadoria transportada, o perfil do profissional que irá dirigir o veículo, as rotas que serão utilizadas, o equipamento de rastreamento embarcado, o rotograma, as paradas definidas durante o percurso e as áreas de risco existentes ao longo da rota relativa a cada embarque.

Para minimizar sinistros e incentivar as formas corretas de transporte de cargas perigosas, as gerenciadoras devem atuar na prevenção, principalmente em relação ao motorista, que passa a ser um profissional mais qualificado. A imagem da empresa que ele representa, os patrimônios envolvidos na operação, sua vida e a de terceiros, além da conscientização em relação ao meio ambiente, estão sob a responsabilidade do motorista.

Tomamos conhecimento, no mês passado, do roubo de um veículo que transportava um perigoso e danoso equipamento radioativo e que não possuía nenhum sistema de rastreamento, o que levou a polícia, a defesa civil e tantos outros órgãos a ficar em alerta máximo devido ao risco de esse equipamento ser aberto e ocasionar a morte e a contaminação de um número elevado de pessoas.

Com o equipamento de rastreamento instalado em todos os veículos de transporte de cargas perigosas, como carros, caminhões e carretas, mesmo em caso de sinistro, a localização desses veículos será feita e as devidas providências poderão ser tomadas pela polícia e pela equipe técnica para resgatarem o equipamento ou a referida carga sem danos ou qualquer tipo de contaminação e desastre.

Conto com o apoio de meus nobres pares na aprovação deste projeto de lei.

- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo Deputado Celinho do Sinttrocel. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 3.181/2012, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.245/2012

Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização de provadores adaptados à pessoa com deficiência nos estabelecimentos comerciais que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Os estabelecimentos comerciais localizados no Estado, notadamente os dedicados ao comércio de artigos de vestuário em geral, ficam obrigados a disponibilizar provadores adaptados à pessoa com deficiência.

Art. 2º - Os estabelecimentos comerciais disporão do prazo de seis meses para se adequarem ao disposto no art. 1º.

Art. 3º - A inobservância desta lei sujeitará o estabelecimento infrator às penalidades da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 6 de junho de 2012.

Neilando Pimenta

Justificação: Conforme assegura a nossa Carta Magna em seu art. 23, inc. II, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência. Por seu turno, o art. 24 garante competência aos Estados e ao Distrito Federal para legislar concorrentemente com a União sobre a proteção e a integração social das pessoas portadoras de deficiência.

E no cumprimento desse mister, as Leis Federais nºs 7.853, de 24/10/89, e 10.098, de 19/12/2000, garantem o apoio do poder público às pessoas portadoras de deficiência, com vistas a garantir-lhes condições para que possam exercer os seus direitos básicos, inclusive aqueles que proporcionem o seu bem-estar pessoal, em especial no que se refere à questão da acessibilidade.

Trata-se, pois, justamente do assunto abordado por este projeto de lei, por meio do qual se pretende obrigar os estabelecimentos comerciais dedicados ao comércio de artigos de vestuário em geral, a disponibilizarem às pessoas com deficiência provadores devidamente adaptados, facilitando o acesso e ofertando maior conforto e segurança, proporcionando-lhes, por conseguinte, melhoria em sua qualidade de vida.

Por todo o exposto, conto com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto de lei.

- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pela Deputada Maria Tereza Lara. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.796/2012, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.246/2012

Declara de utilidade pública a Caixa Escolar da Escola Estadual de 1º e 2º Graus Ordem e Progresso, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Caixa Escolar da Escola Estadual de 1º e 2º Graus Ordem e Progresso, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 6 de junho de 2012.

Sargento Rodrigues

Justificação: A Caixa Escolar da Escola Estadual de 1º e 2º Graus Ordem e Progresso, fundada em 15/6/77, é uma entidade civil sem fins lucrativos, políticos ou religiosos e de utilidade pública que adota os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade e da eficiência. Com duração por tempo indeterminado, a entidade tem sede e foro em Belo Horizonte.

A Caixa Escolar da Escola Estadual de 1º e 2º Graus Ordem e Progresso tem por objetivos básicos, entre outros, gerenciar os recursos financeiros destinados às ações do processo educativo, assegurando que todos eles sejam revertidos em benefício do aluno; promover, em caráter complementar e subsidiário, a melhoria qualitativa do ensino e contribuir para o funcionamento eficiente e criativo da referida Escola por meio de ações que garantam sua autonomia pedagógica, administrativa e financeira.

A referida entidade, pelo que se infere da leitura dos documentos anexados ao processo, está em pleno e regular funcionamento desde 1977, sendo sua diretoria constituída de membros de reconhecida idoneidade moral, nada constando que desabone sua conduta. Outrossim, a entidade não remunera os membros de sua diretoria pelo exercício de suas funções, não distribui lucros, vantagens ou bonificações a dirigentes, associados ou mantenedores, sob nenhuma forma. Assim, por preencher os requisitos da Lei nº 12.972, de 1998, esperamos o apoio dos nobres pares para a aprovação do projeto ora apresentado.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.247/2012

Declara de utilidade pública a Associação Regional de Equoterapia - ARE -, com sede no Município de Teófilo Otôni.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Regional de Equoterapia - ARE -, com sede no Município de Teófilo Otôni.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 6 de junho de 2012.

Sargento Rodrigues

Justificação: A Associação Regional de Equoterapia, fundada em 3/11/2010, é uma associação civil, sem fins lucrativos, políticos ou religiosos e de utilidade pública, que adota os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, com duração por tempo indeterminado.

A Associação tem por objetivos a promoção gratuita da assistência social, da saúde e da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações que trata a Lei nº 9.790, de 1999; a promoção do voluntariado e a prestação de assistência terapêutica psíquica, física, social e educacional, visando promover o bem-estar e ajustamento à sociedade, mediante a prática da equoterapia.

A referida entidade, pelo que se infere da leitura dos documentos anexados ao processo, está em pleno e regular funcionamento desde 2010, sendo a sua diretoria constituída de pessoas de reconhecida idoneidade moral, nada constando que desabone sua conduta. Outrossim, a entidade não remunera os membros de sua diretoria pelo exercício de suas funções, não distribui lucros, vantagens ou bonificações a dirigentes, associados ou mantenedores, sob nenhuma forma. Assim, por preencher os requisitos da Lei nº 12.972, de 1998, esperamos o apoio dos nobres pares para a aprovação do projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.248/2012

Dispõe sobre o tempo de atendimento ao usuário nos caixas de hipermercados, supermercados ou congêneres e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Todos os hipermercados, supermercados ou congêneres no Estado ficam obrigados a manter, no setor de caixas, funcionários em número compatível com o de consumidores, de modo a permitir que cada um destes seja atendido em tempo razoável.

§ 1º - Considera-se tempo razoável para o atendimento ao usuário no setor de caixas:

I - até 10 (dez) minutos em dias normais;

II - até 20 (vinte) minutos, do dia 30 de cada mês até o dia 10 do seguinte.



§ 2º - O período de que tratam os incisos I e II deste artigo será delimitado pelos horários de ingresso e saída do usuário no recinto onde estiverem instalados os caixas.

§ 3º - Os estabelecimentos de que trata esta lei deverão afixar painéis próximos aos caixas informando sobre o número e assunto desta lei, com o telefone do órgão responsável pela fiscalização.

Art. 2º - A infração do disposto nesta lei acarretará ao estabelecimento comercial a aplicação das penalidades administrativas de:

I - multa;

II - suspensão da atividade, nos termos do art. 59 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, até que o órgão responsável receba, por escrito, dados comprobatórios de que o número de funcionários atendendo nos caixas tenha sido reajustado de modo a sanar a demora no atendimento.

Art. 3º - Os estabelecimentos referidos no art. 1º terão o prazo de noventa dias, contados a partir da data da promulgação desta lei, para adaptar-se às suas disposições.

Art. 4º - Esta lei poderá ser regulamentada para garantir a sua execução.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 6 de junho de 2012.

Arlen Santiago

Justificação: Este projeto de lei tem por objetivo disciplinar o tempo de atendimento ao usuário nos caixas de hipermercados, supermercados ou congêneres, haja vista que nos dias de hoje, muitas vezes, neles se formam filas intermináveis pelo simples fato de não haver número suficiente de funcionários para suprir a demanda de clientes.

Tal projeto é inspirado em legislação do Município de Araraquara (SP) que se encontra em vigor desde 29/3/2012, tendo sido bem aceita inclusive pelos supermercados, que garantiram que irão cumprir a regra contratando mais funcionários, sem o repasse do custo aos consumidores.

Também tramita em diversos outros Poderes Legislativos proposta de igual teor, inclusive na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

É necessário criarmos mecanismos para aumentar a qualidade do atendimento desses estabelecimentos, pois é inaceitável o tempo que diversas vezes as pessoas têm de gastar em filas, perdendo horas do seu dia para conseguir fazer suas compras.

Diante do acima exposto, tomo a iniciativa de apresentar este projeto, contando com o apoio de meus nobres pares para sua aprovação.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.249/2012

Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso e da manutenção periódica de filtro de cabine e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - É obrigatório o uso de filtro de cabine - filtro de ar-condicionado, antipólen, de partículas e retentor de sujeira - nos veículos de transporte intermunicipal de passageiros com ar-condicionado de propriedade das concessionárias, permissionárias ou autorizatárias do referido serviço no Estado.

Parágrafo único - A higienização do equipamento deverá ser realizada anualmente no momento da troca do filtro.

Art. 2º - Para a consecução dos objetivos desta lei, o Estado promoverá campanhas educativas com vistas à conscientização sobre a necessidade do uso do equipamento.

Art. 3º - A fiscalização do cumprimento das disposições desta lei e a aplicação de penalidades por infração dessas disposições constituem atribuições do órgão estadual competente, podendo o Estado realizar parcerias com os Municípios para atuação conjunta, mediante instrumento administrativo cabível.

Art. 4º - Somente serão objeto de concessão, permissão ou autorização de serviços de transporte intermunicipal de passageiros as empresas cujos veículos, comprovadamente, estiverem em conformidade com esta lei.

§ 1º - Se for constatada desconformidade ao disposto nesta lei ao longo do período de vigência do contrato, os veículos serão imediatamente recolhidos para manutenção corretiva.

§ 2º - Em se tratando de veículos pertencentes a prestadoras de serviços essenciais, o veículo retirado de circulação para manutenção será substituído imediatamente por outro que atenda a exigência.

§ 3º - O não cumprimento do disposto no § 2º sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa de R\$1.000,00 (mil reais) por veículo não substituído, na primeira reincidência;

III - multa em dobro na segunda reincidência;

IV - rescisão do contrato de prestação de serviço na terceira reincidência, não importando se a irregularidade foi constatada em veículo diverso daquele que gerou a penalidade anterior.

Art. 5º - O Estado exigirá que os veículos ostentem, em local visível, conforme definido em regulamento específico, um selo ou marca equivalente que indique a verificação da conformidade ao disposto nesta lei.

§ 1º - Os veículos de que trata esta lei serão objeto de avaliação anual, incluindo o período de troca do filtro e de higienização do equipamento.

§ 2º - As avaliações de que trata o § 1º deste artigo serão realizadas por agentes técnicos competentes.

Art. 6º - As permissionárias, concessionárias e autorizatárias terão o prazo de seis meses, a partir da publicação desta lei, para adequarem seus veículos às exigências nela estabelecidas.



Art. 7º - O órgão do Estado que celebrar o contrato de permissão, concessão ou autorização manterá registro das avaliações realizadas, o qual conterá:

- I - o número de identificação;
- II - o número de placa;
- III - a data de realização das avaliações;
- IV - a data de realização de manutenção;
- V - os resultados obtidos.

Art. 8º - Os editais de licitação publicados pelo Estado incorporarão as diretrizes estabelecidas nesta lei.

Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 6 de junho de 2012.

Arlen Santiago

Justificação: Trata-se de matéria relevante para a saúde da parcela da população que utiliza os mais variados meios de transporte intermunicipal sob permissão, concessão ou autorização do poder público estadual.

Um levantamento feito na Alemanha demonstrou que, no interior do veículo, o ocupante está seis vezes mais exposto à contaminação do ambiente do que uma pessoa parada na calçada de uma via de movimento intenso de veículos. Essa exposição torna o ser humano sensível a doenças como rinite alérgica, bronquite, entre outras, e ainda afeta as crianças com maior frequência.

Filtros de cabine são utilizados na ventilação interna dos veículos, e sua finalidade é evitar a contaminação dos ocupantes, bem como a formação de colônias de bactérias e fungos nos dutos de ventilação.

Pela relevância do tema, conto com o apoio dos meus pares para aprovação desta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Saúde e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 3.237/2012, do Deputado Antonio Lerin, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Asilo Santo Antônio de Uberaba pelos 100 anos de sua fundação. (- À Comissão do Trabalho.)

Nº 3.238/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. José Roberto Soares Scolforo e com a Sra. Édila Vilela de Resende Von Pinho por sua posse nos cargos de Reitor e Vice-Reitora da Universidade Federal de Lavras. (- À Comissão de Educação.)

Nº 3.239/2012, do Deputado Carlin Moura, em que solicita seja encaminhado à Copasa-MG pedido de providências para viabilizar a inclusão dos Bairros Icaivera Contagem, Icaivera Betim, Parque do Cedro, Darcy Ribeiro, Nazaré, Santa Filomena, Aparecida, Bungavile 1 e Bungavile 2 em programa de gratuidade para ligação de rede de esgoto residencial à rede central da Companhia. (- À Comissão de Saúde.)

Nº 3.240/2012, do Deputado Délio Malheiros, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Cenibra pelo recebimento do Prêmio Mineiro de Gestão Ambiental, concedido pelo governo do Estado.

Nº 3.241/2012, do Deputado Délio Malheiros, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Arcelor Mittal, unidade Juiz de Fora, pelo recebimento do Prêmio Mineiro de Gestão Ambiental, concedido pelo governo do Estado, e pela conquista do Troféu Destaque, em virtude do diferencial nos quesitos criatividade, inovação e sustentabilidade.

Nº 3.242/2012, do Deputado Délio Malheiros, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Votorantim Metais Zinco S. A, unidade Morro Agudo, em Paracatu, pelo recebimento do Prêmio Mineiro de Gestão Ambiental, concedido pelo governo do Estado, e pela conquista do Troféu Destaque, em virtude do diferencial nos quesitos criatividade, inovação e sustentabilidade. (- Distribuídos à Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 3.243/2012, do Deputado Fábio Cherem, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao Sr. Antônio Nazareno Guimarães Mendes pelas diversas conquistas obtidas pela Universidade Federal de Lavras no quadriênio 2008-2011, período em que foi Reitor dessa instituição de ensino. (- À Comissão de Educação.)

Nº 3.244/2012, do Deputado Gustavo Perrella, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Cláudio Simões dos Santos Gomes por sua posse no cargo de Presidente da Federação Mineira de Boxe. (- À Comissão de Esporte.)

Nº 3.245/2012, do Deputado Hélio Gomes, em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado, à Secretaria de Transportes e ao DNIT pedido de providências com vistas à construção de uma passarela sobre a linha férrea próxima ao viaduto do Bairro Altinópolis, no Município de Governador Valadares. (- À Comissão de Transporte.)

Nº 3.246/2012, da Deputada Liza Prado, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sindicato dos Policiais Federais no Estado de Minas Gerais pelos seus 23 anos de fundação e pelo lançamento da revista em comemoração a esse aniversário. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 3.247/2012, do Deputado Luiz Henrique, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sindicato Rural de Janaúba pelos 45 anos de sua fundação e pela realização da 31ª Expô Janaúba 2012. (- À Comissão de Política Agropecuária.)

Nº 3.248/2012, do Deputado Marques Abreu, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Jackson de Oliveira dos Santos pela contribuição com os trabalhos da Comissão da Pessoa com Deficiência. (- À Comissão da Pessoa com Deficiência.)

Nº 3.249/2012, do Deputado Bruno Siqueira, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Transportes pedido de providências para que sejam agilizadas as obras de melhoria do acesso ao Aeroporto Itamar Franco, com a construção de nova estrada ligando a Rodovia MG-353 à BR-040, já incluída no Programa Caminhos de Minas. (- À Comissão de Transporte.)



Nº 3.250/2012, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado pedido de cópia dos processos que menciona, em tramitação nessa Corte, e pedido de informações sobre as medidas adotadas pelo Tribunal relativamente a tais processos e quais lesões a direitos humanos foram apuradas. (- À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.251/2012, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados à Corregedoria da Polícia Militar, à Corregedoria da Polícia Civil, à Promotoria de Justiça de Controle Externo da Atividade Policial e à Corregedoria da Secretaria de Defesa Social, para conhecimento e tomada de providências, trecho das notas taquigráficas da 14ª Reunião Ordinária dessa Comissão em que a Sra. Marlene Rodrigues Coelho denuncia ter sofrido agressões por parte de policiais civis e militares.

Nº 3.252/2012, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que solicita seja encaminhado ao Chefe da Polícia Civil do Estado pedido de providências para o cancelamento da remoção de Célio Sérgio Guimarães Ferreira da Seção de Exames Médicos do Detran-MG para o Instituto de Criminalística.

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações da Comissão de Esporte e do Deputado Vanderlei Miranda.
- O Sr. Presidente - Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o Deputado Duarte Bechir.
- Os Deputados Duarte Bechir e Sargento Rodrigues proferem discursos pelo art. 164 do Regimento Interno, que serão publicados em outra edição.

Oradores Inscritos

- Os Deputados Fabiano Tolentino, Duarte Bechir, Sargento Rodrigues e Rômulo Viegas proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Esgotado o prazo destinado a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

ACORDO DE LÍDERES

Os Deputados que este subscrevem, representando a totalidade dos membros do Colégio de Líderes, deliberam seja prorrogado até o dia 28/6/2012 o prazo para recebimento de emendas ao Projeto de Lei nº 3.164/2012, do Governador do Estado, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2013 e dá outras providências.

Sala das Reuniões, 6 de junho de 2012.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A Presidência acolhe o Acordo e determina seu cumprimento.

Mesa da Assembleia, 6 de junho de 2012.

Deputado Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

Comunicação da Presidência

A Presidência informa ao Plenário que foram recebidos e aprovados, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, os Requerimentos nºs 3.251/2012, da Comissão de Direitos Humanos, e 3.252/2012, da Comissão da Pessoa com Deficiência. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário da comunicação apresentada nesta reunião pela Comissão de Esporte - aprovação, na 16ª Reunião Ordinária, em 5/6/2012, do Projeto de Lei nº 3.127/2012, do Deputado Doutor Viana (Ciente. Publique-se.).

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Questões de Ordem

O Deputado Sargento Rodrigues - Presidente, V. Exa. pode certificar, que temos apenas oito Deputados em Plenário, portanto não há quórum para continuidade dos trabalhos, então, gostaria que V. Exa. encerrasse, de plano, a reunião.

O Deputado João Leite - Peço a recomposição de quórum, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Rômulo Viegas) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 10 Deputados. Portanto, não há quórum para a continuação dos trabalhos.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 13ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 1º/6/2012

Presidência dos Deputados José Henrique e Célio Moreira

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - 1º Pannel: Composição da Mesa - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Sr. Gustavo Costa Nassif - Palavras do Sr. Danilo Vieira Júnior - Palavras do Deputado Almir Paraca - Palavras do Deputado Célio Moreira - 2º Pannel: Composição da Mesa - Esclarecimentos sobre a dinâmica dos trabalhos - Palavras do Sr. Ricardo Toledo Neder - Palavras da Sra. Lélia Inês Teixeira - Palavras do Sr. Claiton Mello - Palavras do Sr. Filipe Freitas - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

José Henrique - Almir Paraca - Célio Moreira - Luiz Henrique - Sebastião Costa.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Almir Paraca, 2º-Secretário “ad hoc”, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à realização do ciclo de debates “Rumo à Rio+20 e à Cúpula dos Povos: tecnologias sociais, sustentabilidade e superação da pobreza”, com os seguintes objetivos: apresentar o conceito de tecnologia social e debater entendimentos e práticas de desenvolvimento sustentável; discutir o uso de tecnologias sociais na superação da pobreza, na inclusão social, na melhoria da qualidade de vida e na efetivação da sustentabilidade ambiental; contribuir para a construção de uma sociedade sustentável; promover a mobilização de diferentes segmentos da sociedade civil, do poder público e do setor produtivo, com vistas ao recolhimento de apontamentos e sugestões para subsidiar a elaboração de políticas públicas estaduais de tecnologias sociais voltadas para a inclusão social, a superação da pobreza e a sustentabilidade ambiental e contribuir para as discussões da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 - e da Cúpula dos Povos.

1º Pannel

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos para tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Danilo Vieira Júnior, Secretário Adjunto de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, representando o Governador do Estado, Antonio Anastasia; Hélio Augusto Martins Rabelo, Secretário de Estado de Trabalho e Emprego; Gustavo Costa Nassif, Diretor da Escola de Contas, representando o Presidente do Tribunal de Contas, Conselheiro Wanderley Ávila; Eduardo Machado de Faria Tavares, Ouvidor Ambiental da Ouvidoria-Geral do Estado; Eduardo Cyrino Generoso, Defensor Público, representando a Defensora Pública-Geral do Estado, Andréa Garzon Tonet; Tilden Santiago, Diretor de Meio Ambiente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais; e Deputados Célio Moreira, Presidente da Comissão de Meio Ambiente desta Casa; e Almir Paraca, Presidente da Comissão de Assuntos Municipais desta Casa.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Sr. Presidente

Bom dia a todos. Exmos. Srs. Danilo Vieira Júnior, Secretário Adjunto de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, representando o Governador do Estado de Minas Gerais, Prof. Antonio Augusto Anastasia; Hélio Augusto Martins Rabelo, Secretário de Estado de Trabalho e Emprego; Gustavo Costa Nassif, Diretor da Escola de Contas, representando o Presidente do Tribunal de Contas, Conselheiro Wanderley Ávila; Eduardo Machado de Faria Tavares, Ouvidor-Geral do Estado; Eduardo Cyrino Generoso, Defensor Público, representando a Defensora Pública-Geral do Estado de Minas Gerais, Andréa Abritta Garzon Tonet; Tilden Santiago, Diretor do Meio Ambiente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais; Deputado Célio Moreira, Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Deputado Almir Paraca, Presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, senhoras e senhores; é com muita honra que estamos aqui representando o Presidente desta Casa, Deputado Dinis Pinheiro, que está em viagem. Temos a honra de recebê-los nesta Casa. A efetivação deste ciclo de debates representa um momento importante na história da Assembleia pelos efeitos positivos que a Conferência Rio+20 e a Cúpula dos Povos irão provocar no futuro imediato do planeta e da humanidade. O Parlamento mineiro, por meio de suas comissões, especialmente a de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e a de Assuntos Municipais e Regionalização, tem imenso interesse no estabelecimento de políticas públicas de superação da pobreza, que resultará na inclusão social e na melhoria da qualidade de vida de nossos cidadãos, em necessária sintonia com a sustentabilidade ambiental. Assim, estamos nos mobilizando, em conjunto com tantos e importantes parceiros, em busca de um modelo de desenvolvimento econômico ecologicamente sustentável e socialmente justo. As tecnologias sociais, tema fundamental de nossas discussões, além de se voltarem para a interação com a comunidade, já representam efetivas soluções de transformação da vida coletiva. A Cúpula dos Povos, que tem seu comitê mineiro como nosso parceiro, representa uma articulada organização de entidades voltadas para a questão ambiental, vindo ao encontro da grande preocupação da Mesa da Assembleia: a urgente superação da pobreza.

Levamos em conta, todos nós, diante dos 20 anos decorridos desde a Rio-92, a agravação dos dramas do aquecimento global, a liquidação das florestas originais, a destruição da vida nos mares, a perda de solo agrícola, a redução da biodiversidade e o



esgotamento de recursos naturais críticos. No outro prato da balança, 1 bilhão de pessoas - das quais 180 milhões são crianças - passam fome no mundo, sendo que mais de 10 milhões estão ameaçadas de morrer de inanição. Também passadas essas duas décadas, estamos, em contrapartida, aprendendo a articular políticas nacionais voltadas para o bem comum, em busca de uma sociedade economicamente viável num ambiente o mais limpo possível. Já sabemos para onde ir, mas precisamos de decisões políticas referentes a financiamento e controle de ações mundialmente articuladas, com a criação de estruturas institucionais mais eficazes.

O futuro que queremos, tema básico de discussão da Rio+20, centra-se na busca da economia verde, conjugando bem-estar humano, equidade social, redução dos riscos ambientais e escassez ecológica. Esse esforço provoca desafios que envolvem a segurança alimentar, a água, a energia, o urbanismo. Nesse sentido, vem esta Assembleia perseguindo a incorporação de uma considerável parcela de nossa população à economia de bens e serviços em padrões sustentáveis e viáveis, com o propósito final da definitiva erradicação da pobreza no Estado.

Tantos eventos realizamos recentemente perseguindo esse objetivo, como o importante seminário legislativo “Pobreza e desigualdade”, no ano passado, em 12 regiões do Estado, que levou, entre outras medidas, à emenda à Constituição que acrescenta a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades regionais aos objetivos prioritários da Carta Magna mineira.

A legislação sobre o meio ambiente, a partir de discussões nesta Casa que vêm considerando prioritariamente o interesse dos cidadãos, já resultou, entre outras decisões, na Política Estadual de Resíduos Sólidos, Lei nº 18.031, de 2009; na Bolsa Verde, com a concessão de incentivo financeiro a proprietários e posseiros rurais, Lei nº 17.727, de 2008; no Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado, Lei nº 15.910, de 2005; na norma de defesa sanitária e vegetal, Lei nº 15.697, de 2005; e no estabelecimento das políticas florestal e de proteção à biodiversidade, Lei nº 14.309, de 2002.

Portanto é nossa aspiração natural e prioritária que a Rio+20 e a Cúpula dos Povos venham, de fato, contribuir para que não se frustrem as expectativas de uma séria e decisiva mudança que venha resgatar a racionalidade e o equilíbrio de nosso desenvolvimento. Aos conferencistas, aos debatedores e a todos os participantes deste ciclo de debates os nossos agradecimentos antecipados pela disponibilidade e pela generosidade de compartilhar conhecimentos e ideias. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Gustavo Costa Nassif

Na pessoa do Deputado José Henrique, cumprimento os demais componentes da Mesa. Em nome do Tribunal do Contas do Estado de Minas Gerais, o nosso Presidente, o ex-Deputado Wanderley Ávila, venho brevemente dizer que o Tribunal de Contas compactua com toda essa organização e temática. A atividade do Tribunal é acompanhar a execução orçamentária e financeira de seus jurisdicionados, Estados e Municípios. A Corte compactua com a reunião, pois entende que a temática é a reunião dos esforços de todas as áreas e também da sociedade. Esse exercício tem como finalidade o controle das políticas públicas, pois a melhor execução orçamentária faz com que se tenham melhores políticas públicas. Quando se fala em elaboração de políticas públicas estaduais e de inclusão social, superação da pobreza e sustentabilidade ambiental, existe grande preocupação no bom gasto e na gerência do dinheiro público. Por isso, o Tribunal de Contas está atento a essa temática e, no âmbito de suas atividades, procura, por meio da área de capacitação, fazer com que as políticas públicas sejam de fato políticas que possam atender a sociedade, contribuindo, com isso, para a Cúpula dos Povos, a fim de que a vida possa ser melhor, com atenção ao meio ambiente e à inclusão social do ser humano. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Danilo Vieira Júnior

Na pessoa do Deputado José Henrique, cumprimento os componentes da Mesa, Deputados, autoridades, senhoras e senhores; é motivo de grande alegria estarmos aqui hoje para discutir um tema tão importante, que é a sustentabilidade e a justiça social. Nesse sentido, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente alinha suas ações ao encontro dos grandes temas que serão debatidos no evento da Rio+20 como água, energia, proteção à biodiversidade, erradicação da pobreza. Esses projetos alinhados com os temas da Rio+20, não tenho dúvida, trarão grandes ganhos para o Estado de Minas Gerais. O Estado e a Rio+20 estão preparando um espaço destinado ao governo de Minas, onde iremos expor os projetos importantes desenvolvidos por nosso Estado, voltados para aqueles temas ali debatidos. Não vejo como fugir desta discussão, tamanha a importância do tema sustentabilidade, palavra muito dita ultimamente, com definição muito clara. Entretanto, percebemos grande dificuldade em seu alcance. A sustentabilidade se baseia no tripé econômico, social e ambiental, e, vou além, inserimos nele ainda o aspecto cultural. Se o empreendimento não for economicamente viável, do ponto de vista social, justo e ambientalmente correto – aí digo culturalmente aceito pela sociedade -, dificilmente conseguiremos êxito no nosso Estado, no nosso Município, no nosso país. O Estado vem trabalhando esse binômio: meio ambiente e justiça social, bem como os temas água e floresta, porque não há como separar isso. Tenho certeza de que a Rio+20 nos trará novos horizontes, nos ensinará muito para que possamos implementar em Minas Gerais políticas de médio e de longo prazos, tornando o nosso Estado, a cada dia, o melhor para se viver. Agradeço a oportunidade e desejo a todos um bom dia.

Palavras do Deputado Almir Paraca

Bom dia a todos. Por intermédio dos Deputados José Henrique e Célio Moreira, gostaria de saudar toda a Mesa, os conferencistas, os debatedores, os participantes. Rapidamente gostaria de falar sobre a motivação da nossa solicitação, aliada ao Deputado Célio Moreira, para a realização deste ciclo de debates. Está em tramitação na Casa o Projeto de Lei nº 828/2011, que dispõe sobre a política de fomento às tecnologias sociais em Minas Gerais. Trata-se de um recorte na política de inovação tecnológica, conduzida pelo Estado, uma proposta pioneira, que gostaríamos muito que fosse acolhida por esta Casa e fosse exemplo, como muitas outras iniciativas que partiram deste Parlamento, para a grande maioria das unidades da Federação. Hoje tecnologia social é um tema recorrente nas grandes discussões que ocorrem no Brasil e, de forma muito clara e objetiva na Agenda Nacional, que propõe o combate à pobreza, à miséria. Essa agenda também está presente objetivamente nesta Casa, fruto do planejamento estratégico da Assembleia, que determinou, com muita propriedade, que esse tema orientasse a nossa legislatura. Com essa proposição, gostaríamos também que tivéssemos a oportunidade, durante os nossos debates, de tentar aprofundar e contribuir, contando com a participação dos que aqui estão, dos debatedores, e de fazer com que as tecnologias sociais em Minas Gerais ganhem efetivamente “status” de política



pública. É isso o que se pretende, quando se discute esse tema na Agenda Nacional: que as tecnologias sociais ganhem escala e demonstrem sua efetividade na solução dos diversos problemas na área da saúde, da educação, da geração de trabalho e renda, da energia e das questões ambientais mais objetivas. Temos diversos exemplos de sucesso. Para ficar num exemplo, gostaria de citar aqui as iniciativas da Articulação do Semiárido - ASA -, instituição que congrega em torno de 800 outras organizações sociais. Formularam, implementaram e aplicaram tecnologias sociais que ganharam hoje “status” de políticas públicas, particularmente nas ações do Ministério do Desenvolvimento Social.

Gostaria, Sr. Presidente, de saudar aqui a representação da Fundação Banco do Brasil, nosso amigo Claiton, bem como dos dois Centros de Referência de Tecnologias Sociais de Minas Gerais, iniciativa da sociedade civil que está se afirmando com o propósito de difundir as tecnologias sociais. Portanto, saúdo a representação do Centro de Referência do Bambu e das Tecnologias Sociais - Cerbambu - com sede em Ravena, e o Centro de Referência de Tecnologias Sociais do Sertão - Cresertão -, instalado no Município de Arinos, no Distrito de Sagarana. Ambos são apoiados pela Fundação Banco do Brasil e por diversas outras entidades. Em nome dessas duas organizações, quero saudar as diversas organizações aqui presentes que também trabalham com o tema.

Agradeço a participação do Prof. Ricardo Neder, da Universidade de Brasília, que vem trabalhando com o tema, há muitos anos, auxiliando a afirmação do conceito no Brasil e na América Latina. Quero agradecer a oportunidade e desejar que o nosso debate seja frutífero e possa inspirar e orientar a intervenção da delegação de Minas Gerais: a oficial e os diversos representantes do movimento social, que participaram da Rio+20 e da Cúpula dos Povos. Muito obrigado.

Palavras do Deputado Célio Moreira

Senhoras e senhores, gostaria de cumprimentar o Presidente desta reunião, Deputado José Henrique, o Deputado Almir Paraca e o Deputado Luiz Henrique, nosso líder do Mucuri e Vale do Jequitinhonha. Cumprimento ainda os conferencistas, os debatedores, os representantes das ONGs e fundações presentes, desejando a todos um bom debate.

Como disse o Deputado Almir Paraca, precisamos efetivar essas políticas públicas que dizem respeito às tecnologias sociais, à sustentabilidade, à superação da pobreza e da miséria. Que este debate possa contribuir para a discussão que vai acontecer no Rio de Janeiro, com a Cúpula dos Povos. A imprensa já noticia que não terá muito sucesso, devido à influência das grandes empresas, principalmente das lideranças mundiais, como Estados Unidos e China. Há falta de interesse na questão da sustentabilidade e da poluição. Acredito que o mundo terá oportunidade de apresentar, incentivar e chamar a atenção para a questão da sustentabilidade, da preservação do meio ambiente e da superação da miséria e da pobreza.

Minas Gerais dará sua contribuição, terá seu “stand”, onde haverá muitas conferências e debates. Haverá uma representação do governo e também da Assembleia, quando teremos oportunidade de dar nossa contribuição. Sabemos que tudo já vem mais ou menos pronto. Neste debate de hoje, as ONGs querem dar sua contribuição, chamando a atenção dos governos do mundo inteiro para a necessidade de se preservar o meio ambiente, de criar novas tecnologias limpas para o desenvolvimento do mundo, preservando o meio ambiente, com desenvolvimento sustentável. Também que o ser humano possa ter a sua voz e vez respeitadas e a indústria se adéque a essas novas tecnologias e apresente novas tecnologias para a superação desse problema.

Portanto, mais uma vez, agradeço a todos, ao Deputado Almir Paraca, um grande incentivador deste debate de hoje, e a disposição de todos que nos deram sua contribuição nas reuniões preliminares que realizamos na Assembleia. Agradeço à assessoria da Assembleia Legislativa, das Comissões de Assuntos Municipais e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que têm se debruçado sobre o tema, dando suas contribuições para que Minas Gerais possa contribuir com efetividade. No mais, tenham todos um bom debate. Um bom dia a todos. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - A Assembleia Legislativa manifesta os agradecimentos às autoridades que participaram da abertura deste ciclo de debates. Desejo a todos que tenhamos um bom dia de trabalho, na confiança de que as mudanças precisam começar em nós, dentro de nós mesmos. Só por meio dessas mudanças é que poderemos transformar o mundo. Sabemos que vivemos uma transformação neste mundo com população de bilhões de pessoas. A Rio+20, mais uma vez, chama atenção. Às vezes, alguns ficam um pouco desiludidos porque esperam sempre propostas urgentes e imediatas. Precisamos delas, mas se não houver participação e mudanças em nós, não será possível mudar este mundo. Quero agradecer a todos.

O locutor - Gostaríamos de informar que a Assembleia Legislativa realizará, em conjunto com diversas instituições do poder público e da sociedade civil, uma grande marcha de combate ao “crack” e outras drogas. Essa mobilização acontecerá no dia 23/6/2012, sábado, a partir das 9 horas, com concentração em frente ao Colégio Estadual Central, no bairro de Lourdes, e caminhará até a Praça da Assembleia, onde está prevista a realização de diversas atividades. Convidamos todos a participar dessa iniciativa, que é fruto dos trabalhos da Comissão Especial para o Enfrentamento do Crack, com o envolvimento de diversas comissões permanentes da ALMG relacionadas à temática.

2º Painel

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa a Exma. Sra. Lélia Inês Teixeira, Superintendente de Inovação Social da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; e os Exmos. Srs. Claiton Mello, Mestre em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília e Gerente de Educação e Tecnologia Inclusiva da Fundação Banco do Brasil; Ricardo Toledo Neder, Doutor em Sociologia e Políticas Públicas pela Universidade de São Paulo, professor e pesquisador do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília; e Filipe Freitas, membro da Associação Terra Una, educador ecológico e gestor de projetos socioambientais, com atuação nas redes do programa de Educação Gaia, da Rede Global de Ecovilas e do Movimento de Cidades em Transição.

O Sr. Presidente (Deputado Célio Moreira) - Boa tarde a todos. Antes de me apresentar e passar a palavra aos convidados, gostaria, mais uma vez, de dar um alerta a todos que acompanham os trabalhos no Plenário e pela TV Assembleia, que hoje abrange aproximadamente 300 cidades. Reitero o convite para o dia 23 de junho, quando a Assembleia Legislativa realizará uma grande



marcha contra o “crack” e outras drogas. Faremos essa marcha contra o mal do século, após o que, haverá uma grande concentração na Praça da Assembleia, com a apresentação de expositores e “shows” abertos à participação de todos.

Convidamos todos os presentes e também as pessoas que nos acompanham pela TV Assembleia a participar dessa marcha, que é fruto do trabalho da Comissão Especial para o Enfrentamento do Crack, com o envolvimento de diversas comissões permanentes: de Educação, de Saúde, da Juventude etc. Faremos o encerramento dos trabalhos da referida comissão, da qual tenho a honra de ser relator. Como relator da comissão, percebo, nas cidades em que visitamos e nas audiências nesta Casa, a disposição das comunidades terapêuticas, tanto do governo municipal, quanto dos governos estadual e federal, de criar políticas públicas para o combate do “crack” e para o atendimento aos dependentes e a seus familiares. Portanto, é importante a participação de todos nessa marcha, onde teremos a oportunidade de dar a nossa contribuição.

Senhoras e senhores, este ciclo de debates, intitulado “Rumo à Rio+20 e à Cúpula dos Povos: tecnologias sociais, sustentabilidade e superação da pobreza”, vem coroar as iniciativas da Assembleia Legislativa em seu histórico de importantes realizações voltadas para as causas sociais e ambientais. No dia a dia de sua atuação legislativa, esta Casa tem buscado responder aos anseios da sociedade, que não só almeja uma legislação socioambiental avançada e abrangente como também busca acompanhar a elaboração das políticas públicas do Estado e dela participar.

Temos agora, diante de nós, a possibilidade de colaborar com os esforços internacionais, sob a responsabilidade da Organização das Nações Unidas. A Rio+20 é uma oportunidade única para a construção de uma agenda que patrocine e induza à sustentabilidade da atividade humana em todo o planeta. Nesse contexto, o documento de contribuição brasileira para a Conferência Rio+20, elaborado pela Comissão Nacional para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, muito além de propiciar um novo patamar de discussão para o esforço conjunto frente aos grandes desafios socioambientais, tem o mérito incontestável de acrescentar o tema da erradicação da pobreza à temática oficial da ONU, em princípio focada nas questões ligadas à economia verde e aos postulados da sustentabilidade.

Há uma grande expectativa de que a Rio+20 mobilize os recursos políticos necessários e equacione os aspectos econômicos, sociais e ambientais para uma sociedade sustentável. Como é do conhecimento de todos, já faz algum tempo, o Brasil vem defendendo a criação de mecanismos de transferência de renda dos países ricos para os mais pobres. Devemos considerar, contudo, que, malgrado o esforço oficial para reunir as nações em torno de uma agenda comum de diretivas e metas de ação global, são dignas de apreço e de louvor a atitude e a capacidade de mobilização das organizações não governamentais, que, diante de um evento de tal magnitude, não mediram esforços para a conquista e afirmação de um espaço onde a sociedade civil se faça presente e tenha voz ativa: refiro-me à Cúpula dos Povos, instância que traduz, de forma direta e sem intermediários, as aspirações da sociedade civil por uma ordem econômica, social e ambientalmente mais equilibrada e justa. É nesse espaço, certamente, que os pleitos dos povos pelo direito a uma vida digna e a um ambiente ecologicamente saudável, sem os excessos da exploração predatória, do consumo irrefreável e dos efeitos degradadores da pobreza extrema, serão revigorados.

Esses anseios se conjugam com o fato de que a Resolução nº 64/236, da Assembleia Geral das Nações Unidas de 2007, ao recepcionar o convite do governo brasileiro para o patrocínio do evento, incluiu, em suas disposições, a discussão dos desafios emergentes do desenvolvimento sustentável, tendo como temas “A economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza” e “A estrutura institucional do desenvolvimento sustentável”. Com isso, intenta-se abarcar quatro questões essenciais: a incorporação definitiva da erradicação da pobreza como elemento indispensável à concretização do desenvolvimento sustentável, acentuando sua dimensão humana; a plena consideração do conceito de desenvolvimento sustentável na tomada de decisão dos atores dos pilares econômico, social e ambiental, com vistas a superar a prevalência de visões ainda setoriais; o fortalecimento do multilateralismo com a clara mensagem de adequação das estruturas das Nações Unidas e das demais instituições internacionais ao desafio do desenvolvimento sustentável; e o reconhecimento do reordenamento internacional em curso e da mudança de patamar dos países, com seus reflexos na estrutura de governança global.

A partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio-92, seguiram-se outras importantes discussões dos problemas globais que afetam a humanidade. Foram inúmeras as propostas compactuadas, como as Convenções sobre as Mudanças Climáticas, da Biodiversidade e da Desertificação, a Agenda 21, a Carta da Terra e a Declaração sobre Florestas.

Não se viram, contudo, desde a Rio-92, avanços consideráveis na reversão das situações de miséria, de injustiça social e de degradação ambiental na maioria dos países. Em meio a todos os angustiantes problemas atuais, agravados por um belicismo deliberado que grassa em várias partes do mundo, grande parcela da população mundial não tem acesso aos benefícios produzidos pelas políticas desenvolvimentistas predominantes, incapazes de solucionar o problema da desigualdade entre ricos e pobres. Essa mesma população sofre ainda as sequelas da crise econômica da União Europeia. Nesse cenário, a desigualdade social tende a aumentar, dando origem à pobreza extrema. Assusta-nos e muito nos indigna a constatação de que a fome do mundo aflige diretamente 1 bilhão de pessoas.

Embora a expectativa mundial se volte com olhos esperançosos para a Rio+20, há que lamentar, conforme prognósticos já divulgados na mídia, as prováveis ausências de Chefes de Estado de nações poderosas e influentes, a exemplo dos Estados Unidos, da Inglaterra e da Alemanha, o que traduz um negligente esvaziamento no potencial de compromissos a serem negociados para se atingir o sucesso da conferência. Assim, a Cúpula dos Povos poderá apresentar também, como um importante contraponto, as posições oficiais, mostrando, com clareza, o que é necessário atingir. Dessa forma, as discussões deste ciclo de debates se inserem no mosaico de temas que serão objeto de reflexão da Rio+20 e da Cúpula dos Povos.

Apesar do privilégio de vivermos em um país com imensas riquezas naturais e detentor de 12% do total da água doce disponível no planeta, ainda persistem, entre nós, situações anômalas, a exemplo da escassez de água em muitas regiões do semiárido e dos conflitos pelo uso múltiplo das águas, como os casos de atingidos pela construção de barramentos para fins de geração de energia elétrica.

A valorização das chamadas tecnologias sociais pode servir como uma das estratégias para a superação da pobreza. A propósito, registramos a tramitação, nesta Casa, de proposições que tangem a temática em discussão neste ciclo de debates e nos grandes eventos



internacionais já mencionados. Duas proposições tratam diretamente de tecnologia sociais. Uma delas busca estabelecer no Estado uma política de fomento à tecnologia social, conceituada como o “conjunto de atividades relacionadas com planejamento, pesquisa, criação, adaptação, desenvolvimento e aplicação de produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, que representem soluções para a inclusão social e a melhoria da condição de vida da população”. A outra proposição visa instituir a Bolsa São Francisco, com o objetivo de incentivar e propagar tecnologias sociais junto às comunidades ribeirinhas do Rio São Francisco.

Citamos também proposição de nossa autoria, na forma de uma proposta de emenda à Constituição do Estado, com a qual objetivamos inserir a sustentabilidade como um dos princípios da administração pública. A nosso ver, a sustentabilidade deve se tornar um princípio expressivo da administração pública para que possa irradiar seus efeitos e orientações na tomada de decisões de todos os Poderes do Estado e de sua administração direta e indireta, de forma incontestável.

Finalmente, gostaria de agradecer, mais uma vez, a presença de todos. De modo especial, agradeço aos expositores, debatedores e entidades que tornaram possível a realização deste evento. Que este ciclo de debates, juntamente com tantos outros eventos que estão sendo realizados no País em razão da Rio+20 e da Cúpula dos Povos, possa contribuir para a melhoria das políticas públicas e da qualidade de vida dos povos. Muito obrigado.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O Sr. Presidente - Gostaríamos de esclarecer que, após as exposições, abriremos espaço para a apresentação de questões ou sugestões presenciais, por escrito ou oralmente, e de outras enviadas pelo formulário do “Participe Agora”, disponível pela internet, no portal da Assembleia Legislativa. Para melhor organizarmos o debate, ainda durante as falas dos expositores, os participantes poderão encaminhar suas questões ou sugestões por escrito, no formulário próprio que está sendo distribuído pela equipe de apoio. Aqueles que desejarem fazer sua intervenção oralmente devem especificar isso no formulário, devendo, para registro, entregar o conteúdo da intervenção também por escrito. Informamos que os telespectadores da TV Assembleia também poderão participar. Basta acessar o portal da Assembleia - www.almg.gov.br -, abrir a página do ciclo de debates e clicar em “Participe Agora” para enviar sua contribuição.

Com a palavra, o professor e pesquisador do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília e Coordenador do Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina, Ricardo Toledo Neder, para sua exposição sobre o tema “Conferência Rio+20 e sustentabilidade: a contribuição das tecnologias sociais”.

Palavras do Sr. Ricardo Toledo Neder

Bom dia a todas e a todos. É com muita satisfação que estou na Assembleia Legislativa, a convite. Agradeço aos organizadores, ao Deputado Almir Paraca e à direção da Assembleia Legislativa a brilhante iniciativa de fazer este debate.

A apresentação que farei talvez seja um pouco densa, mas conto com a paciência de vocês quanto a essas questões, pois é um debate que também passa pela educação política, é importante e diz respeito à relação da política com a tecnologia. Como vivemos hoje em uma sociedade altamente influenciada pela inovação tecnológica, é preciso aprimorarmos nossa base conceitual sob o ponto de vista da educação política a respeito da tecnologia. Então, esta abordagem que trago a vocês, chamada “ciência, tecnologia e sociedade”, é relativamente antiga. A abordagem CTS, para vocês terem uma ideia, é política, científica e tecnológica e complementa a abordagem conhecida por todos da inovação tecnológica. Mais adiante explicarei por que ela é complementar.

Nosso objetivo, portanto, é demonstrar que as tecnologias em geral têm uma influência marcante na sociedade, porque não só influenciam nosso processo de tomada de decisões como também condicionam as infraestruturas que regulam a distribuição social da renda, da informação, de todos os custos de produção e do acesso aos bens de serviços. Temos também um papel importante atribuído à tecnologia do ponto de vista dessa transição para economias sustentabilistas - e vocês estão acompanhando o debate internacional e nacional em torno do que é economia verde. Também são gerados problemas sociais e ambientais, ou seja, boa parte dos problemas socioambientais que vivemos decorrem do modelo de gestão tecnológica, sobretudo dos projetos tecnológicos que desenvolvemos e aplicamos.

As tecnologias, em si, podem facilitar ou dificultar a solução desses problemas; portanto, não separo ciência e tecnologia da sociedade. Nesse debate, nessa fase de educação política sobre a tecnologia, podemos associar as dinâmicas sociais de inclusão ou exclusão ao desenho do projeto tecnológico. Nesse sentido, as tecnologias podem ser vistas na ótica proposta pelo projeto de lei e pela política nacional de tecnologia social que estamos tentando construir desde 2004 no País, ou seja, como uma tecnologia social que vai resolver problemas específicos de exclusão dos pobres do sistema econômico e da distribuição de renda ou então podem ser vistas como um componente-chave do desenvolvimento social. Temos que fazer essa distinção porque tecnologia social não é uma espécie de solução milagreira. Devemos, portanto, incluir a visão de ciência, tecnologia e sociedade que orienta a formulação de estratégias para a política de tecnologia social, como é o caso desse exemplar projeto de lei aqui proposto pelo Deputado Almir Paraca.

Para vocês se situarem do ponto de vista da tecnologia em geral, temos que fazer um breve exercício conceitual. Primeiro, vamos ver a contribuição de cada um. Por favor, assinalem esse ponto. Depois, se quiserem, poderemos aprofundá-lo. Aqui estão as quatro concepções sobre tecnologia que podemos identificar hoje, na pesquisa, na filosofia da tecnologia e na sociologia dos estudos sociais da ciência e da tecnologia. Em quatro eixos, observamos claramente que um deles é a visão de otimismo do crescimento econômico e de mercados. Essa é uma ótica desenvolvimentista que está relacionada com a ideia da economia e da produtividade e também com o desenvolvimento revolucionário das forças produtivas. Essa ideia é complementada, em parte, por uma visão instrumentalista da tecnologia. Temos a ideia de que a tecnologia em si mesma é neutra, apenas as decisões políticas acerca do uso da tecnologia é que estariam sendo, portanto, influenciadas por alguma ideologia de esquerda ou de direita. Instrumentalismo é acreditar que a tecnologia em si é neutra, e vamos problematizar isso. Como a forma dos artefatos, do sistema, das máquinas, pode ou não beneficiar determinadas classes sociais?

Em seguida temos essa ideia de que, no eixo da autonomia, de uma tecnologia controlável pelo homem, devemos assumir um certo otimismo, seja pelo lado liberal, seja pelo lado socialista, um otimismo positivista, típico da modernidade. É a crença no progresso

como sinônimo de desenvolvimento tecnológico, a busca, portanto, de uma verdade, de uma eficiência submetida, é claro, a um controle externo da sociedade – esta é uma Casa, por exemplo, que tem de exercer esse tipo de controle externo –, em que a tecnologia em si poderá ser utilizada para satisfazer as necessidades infinitas da sociedade. Acredito que todos nós individualmente, como personalidade e como história biográfica, carregamos essa visão do determinismo e do instrumentalismo.

O problema é como vamos fazer para que essa tecnologia seja adotada de forma ética. Vocês se lembram do desenho animado do Capitão Gancho e da Sininho. A Sininho geralmente é a voz da consciência e entra para dizer eticamente o que deve ser feito, entra para tentar corrigir esses defeitos. Mas, como ela não tem poder de ação, essa ação vai ficar com o amor, com a paixão. A paixão da Sininho é o Peter Pan. O Peter Pan, em combate com o Capitão Gancho, pode pegar essa arma, esse instrumento, essa força de transformação que é gerar mudança social. Em termos muito simples, eu uso a tecnologia para o bem-estar social. Esse é o gênio determinista. Temos uma ideia de que a tecnologia pode e deve ser feita para o bem-estar social. O gênio instrumentalista é aquele que viabiliza isso. Podemos dizer que o gênio instrumentalista hoje é o engenheiro, o tecnólogo. Então esse gênio determinista e o gênio instrumentalista se unem nessa síndrome que poderíamos chamar de sociedade tecnológica moderna.

O liberalismo e o socialismo, de forma oposta, mas quase idêntica, explicam e adotam a perspectiva de que a tecnologia é neutra. Será que a tecnologia é realmente neutra? O liberalismo explica esse desenvolvimentismo tecnológico sobre o capitalismo pelo interesse em elevar a produtividade do trabalho. Ao ser elevada, em função do contrato social vigente, pacto trabalhista, assalariado, vamos combater o trabalho escravo, isso poderá gerar lucro para o empresário. Esse é o motor da produtividade.

Basicamente são duas as frentes de batalha do empresário, quando se depara hoje com a questão da inovação tecnológica. Primeiro ele internamente tem de convencer seus empregados de que, inovando, vai aumentar a produtividade do trabalho e melhorar a lucratividade. E aumentar a produtividade e a lucratividade pode significar realmente ganhos para seus assalariados, os seus empregados. Do lado externo do empreendimento, inicialmente ele tem de ganhar essa primeira batalha junto aos seus funcionários. Depois, se houver uma condição favorável na órbita do mercado, na circulação de mercadorias, ele vai enfrentar outros empresários, também utilizando a mesma estratégia de inovação tecnológica, por exemplo. E, para expandir seus negócios, ele depende fortemente dessas duas frentes. No socialismo é diferente. Na antiga União Soviética - não estou falando da China de hoje, porque eles só podem fazer as transformações adequadas -, a ideia era de que era possível transformar a linha de produção fordista numa linha de produção soviética regida pelos princípios, não do capitalismo, mas do socialismo. Como todos sabemos, o fracasso resultante disso é muito significativo e não significa que devemos fazer uma leitura das forças produtivas como algo linear ou inexorável. Portanto, fazer a leitura das contradições é uma das tarefas fundamentais não só da universidade, dos pesquisadores, mas também das áreas de pesquisa e desenvolvimento das empresas. Aliás, hoje existe uma política científica e tecnológica no País para a inovação, isto é, voltada para esta questão.

As duas concepções que apresentei para vocês são hegemônicas, ou seja, aquelas que estamos habituados a ver na imprensa, na mídia e nos grandes debates nacionais e internacionais. Entretanto, outras correntes de visão sobre a tecnologia também estão crescendo e elas são chamadas contra-hegemônicas. Uma delas é a corrente substancialista, que é onde a tecnologia entra. Nessa corrente, o ser das pessoas é diminuído - um problema de essência. Diante da tecnologia, não conseguimos traduzir a nossa essência. Qual é a minha essência numa relação eu e tu na internet? Esse problema também existiu em várias situações de trabalho durante toda a revolução industrial. A máquina entra para ameaçar a subjetividade das pessoas. Então os valores e o interesse capitalista são incorporados na produção e se transformam em projetos políticos.

A rejeição à ideia de que a tecnologia não tem controle também está presente na modernidade. Todos os movimentos ambientalistas e socioambientalistas têm essa visão de fundo, difusa, de que a tecnologia em si representa um grande risco. Aliás, existe uma grande literatura sociológica, política e institucional sobre a sociedade do risco e a transformação disso em legislações ambientais. Sem o controle da sociedade, uma visão substancialista tende a rejeitar a tecnologia. Essa ideia da rejeição é muito forte em vários setores, por exemplo, a política de organismos geneticamente modificados - OGMs -, na Europa. Os OGMs sofreram forte rejeição nas comunidades econômicas europeias - a política das sementes.

Será que é possível usar a espada do Capitão Gancho? E se o Peter Pan pegar a espada e construir uma sociedade mais inclusiva? Isso é socialmente possível? Essa questão tem de ser superada, não podemos mais tomar essa visão da tecnologia como sendo a vassoura da bruxa. A bruxa boa pode voar com a vassoura da bruxa má? Essa é a discussão que trago para os senhores. Se entrarmos nesse caminho, a possibilidade de darmos com os burros n'água é muito grande. Vamos superar essa tentação de tomar a visão da tecnologia como instrumental. Será que vamos implodir a sociedade tecnológica? Não podemos. Aliás, dependemos dela para sobreviver de maneira democrática em várias instâncias da complexidade que é viver nesta sociedade. Não podemos implodir, mas também não podemos permanecer neutros diante do projeto tecnológico.

Assim, a visão da ciência, tecnologia e sociedade - CTS - está baseada nessa postura engajada e otimista. Ela tem a construção social da tecnologia como um alvo, porque a tecnologia pode se tornar um objeto de reprojeto. Exatamente, no preâmbulo do projeto de lei do Deputado Almir Paraca, menciona-se a definição de tecnologia social. É curioso, porque é muito mais interessante termos um pluralismo tecnológico do que um militarismo. As maneiras de produzir energia elétrica não podem depender apenas de um modelo de projeto tecnológico, a hidrelétrica. Se houvesse, quem sabe, mil, um milhão de pequenas estações de produção de energia em Belo Monte, em toda a região do Amazonas, não seria melhor do que construir sete, oito grandes hidrelétricas. Então, essa possibilidade de reprojeto está na base da abordagem da construção social da ciência.

Do ponto de vista tanto da teoria da inovação, ciência, tecnologia e inovação - CTI -, quanto da perspectiva ciência, tecnologia e sociedade - CTS -, temos de trabalhar com a construção social de tecnologia. A ideia é que cientistas, empresas, agências de governos, agências nacionais e internacionais, militares, movimentos redes e movimentos religiosos participem da elaboração do projeto tecnológico. Essa ideia de que o projeto tecnológico não é um problema apenas dos engenheiros ou dos tecnólogos ou dos empresários ou dos políticos, fechados em torno de um modelo tecnológico, é questionada e colocada em prática pelo movimento socioconstrutivista da tecnologia. Portanto, interesses e valores relevantes entram no desenho da tecnologia. A bicicleta, por exemplo,

a partir de 1910, foi redesenhada. Ela tinha esses formatos até chegar à bicicleta que temos hoje. Todos os objetos tecnológicos se transformam por força de valores relevantes extracientíficos, extraempresariais, extraeconômicos. Esses interesses e valores hegemônicos capturam, de certa forma, essa energia demonstrada com essa seta circulante, com a qual representaria a tecnologia social. Hoje temos, mais ou menos, essa situação. Precisamos libertar essa seta e sair desse circuito da tecnologia, hoje, como uma tecnologia controlada pelo homem, algo que tenha um imperativo com os grupos sociais que têm de promover a adequação sociotécnica. É essa abordagem que utilizamos na universidade, na pesquisa e que incorpora outros interesses e valores, o da desconstrução do projeto tecnológico. Desconstrução significa fazermos um exercício de reprojeto, redesign, trabalhar a dimensão humana, da dúvida, da incerteza. O programa é justamente esse. Os empresários não têm muito a perder. Cerca de 80% a 90% do empresários brasileiros realizam a importação de tecnologia pronta. A grande batalha da frente da tecnologia social é com a frente de inovação, com os empresários, convenceremos que políticas públicas, agências de desenvolvimento e práticas de regulamentação de incentivo e fomento podem ser dadas na direção do reprojeto de tecnologia.

A ideia de reprojeto de tecnologia está presente tanto no movimento da inovação empresarial quanto na tecnologia social para o desenvolvimento da economia popular. Aí entramos em uma esfera de que o caminho para a construção da tecnologia social, hoje, passa pela democratização da política de ciência e tecnologia.

Para finalizar, diria que, dos R\$600.000.000,00 investidos, hoje, na política de ciência e tecnologia, apenas 10% vão para a política de tecnologia social. Os 90% vão caminhar, nos próximos 10 anos pelo menos, para a criação de setores de pesquisa e desenvolvimento nas empresas. Isso não é suficiente. Temos de ter não apenas coragem, mas também ousadia de ampliar a participação para termos mais R\$600.000.000,00 na tecnologia social. Também projeto de lei aberto, nesta Casa, tem uma nobre missão: fazer um caminho nacional, fazer chegar a Brasília e reformularmos uma política nacional de ciência, tecnologia e sociedade com projetos de lei semelhantes. Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de “slides”.

O Sr. Presidente - Agradecemos ao nosso professor e pesquisador Ricardo Toledo Neder pela excelente apresentação. Informo aos participantes que as apresentações dos palestrantes estarão disponíveis, após o evento, na página do ciclo de debates, no portal da Assembleia Legislativa.

Com a palavra, a Sra. Lélia Inês Teixeira, Superintendente de Inovação Social da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais, para sua exposição sobre o tema “Conferência Rio+20 e sustentabilidade, a contribuição das tecnologias sociais”.

Palavras da Sra. Lélia Inês Teixeira

Obrigada, Deputado. Bom dia, senhoras e senhores. Peço licença para falar rapidamente sobre a nossa Secretaria, a fim de situá-la neste contexto, ainda mais depois de uma hora tão brilhante com o Capitão Gancho. Falaremos sobre as nossas contribuições para a Rio+20.

A Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior é comandada pelo Secretário Narcio Rodrigues, que é um dublê de político e poeta. O Secretário é apaixonado por tecnologia e pelo ser humano. Tão logo tomou posse, a tônica do seu discurso, que é o que fazemos em nosso dia a dia, foi exatamente construir, na Secretaria, uma transversalidade da questão social. De alguma forma, temos de unir a tecnologia e o ser humano. A nossa missão é promover a ciência, a tecnologia, a inovação e o ensino superior para o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida em Minas Gerais. A nossa visão é ser referência nacional na formulação e implementação de políticas públicas que assegurem o desenvolvimento científico e tecnológico, a inovação e o ensino superior.

Mencionamos a questão da tecnologia social para nos situarmos. Gostaria de chamar a atenção do Prof. Ricardo, pois estamos nessa Superintendência buscando a inovação social para que possamos começar a costurar esse ganchinho e avançar nessa questão. Temos uma rede espalhada por todas as Minas Gerais, com 84 Centros Vocacionais Tecnológicos. Trabalhamos quase que holisticamente a questão da tecnologia e do ser humano, com todos os recursos disponíveis, levando aos rincões de Minas Gerais a questão da tecnologia e fazendo com que tenha todo um viés social.

Nesses CVTs há laboratórios vocacionais que trabalham toda tecnologia baseada na vocação do Município; salas de videoconferência, para levarmos praticamente o mundo para essas cidades; e núcleo de apoio ao empreendedorismo, para trabalharmos muito a questão do empreendedorismo; não só do ponto de vista do capitalismo, mas também do ponto de vista da economia solidária.

Nessa rede há também 487 telecentros. Há até telecentros instalados no meio de pastos, com vacas ao redor. É algo muito gostoso. Há uma sala de inclusão digital que contém computadores conectados à internet durante mais de 10 horas por dia. O objetivo desse projeto, que tem um nome um pouco complicado - é chamado Rede de Formação Profissional Orientada pelo Mercado, mas é a rede CVT de Minas Gerais, que é a maior rede do Brasil -, é ampliar ao máximo as nossas capacidades locais e regionais para combater a exclusão digital e social, gerar emprego e renda e contribuir para a melhoria do nível de vida da população, principalmente das comunidades menos favorecidas. Para alcançar esses objetivos, o projeto foi dividido em duas vertentes de atuação: alfabetização digital e formação e aperfeiçoamento profissional, que caminham juntos. Hoje, já superamos isso. Vamos dizer assim, já passamos a régua e esse objetivo foi alcançado. Agora, estamos trabalhando em cima da convergência para que possamos utilizar o máximo de tecnologia dentro dessas comunidades. A comunidade em geral frequenta assiduamente esses centros tecnológicos, buscando o acesso às tecnologias da informação, da comunicação e da qualificação profissional para o primeiro emprego e o aperfeiçoamento para o retorno ao mercado de trabalho e a melhoria da qualidade de vida. Temos vários projetos transversais nesses CVTs. Pela foto ali, vocês podem ver que a nossa população é bem variada, incluindo desde crianças até pessoas da terceira idade, com a participação efetiva da comunidade. Não é propaganda, viu, gente? Isso existe mesmo, é real. Temos os números para quem quiser ver. É a nossa realidade.



Aqui, a nossa rede, que tem uma capilaridade maravilhosa. Na parte azul-clara estão os nossos telecentros; na parte verde, estão os CVTs e os telecentros e na parte azul-escura, estão os nossos CVTs. Essa será a nova rede, mais uma ampliação que o Secretário Narcio está costurando, que é a nova rede CVT voltada para o aumento do número de CVTs o máximo possível.

Aqui, a inclusão digital e social. Hoje, temos disponíveis 48 cursos gratuitos a distância de informática, gerencial, profissionalizante e comportamental, que, mensalmente, proporcionam mais de 1.500.000 acessos à internet, por meio de serviços de utilidade pública, confecção de currículos, “e-mails”, “e-gov”, participação em redes sociais, pesquisas escolares, lazer, etc.

Aqui, está um exemplo da nossa grade, que é uma grade maravilhosa. Para vocês verem que tangenciamos sobre vários aspectos, buscando todas as vocações de Minas Gerais. A grande surpresa, nosso orgulho, é que hoje somos o 1º lugar, no mundo no Brasil. Como podem ver, só perdemos para a Índia. Não são acessos; são pessoas que fizeram e concluíram os nossos cursos na plataforma “moodle”. Todas as capacitações são gratuitas, geram renda, realmente acontece a transformação social e regional, a melhoria na qualidade de vida da população, com a promoção do desenvolvimento sustentável, do empreendedorismo e da inovação. Pelas fotos, vocês podem ver que tudo é bem diversificado, dentro das vocações das várias Minas que temos.

Aqui, vemos o processamento de fibra de bananeira no CVT de Jequitinhonha. Depois desse trabalho que foi implantado lá, tivemos um resultado maravilhoso: fomos para a Casa Cor, de Minas Gerais e de São Paulo, para expor os trabalhos feitos com o papel de fibra de bananeira, fabricado pelos nossos alunos, que hoje já são totalmente autônomos lá em Jequitinhonha.

Aqui, estão algumas fotos da nossa participação na feira da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, que aconteceu no segundo semestre do ano passado e cujo tema foi “Mudanças climáticas, desastres naturais e prevenções de risco”. Todos os CVTs participaram ativamente desse evento. Um novo projeto - de uma forma ou de outra, haverá uma transversalidade dentro da nossa rede CVT -, o Projeto de Tecnologia Assistiva, que foi lançado na semana passada pelo Secretário Narcio Rodrigues, está sendo construído agora com a sociedade como um todo, com a participação de universidades e de todos os movimentos sociais existentes. Esse aqui é o Centro de Tecnologia Assistiva de Minas Gerais que está sendo instalado em duas universidades, a UFMG e a Universidade Federal de São João del-Rei. Esses são exemplos de situações em que se trabalha a tecnologia assistiva, outra transversalidade da tecnologia social.

Implantamos 148 centros tecnológicos em Apaes de Minas Gerais para continuar trabalhando com esse foco. Nessas Apaes foram implantados centros de capacitação. Como disse, 148 Municípios receberam isso. Aqui estão as fotos em que podemos notar não apenas a inclusão de tecnologia, mas também a utilização do máximo de tecnologias existentes no mercado para a capacitação profissional dessa população.

A Hidroex é outro projeto da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior que trabalha dentro da visão da tecnologia social. Também estará presente na Rio+20. O objetivo desse projeto é o desenvolvimento de atividades de educação, capacitação e pesquisa aplicada em águas. O grande mote do projeto é a educação para as águas numa perspectiva interdisciplinar. Muito obrigada. Estou aberta às perguntas.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de “slides”.

O Sr. Presidente - Agradecemos à Sra. Lélia Inês Teixeira pela sua exposição. Com a palavra, o Sr. Claiton Mello, Gerente de Educação e Tecnologia Inclusiva da Fundação Banco do Brasil, para sua exposição sobre o tema “Conferência Rio+20 e sustentabilidade: a contribuição de tecnologias sociais”.

Palavras do Sr. Claiton Mello

Bom dia a todas e a todos. Cumprimento os integrantes da Mesa e os amigos. É uma satisfação estar aqui, na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, participando de um debate tão importante como este. Agradeço ao Deputado Almir Paraca, que nos convidou para participar da Mesa, dos debates, a oportunidade que temos para ampliar o diálogo sobre o conceito de tecnologia social e sobre como isso interfere nas ações dos movimentos sociais, das organizações que discutem um outro modelo de desenvolvimento, que é o desenvolvimento sustentável. Esse debate tem uma relação direta com o que vai acontecer na Rio+20 e com os resultados obtidos após esse evento.

Farei a apresentação de uma síntese desse documento, um caderno que está disponível na página institucional da Fundação Banco do Brasil denominado “Tecnologia social para superar a pobreza - Formulação de propostas à Conferência Rio+20: 10 pontos para uma plataforma da tecnologia social na Rio+20”. Esse documento foi elaborado em setembro do ano passado, com a participação de quase duas dezenas de representantes de organizações sociais, de movimentos sociais, parceiros estratégicos da Fundação Banco do Brasil. Discutimos a relação entre a tecnologia social e a Rio+20 com representantes do governo federal, da Secretaria-Geral da Presidência da República e do Ministério do Meio Ambiente, que participou conosco dessa elaboração. Contamos também com a colaboração de uma pessoa que tem uma história na trajetória dos debates das conferências da ONU, que é o Prof. Ignacy Sachs. Ele é um estudioso do Brasil hoje radicado na França, mas transitou pela Índia e por vários outros países, contribuiu na organização da Conferência de Estocolmo, em 1972, e foi um articulador da Conferência da Rio 92, a Eco 92. Hoje, felizmente, está conosco. É um senhor que, apesar da idade, é um entusiasta e um elaborador das políticas para o desenvolvimento sustentável. Essa foi a forma como construímos essa discussão na Fundação Banco do Brasil. Quero partir da apresentação do Prof. Ricardo Neder, que também contribuiu com a discussão e participou conosco deste debate. Como disse o Prof. Neder, a verdade da tecnologia não é bem fundante e eterna. Com as promessas que tivemos da revolução verde, que era o alimento para todos, percebemos que, da década de 1970 para cá, continuamos com um sexto da população do mundo passando fome ou em situação de falta de alimento. A revolução prometida no campo pela tecnologia convencional, a tecnologia da monocultura, não resolveu o problema. Se hoje olharmos para as nossas cidades, perceberemos que a solução dada para o transporte humano não é a adequada para uma sociedade que deseja o desenvolvimento, que deseja viver em harmonia com a natureza. Hoje, o modelo do automóvel como meio de transporte nas grandes cidades demonstra o caos em que estamos mergulhados na sociedade brasileira e nas grandes metrópoles do mundo inteiro. Se formos ver a verdade da tecnologia no prato diário que está em nossas mesas, podemos perceber a falta de diversidade alimentar. Hoje, a base alimentar dos

brasileiros está reduzida a 5, 6 grãos, enquanto a multiplicidade, a diversidade de plantações que esse país e outros continentes tinham estão reduzidas a quase nada, fruto de uma lógica de distribuição de alimentos coordenada por poucos grupos que definem, inclusive, quais alimentos comemos.

A tecnologia convencional ou a tecnologia do sistema capitalista não responde a questões da sustentabilidade. Pelo contrário, a tecnologia convencional tem consumido o planeta de uma forma quase irreversível. Se pegarmos esses aspectos da monocultura, do carro como meio de transporte individual, percebemos que essas tecnologias para nós colocadas, as quais não optamos por ter, mas fomos obrigados a assumir, são tecnologias que acabam com os recursos naturais. Nessa lógica, nessa visão, percebemos a necessidade de outra tecnologia. É esse debate sobre tecnologia que temos feito. Elaboramos esses 10 pontos que partem principalmente de pensar como a tecnologia pode permear nosso pensamento, nossas decisões. Como podemos participar, democraticamente, da definição daquilo que a sociedade precisa, do que ela necessita? Hoje, para fazer tecnologia e desenvolver novos mecanismos, é preciso um processo democrático de participação popular. Precisamos ganhar segmentos da sociedade civil, dos movimentos sociais que trabalham dentro do conceito, como o Prof. Neder falou, pois existe sim um olhar sobre a tecnologia como uma situação neutra, com se ainda pudéssemos conviver com os mecanismos tradicionais. Porém, está colocado o oposto. É preciso realizar esse debate em toda a sociedade e com o poder público. Este é um espaço privilegiado para essa discussão, uma espaço em que as leis são definidas e em que temos que pensar como uma tecnologia tem impacto direto sobre a realidade, sobre as pessoas, sobre as próximas gerações. É preciso desenvolver uma nova capacidade de reflexão, uma nova cultura tecnológica, pensando a tecnologia com uma economia que tenha sustentabilidade. Apostamos na economia solidária, na economia que possa fazer com que as pessoas sejam atendidas a partir de suas necessidades, e não a partir de necessidades dos grandes conglomerados. Nesse sentido, também reforço a tese de que a tecnologia social não é questão apenas para os pobres, mas pode ser alternativa para a sociedade, uma nova lógica tecnológica que leve a sociedade à harmonia com a natureza, ao desenvolvimento e à valorização da vida e do bem-estar. Hoje as políticas públicas devem estar direcionadas para o bem-viver, para a forma de qualificar as nossas vidas - não para provocar estresse nas cidades -, para perceber como outra relação de vida pode estar acima das questões estudadas nas universidades, nos centros de pesquisa, nos currículos escolares, nos institutos federais, discutindo o tema ecologia como essencial.

Uma terceira questão, que acredito ser fundamental, é a visão do discurso do Prof. Ignacy Sachs em relação a planejamento. Precisamos pensar o planejamento das nossas vidas, das nossas cidades, dos nossos bairros, a partir das percepções das pessoas. Não podemos deixar que o planejamento do nosso Estado esteja à mercê dos grupos econômicos ou dos interesses privados, que são de poucos. Quando refletimos no planejamento a lógica do mercado, que o mercado está acima de qualquer suspeita, deixamos de lado o direito democrático da participação, o que influencia diretamente na lógica das políticas públicas. O programa Minha Casa, Minha Vida, por exemplo, é uma grande política pública do governo brasileiro, talvez o maior empreendimento do mundo de construção de casas populares. No entanto, precisamos qualificar essa política pública, do ponto de vista de uma lógica da tecnologia social. No Brasil, estudos do IBGE mostram que mais de 50% das casas são construídas em mutirão, mas, na política pública Minha Casa, Minha Vida, mais de 90% é realizada por empreiteiras. Por que a política não pode ser focada olhando e observando os movimentos e as dinâmicas sociais? Hoje existe uma tecnologia social certificada pelo Banco do Brasil de um grupo de agricultores do Rio Grande do Sul. Eles constroem suas casas a partir do programa Minha Casa, Minha Vida em mutirão e ampliam o tamanho das casas, porque os recursos são destinados ao bem-estar das famílias. Do mesmo modo, outras políticas podem ser construídas socialmente, de forma coletiva, com a sociedade, com as comunidades.

A reflexão do local e do global não é de hoje, mas de 1972, e é muito válida. Precisamos ter a reflexão de que o desenvolvimento tem de ser valorizado a partir do local, do território. Não faz sentido, hoje, a compra de alimentos que podem ser produzidos no interior, nos territórios mais afastados, garantindo, por exemplo, a agroecologia, ao invés de se fornecerem nas escolas alimentos produzidos pelas grandes indústrias de São Paulo ou do centro de Minas Gerais. Enfim, precisamos qualificar o padrão alimentar do povo brasileiro com a produção local, o que fará com que tenhamos olhar sobre o local, de forma muito mais clara.

Tudo isso tem a ver até com a lógica dos financiamentos públicos. Como os financiamentos públicos podem ser feitos a partir de uma visão nacional, sem olhar o território? Esse é um desafio apresentado a todos nós. Como o financiamento do Estado, dos bancos públicos pode valorizar as tecnologias sociais? No Banco do Brasil, temos discutido e feito experimentações nesse sentido, ou seja, estamos trabalhando com financiamento global das unidades de produção familiar a partir do Pronaf. Não estamos olhando apenas o produto: o feijão, o arroz e a mandioca. Estamos olhando a capacidade geral de produção daquela unidade familiar, ao produzir para sua subsistência ou para a geração de renda. Estamos trabalhando nesse sentido, com uma tecnologia social chamada Produção Agroecológica Integrada Sustentável - Pais -, que garante, num primeiro momento, a segurança alimentar das famílias e a geração de renda a partir da venda do excedente. Essa é uma experiência que temos feito junto ao Banco do Brasil e tem dado um resultado fantástico. Queremos ampliar não somente essas tecnologias, mas também as que possam resolver, por exemplo, os problemas da sanidade dos espaços rurais. Nas casas dos trabalhadores da agricultura familiar, não há saneamento básico. Há uma tecnologia básica da Embrapa para resolver isso. É uma experiência rica e de baixo custo. Isso poderia ser implementado diretamente nas casas dos agricultores familiares como uma política pública. Para falar de Minas Gerais, em Caratinga, a Prefeitura está desenvolvendo um aprimoramento dessa tecnologia social, utilizando, em vez de insumos básicos de construção, equipamentos de resíduos, para fortalecimento dessa tecnologia. É uma inovação dentro do marco da tecnologia social.

O quinto ponto trata também dos países. Se pensamos o nosso local, o nosso desenvolvimento, deve haver também uma dimensão disso entre os países. Como podemos fazer o diálogo entre os países que têm os mesmos biomas e as mesmas condições climáticas? Esse é um desafio exposto na Rio+20.

Há uma questão fundamental que diz respeito a como pagar essa conta do desenvolvimento de um novo marco. Precisamos fazer com que as grandes corporações e os países poluidores contribuam para a solução do problema, não o transfiram para os países emergentes, que estão em processo de desenvolvimento. Hoje temos condições de fazer com que oceanos e mares poluídos e explorados por grandes tráficos de produtos sejam taxados. Essa taxação deve recair sobre as grandes riquezas, as grandes fortunas



das grandes empresas. Isso deverá ser revertido como recursos para a pegada ecológica, que está traçada em nosso país e no planeta como um todo.

Há uma discussão muito importante, mas que pode ser muito perigosa, na Rio+20, que é a discussão sobre a economia verde, que não pode ser entendida apenas como a pintura da vaca ou do boi, que está assolando a Amazônia. Não podemos apenas pintar o boi verde, os pastos ou os grandes empreendimentos da monocultura, com compensações, pagando pelo desastre que vem acontecendo. Temos de pensar a lógica do desenvolvimento econômico em outro patamar, em outro paradigma de produção, consumo e distribuição. Temos de buscar o desenvolvimento com sustentabilidade.

Reforço a visão do Prof. Ricardo Neder, porque temos de pensar a ciência, a tecnologia e a sociedade como uma coisa só, como um elemento único, constituindo e institucionalizando políticas de tecnologias sociais. Precisamos demarcar o campo hoje, porque precisamos mudar nossos paradigmas. Para construirmos essa política, reforço a necessidade de um diálogo. O espaço de debates na Assembleia é privilegiado para se pensarem as políticas públicas. Como podemos fazer com que as políticas públicas possam ser adaptadas numa lógica de tecnologia de readequação? Podemos projetar novamente e readequar, incorporando novos conhecimentos para o desenvolvimento social. Enfim, isso está muito articulado com uma outra economia. A economia solidária é uma possibilidade de inclusão, de fato, de um grande contingente que não faz parte hoje do trabalho formal. Hoje, nosso país está quase em pleno emprego, e mais de 50% das pessoas com idade de trabalho estão fora do mercado de trabalho formal. O caminho de fazer com que esses cidadãos participem da economia é qualificar o espaço da economia solidária como privilegiado das políticas públicas de financiamento, de garantia de recursos públicos para o desenvolvimento dessas soluções que partem, por exemplo, no campo, pela agroecologia; nas cidades, com a agricultura urbana, as confecções, enfim, a valorização das riquezas locais.

Para concluir, precisamos promover uma mudança radical em nossos marcos políticos e normativos, nos marcos legais e jurídicos para desenvolvermos a sociedade com tecnologia social numa nova lógica econômica de relação de bem-viver em nossa sociedade. Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de “slides”.

O Sr. Presidente - Agradecemos ao Sr. Claiton Mello, Gerente de Educação e Tecnologia Inclusiva da Fundação Banco do Brasil, por sua exposição. Com a palavra, Filipe Freitas, educador ecológico e membro da Associação Terra Una, com atuação nas Redes de Educação Gaia, da Rede Global de Ecovilas e do Movimento de Cidades em Transição, para sua exposição sobre o tema: “Conferência Rio+20 e sustentabilidade: a contribuição das tecnologias sociais”.

Palavras do Sr. Filipe Freitas

Deputado Almir Paraca, Deputado Célio Moreira, autoridades presentes, colegas debatedores, senhoras e senhores, um bom dia a todos. Eu me chamo Filipe Freitas. Faço parte da Associação Terra Una, entidade do terceiro setor que executa projetos e ações em vários âmbitos na busca da sustentabilidade ecológica e de integração social.

Hoje vim falar sobre tecnologias sociais a partir da perspectiva dos movimentos internacionais das ecovilas. A Terra Una é uma ecovila situada no Sul de Minas e do Movimento das Cidades em Transição. Esses dois movimentos trabalham com o mesmo propósito, mas um está focado na área rural e o outro está mais focado na área urbana. Falarei, um pouco, sobre os objetivos desses dois movimentos. Identificamos três objetivos. O primeiro deles seria alcançarmos uma mudança de percepção da realidade, a partir de uma nova epistemologia, baseando-se numa ciência mais contemporânea e nos avanços da compreensão de novos conceitos, tais como matéria, energia, organismo, comunidade, vida, sociedade. Essas novas concepções levam-nos ao encontro de visões de mundo que influenciarão profundamente as nossas escolhas cotidianas, implicando uma mudança de valores e novas concepções de riqueza, de felicidade e de sucesso.

O segundo objetivo desse movimento é a busca por soluções para essa crise socioambiental que afeta todo o planeta Terra atualmente. Nesse objetivo situa-se o tema deste debate. O que hoje chamamos de tecnologia social parte do princípio fundamental de ser uma solução para aspectos dessa crise profunda, que afeta toda a comunidade da vida, e não faz distinções entre o que é social e o que é ambiental.

O terceiro objetivo seria o de promover o fortalecimento das comunidades, de maneira a criar espaços de convivência produtiva e afetiva, criando núcleos comunitários comprometidos com a sustentabilidade, fazendo com que as vizinhanças se integrem a fim de alcançar objetivos compartilhados. É interessante dizer isso porque hoje vale verificar o grau de distanciamento no âmbito das comunidades, pensando, por exemplo, em moradores que habitam o mesmo andar de um prédio e, muitas vezes, não se conhecem. A busca é criar o fortalecimento das comunidades, com a confiança de que a convivência entre as pessoas fazem com que os indivíduos ganhem discernimento e disposição para atuar positivamente na construção de uma verdadeira democracia, aprofundando o senso de cidadania e de participação no processo de transição para uma cultura de paz, que está em curso na sociedade.

Portanto, são esses três objetivos: uma mudança de mentalidade, a busca de soluções e o fortalecimento das comunidades. O primeiro objetivo é mais filosófico, mas nem por isso menos importante porque são as novas compreensões de realidade e de sociedade que sustentarão os outros dois objetivos. Sem uma mudança epistemológica – chamemos assim -, sem uma mudança de percepção, o fortalecimento das comunidades e a busca de soluções não foge da dinâmica fragmentadora da sociedade. E, por isso, não conseguirão sustentar-se como modelo de desenvolvimento. Precisamos, realmente, mudar as concepções do que é riqueza, sucesso e desenvolvimento.

Em relação ao segundo objetivo, a questão das tecnologias, parto de um princípio de que os índices atuais de diminuição abrupta da diversidade, com a supressão descontrolada da cobertura vegetal do planeta, a quantidade imensa de toxinas despejadas nos solos, nas nossas águas, a acidificação dos oceanos, a desertificação de várias áreas anteriormente produtivas, ou seja, todos esses dados, hoje inquestionáveis, dão-nos a convicção da necessidade de uma revisão estrutural dos processos de produção e de consumo.

Chamo a atenção para um aspecto interessante que diz respeito a essa reestruturação. Existe hoje todo um conceito de coalizão na busca por soluções no âmbito tecnológico. Esse é um aspecto que parece unir polos oponentes da sociedade. Tanto os movimentos



sociais como o empresariado parecem muito interessados em substituir as atuais tecnologias pesadas e tóxicas, criando processos sustentáveis, ou seja, processos capazes de otimizar a utilização dos recursos e da energia, e serem resilientes. O que seria resiliência? O conceito de resiliência sugere a capacidade de absorção dos impactos e a habilidade de retornar àquele estado inicial anterior ao impacto. Os nossos sistemas têm essa capacidade de absorver os impactos e de conseguir retornar ao estado de equilíbrio que os precedia.

O desenvolvimento de tecnologias brandas e socialmente justas é hoje um campo de vasta potencialidade. Vem ganhando muita força tanto na perspectiva empresarial quanto no âmbito dos movimentos sociais. Queria falar um pouco sobre a perspectiva dos empresários. Apesar de existir ainda efetivamente um falso “marketing” verde, vamos chamar assim, podemos identificar uma grande movimentação em torno de alguns conceitos bem importantes, que é o que está hoje muito em voga por conta do tema da economia verde na Rio+20. Digo que existe essa tendência, embora possamos constatar que não é de todo o empresariado, mas, sim, de uma parte dele; uma parte bem significativa, que hoje tem se mostrado sensível às questões da sustentabilidade.

Um dos conceitos muito interessantes a que o mundo empresarial tem se mostrado sensível é o que chamamos de superprodutividade de recursos, ou seja, que cada unidade de energia que entra no sistema produtivo seja utilizada com muito maior eficácia e, assim, o desperdício estrutural, que constatamos hoje, possa ser eliminado ou pelo menos minimizado. Estima-se – esse é um dado muito interessante – que, com as nossas tecnologias atuais, já poderíamos estar fazendo o dobro do que fazemos utilizando metade dos recursos. Isso é o que chamamos de fator quatro. Outras linhas de pesquisa atuais sugerem que muito em breve seremos capazes de utilizar cada unidade de energia com dez vezes mais eficiência. Eu até convidaria vocês a fazerem um exercício de imaginação. Imaginem uma pessoa que chegasse ao parlamento inglês em 1700 e dissesse aos parlamentares que em 50 anos 1 pessoa faria o trabalho de 200. Provavelmente ela seria considerada louca naquele momento, mas foi exatamente o que aconteceu – 50 anos depois, mais ou menos em 1750, com a evolução do maquinário e a Revolução Industrial, 1 pessoa fazia o trabalho de 200. Com esse conceito de superprodutividade de recursos, estamos na iminência de uma nova revolução industrial.

Mas não é só isso. Outras questões do âmbito empresarial são muito relevantes para a discussão na Rio+20. Uma delas é um conceito interessante relacionado a uma lógica de serviço e fluxo. Quer dizer, em vez de o empresário nos vender um produto, na verdade ele nos venderá um serviço que está embutido nesse produto. Por exemplo, em vez de ir à loja e comprar um televisor, compro o serviço de programação televisiva. Se quero comprar um tapete, não vou à loja fazer isso; comprarei um serviço de revestimento de piso. Se quero comprar um ar condicionado, vou comprar o serviço de condicionamento de ar. Isso muda a lógica do processo. Quando meu televisor ficar velho, o que farei com aquela caixa contendo 4 mil substâncias tóxicas? Se compro o televisor, não sei o que farei com ele depois. E hoje uma questão relevante é a dos resíduos tecnológicos. Então, em vez de comprar o televisor, compra-se o serviço. Quando o televisor ficar velho, é devolvido ao fabricante. Ai teremos um outro elemento também muito interessante nessa discussão da economia verde, que é o “ecodesign”. Com isso, o fabricante começa a pensar nos componentes de uma maneira que se possa substituí-los para reciclagem e para novos usos, isto é, uma maneira mais simplificada não só em relação aos produtos, mas também na linha de produção. Temos muitos elementos novos e de inovação no âmbito do empresariado que trazem o que as pessoas chamam de engodo da economia verde. Mas não é verdade que isso seja apenas um engodo, por mais que possa haver um falso “marketing”. Existe, sim, uma movimentação muito consistente no âmbito do empresariado para que essas inovações ganhem força e se tornem a própria dinâmica do sistema produtivo.

São essas as perguntas que os cientistas estão fazendo para ver como inovar. Existe uma ciência mais contemporânea, chamada biomimética, que é quando a ciência busca imitar os padrões da natureza para se aproveitar da sabedoria que os sistemas naturais acumularam ao longo de bilhões de anos de evolução. Como a célula consegue computar tanta informação? Os computadores mais avançados não têm a capacidade de computação de uma célula do nosso corpo. Como as folhas conseguem captar e aproveitar a energia do sol com tanta eficácia, sendo que as nossas placas fotovoltaicas mais desenvolvidas não conseguem acompanhar essa eficácia? Como os mexilhões criam cola para se agarrarem debaixo d'água? Como a aranha cria uma fibra ultrarresistente sendo que a única fibra criada pelo homem capaz de se comparar, em resistência, à teia da aranha é o kevlar, que é a fibra usada para fazer colete à prova de bala. Essas inovações vão estudar o que a natureza oferece como solução. Ai vemos o desenvolvimento muito interessante nessa área, seja de computadores, de energia, de produtos de limpeza, fibras têxteis, agricultura, temos isso como uma inovação de maneira muito interessante. Com isso, espera-se que num futuro breve e com a nossa capacidade de produção e organização empresarial a nossa sociedade esteja a serviço de processos capazes de aliviar a pressão sobre os ecossistemas e, ao mesmo tempo, ofertar qualidade de vida para toda população. Ai, temos essa dimensão do empresariado.

Também no âmbito dos movimentos sociais encontramos um extenso trabalho de criação de cadeia produtiva apoiadas por uma lógica associativa, a partir de um modelo de desenvolvimento que é compartilhado por redes. Olhando para esse desenvolvimento, posso dizer que uma força de grande importância a ser abordada como um fenômeno social é um movimento da economia solidária. No Brasil existe uma rede consistente de fóruns estaduais que está sob a batuta de uma secretaria nacional. Existe uma rede de organizações promovendo essa grande convergência no âmbito da sociedade civil capaz de experimentar soluções tecnológicas de amplo alcance no contexto de empreendimentos com lógica cooperativa. E associado a isso temos uma malha muito grande de pesquisa universitária promovendo a incubação de muita tecnologia social e desenvolvimento dela no âmbito das comunidades.

Outra força poderosa que se entremescla muito com a economia solidária é a rede de permacultura. Nem todos estão familiarizados com a permacultura, mas é uma ciência que foi sistematizada na Austrália, na década de 70, que hoje é bastante difundida nos cinco continentes e que, por meio de princípios ecológicos, planeja e executa sítios abundantes. O que seria isso? Seria produzir em parceria com os ecossistemas, por meio de técnicas de habitação, de saneamento, de agricultura, de movimentação da terra, de aproveitamento da água, entendendo as forças da natureza que nele atuam. A ideia da permacultura é criar esse “design”, essa implementação que promove biodiversidade, gera vida e amplifica as potencialidades produtivas desse sistema.

Várias tecnologias sociais brandas e eficazes de reciclagem, compostagem, construção, produção de alimentos, etc., advêm dessas experiências de permacultura, que contribuem para promover novas concepções de progresso, encontrando na simplicidade a grande



riqueza. A experiência de ver um sítio de permacultura funcionando e produzindo em abundância traz-nos a constatação de que podem, sim, viver bem, de forma mais integrada, mais saudável, com outro padrão de produção e de consumo. Por fim, uma grande força muito poderosa, que hoje tem se manifestado de uma forma inexorável no âmbito das comunidades, é essa que traz as tecnologias em educação e comunicação. Atualmente dispomos de um vasto conjunto de técnicas, diversas formas de promover a integração entre as pessoas, criando o contexto de comunicação colaborativa, não violenta, com habilidades para criarmos a vida juntos, conceber e executar projetos conjuntamente, sabendo lidar com a diversidade de divisões, de opiniões e trazendo o que chamamos de cultura de paz para as relações pessoais e comunitárias. Esse aspecto social da sustentabilidade é o que eu, pessoalmente, considero o grande coração desse movimento de sustentabilidade global.

Quando eliminarmos, em algum lugar, as fronteiras mentais que nos dividem e, dentro dessa nova lógica de integração, os partidos políticos, os times adversários, os empreendimentos que concorrem no mercado, quando isso se tornar ferramenta de evolução para nós, em vez de se tornar o objetivo existencial, sustentado por alguma ideologia, quando alcançarmos o entendimento de que todos somos singulares e, ao mesmo tempo, interdependentes, potencializaremos as tecnologias e daremos um salto para um novo estágio de evolução.

Temos, de fato, todo um manancial imenso de criatividade e uma fantástica capacidade de produção. É a lógica que, na verdade, está distorcida, gerando um equívoco, que é estrutural. Então os movimentos de ecovila, de cidade em transição, trazem essas tecnologias de educação de crianças, de jovens e também de adultos. E também tem um braço pedagógico que chamamos de Educação Gaia, que é um currículo que aborda a sustentabilidade nas dimensões econômica, social e ecológica, promovendo uma visão de mundo que apresenta uma alternativa solidária, permacultural, afetiva, para criar espírito de comunidade. Assim, cada um em sua área, com seus projetos, com suas atividades, poderão atuar na superação da crise e na transição para a sustentabilidade.

Chegamos aqui à Rio+20. As minhas breves palavras sobre esse evento enfoca uma visão muito positiva, ao sentir a mobilização de ambas as polaridades, o empresariado e o movimento social, na busca de solução para essa crise. Um ponto bem relevante nas discussões desse encontro passa por como tornar todo esse campo de conhecimento de que venho falando aqui acessível à população, de como orientar a pesquisa e tornar a economia realmente ecológica, incluindo aí um desenvolvimento social fundamental subjacente às transformações do setor positivo. Nesse âmbito, o Brasil dá mostras de ser um terreno muito fértil para a absorção das inovações e a difusão delas no âmbito comunitário. O fato de eu estar apresentando essas ideias é um sintoma dessa fertilidade.

Agradeço aos Deputados que propuseram aqui este debate, fazendo votos de que as ideias que aqui estão circulando possam influenciar, de alguma forma, os caminhos desta Casa do povo mineiro. Com muita gratidão, quero encerrar minha fala dizendo que o Educação Gaia está chegando a Belo Horizonte. No domingo teremos um “workshop” introdutório para quem quiser conhecer um pouco dessa abordagem da sustentabilidade com enfoque no tema das tecnologias sociais. Vamos fazer esse evento no Espaço 104, no Centro da cidade. Vocês poderão conseguir mais informações pelo nosso “blog”: gaiabh2012.blogspot.com.br. Agradeço muito a oportunidade. Vamos debater.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de “slides”.

O Sr. Presidente - Agradecemos ao ilustre expositor Filipe Freitas, que é educador ecológico e membro da Associação Terra Una.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Neste instante, daremos início aos debates. Solicitamos a quem fizer uso do microfone que se identifique e seja objetivo e sucinto, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Pedimos que entregue antes sua contribuição por escrito à assessoria. Cada participante disporá de até dois minutos para sua intervenção. Lembramos que a leitura e a apresentação oral de questionamentos aos expositores serão feitas de acordo com o volume de inscrições recebidas.

Debates

O Sr. Presidente - Gostaria de chamar, para sua intervenção ou pergunta oral, Clarise Fernandes da Silva, da ONG Clarosofia Núcleo Mundial.

A Sra. Clarise Fernandes da Silva - Primeiramente, gostaria de solicitar uma tolerância, pois é muito importante o que direi. A ONG Clarosofia Núcleo Mundial vem se empenhando na questão do meio ambiente, principalmente no aspecto da preservação da vida humana, em razão das questões políticas que precisam de mais empenho e comprometimento nas ações sociais. Ela também se preocupa com uma questão muito importante que tem muito a ver, apesar de não parecer: inserir no Rio+20 o tema da distribuição de renda de forma equilibrada para os trabalhadores que sofrem com a defasagem de salário e a falta de qualidade de vida. Não é possível falar do Rio+20 sem falar de distribuição de renda e da sustentabilidade do trabalhador, pois, assim, não existirá realmente sustentabilidade. Essa é uma das pautas. Foi feita uma pesquisa e o pessoal de Belo Horizonte está pedindo uma atenção especial. Quero dizer que a ONG Clarosofia é uma matéria interdisciplinar ético-filosófica de ciências sociais e humanas que estuda a transparência e a clareza direcionada para o desenvolvimento do raciocínio, objetivando a desenvoltura do ser humano para promover o bem-estar social. Para falar de sustentabilidade, tem que falar da valorização da força produtiva do trabalhador porque, se não ocorrer a discussão da distribuição de renda, não haverá sustentabilidade. Sustentabilidade quer dizer o que realmente vai valorizar o sujeito como um todo e pauta-se, a princípio, na força produtiva do trabalhador que gera a possibilidade e o acesso para ele realmente ser autossustentável através do seu trabalho.

Temos que erradicar a mais valia para que o pai, chefe de família, tenha condições de ser o responsável pela sua família e a mãe volte a ser educadora porque professor não é responsável pela educação do aluno. Os pais são os responsáveis pela educação das crianças. A mãe tem que voltar a ser educadora urgentemente para que essa questão do “crack” não venha a ser cada vez mais acentuada na sociedade. Isso não pode continuar existindo porque a sociedade vem adoecendo. Quando existe um usuário de “crack” na família, toda a família adocece, a sociedade adocece, os políticos adoecem e fica caro. É preciso investir na prevenção, na área da saúde e da educação. Nossos parlamentares queridos têm que se empenhar cada vez mais em fazer valer os 25% para a saúde, os 12% para a educação, cobrar mais empenho do governo estadual, buscar parceria com o governo federal, parar de priorizar os critérios



partidários, priorizando as soluções para a sociedade como um todo, que é pagadora de impostos caríssimos que não consegue sobreviver mais com o supervalor dos impostos. Hoje, os impostos arrecadados são tão altos que estão se sobrepondo ao valor da vida. A vida tem que se sobrepor ao valor dos impostos. Isso não pode continuar existindo.

A ONG Clarosofia Núcleo Mundial, preocupada com os problemas ambientais propôs à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, aos parlamentares, à Conferência Rio+20 e à Sustentabilidade da Assembleia Legislativa uma análise da vida humana, que corre o risco de ser dissipada pelos eventos cataclísmicos que vêm assolando o nosso planeta.

A agressão à natureza tem provocado a extinção e a degradação humana: terremotos, maremotos e furacões tiveram repercussões catastróficas, ceifando milhões de vidas, tudo por causa de interesses econômicos do capitalismo selvagem mundial. Temos um grande problema atmosférico em nosso planeta provocado pela poluição industrial, que é a existência de um buraco na camada de ozônio sobre o Polo Sul, e recentemente no Polo Norte. Existem evidências de que, se não for contido o aquecimento da Terra, as geleiras poderão derreter, invadindo os continentes e exterminando milhões de vidas humanas.

O assunto é muito sério. Nossa ONG se coloca na vanguarda, alertando e mobilizando a sociedade hoje, nesse 1º/6/2012, nesta Casa Legislativa, diante desses parlamentares e da sociedade. Também não podemos fugir das profecias bíblicas. O Evangelho de São Lucas, capítulo 21:25, diz que haverá sinais no sol, na lua, nas estrelas e na Terra, além de angústia entre as nações e perplexidades por causa do bramido das ondas do mar. Homens desmaiarão de terror em função do que recairá sobre o mundo. Os poderes do céu serão abalados. No entanto, podemos ser instrumentos de Deus para a salvação da vida física ou espiritual das pessoas.

O Sr. Presidente - Conclua por favor.

A Sra. Clarise Fernandes da Silva - Voltada para a conferência do Rio+20 - sustentabilidade -, a nossa ONG suscita o posicionamento das autoridades para os tão importantes problemas sociais e ambientais. Muito obrigada e um bom dia.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Clarise, pela sua participação. O Sr. Said Pontes está presente para a sua consideração? Ele fez uma pergunta escrita para o Prof. Ricardo. Ele pergunta: “O modelo preponderante de desenvolvimento tecnológico da base à produção de bens de consumo, em caso de tragédias crescentes e impactos ambientais, como é possível reverter o quadro de degradação ambiental se a tendência é sempre dar força a esse modelo?”. Essa pergunta é para o Prof. Ricardo.

Primeiro vou ler todas as perguntas. Quem quiser também poderá fazer a sua indagação oralmente. Posteriormente, a palavra será fraqueada para respostas. Em seguida, virão as considerações finais. Com a palavra, para pergunta oral, Danilce Cristina de Oliveira Braga.

A Sra. Danilce Cristina de Oliveira Braga - Brasil: “Rumo à Rio+20 e à Cúpula dos Povos”. Meu nome é Danilce e estou representando a sociedade civil. O “Rumo à Rio+20” exige a criação de um cargo de gestor de acompanhamento de propostas para reuniões feitas dentro desta Casa, para maior eficácia em gestão de cidades.

O enfrentamento e o combate ao “crack” é um projeto eficaz e pode ser eficiente desde que haja a tomada de decisões de bases sólidas, visto que esse problema trouxe para o Brasil a miséria e a violência. O projeto Minha Casa, Minha Vida tem trazido dignidade para várias famílias brasileiras e integração. A oportunidade da igualdade na educação também tem dado conhecimento e ciência para o povo brasileiro, que agora está voltado para as questões sociais e econômicas. A aplicação dos conhecimentos é vista em todos os setores.

A descentralização de aglomerados para a integração justa e com qualidade de vida leva em conta todas as tecnologias sociais existentes e também aquelas que serão acrescentadas no âmbito ambiental com a ativação tecnológica de engenharia de automação e de engenharia ambiental, o que inclui coleta seletiva e reciclagem com base em ciência. É um projeto estimulador e com um orçamento público alto, mas também com retorno a curto, médio e longo prazo.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Danilce, pela sua exposição. Com a palavra, o Sr. Fernando Antônio Leite.

O Sr. Fernando Antônio Leite - Bom dia, Deputado. Acompanhei atentamente quando o senhor listou os diversos esforços que estão sendo realizados no âmbito do Legislativo, como projetos. Chama-me a atenção a carência, na área de políticas públicas, de fomento à economia verde em Minas Gerais. Não temos absolutamente nada, e nunca tivemos, nem na esfera do Executivo nem da do Legislativo. Se o senhor for, por exemplo, ao Indi, responsável pelo fomento de desenvolvimento e captação de investimento pelos Estados, e perguntar qual política o Estado de Minas tem para captar o investimento, empreendimentos à luz da economia verde, de uma economia de transição de baixo carbono, vão achar o senhor esquisito. Não tem nada, nunca teve. Na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - Sede - não é diferente, o discurso que se vê é uma coisa pré-Vargas, até em captar siderúrgicas. Se o senhor for ao Legislativo buscar um projeto de lei nessa linha, também não há nada. Nunca teve, mas agora, com toda essa discussão, com a ONU propalando a economia verde, era de se esperar que houvesse alguma reação.

Na opinião do senhor, pergunto-lhe, e também estendo a questão ao Deputado Almir Paraca, representando o Legislativo, como podemos explicar esse fato. Isso se deve a uma visão dos políticos mineiros de que isso realmente não é estratégico, deve ser ignorado, que não vale a pena debruçar sobre isso para elaborar políticas públicas, ou que isso se deve a uma miopia histórica dos políticos mineiros, que não se declinam a mobilizar a sociedade, debruçar sobre esse tema e elaborar nem que for um parágrafo de política pública para conectar o potencial, as características de Minas com eventuais investidores e capital existente no mundo.

O Sr. Presidente - Obrigado. Com a palavra, o Sr. Luiz Cláudio.

O Sr. Luiz Cláudio - Meu nome é Luiz Cláudio. Trabalho, por parte da sociedade civil, com o jornal “O Eco Ambiental”, cujo endereço é www.ecoambiental.spaceblog.com.br. A questão da nossa parte, do nosso trabalho, é em relação à sociedade civil. A Conferência Rio+20, a Cúpula dos Povos está inserida na crise mundial que estamos vendo em relação ao ser humano e ao meio ambiente. Então, para essa conferência, o fundamental é o combate à pobreza. Economia e meio ambiente vão se unir, vão discutir a questão em que bilhões de pessoas estão excluídas desse modelo, que infelizmente temos visto, com mais de 4 bilhões de pessoas sofrendo com a exclusão de uma qualidade de vida saudável. Uma grande questão da conferência seria a discussão da superação do racismo ambiental, que significa a exclusão de todas as etnias, condenadas à pobreza. Há no mundo mais de 4 bilhões de pessoas, e 10% dessa população concentra 84% da riqueza do mundo. Da população mundial, mais de 5 mil pessoas possuem uma renda maior



que todo o continente africano, até mesmo a África do Sul. O nosso país possui a 3ª pior distribuição de renda do mundo. O nosso salário mínimo deveria ser R\$2.329,00, mas é R\$622,00. Como um pai de família sobrevive com um salário mínimo desses? Da população brasileira, 70% ganham de zero a três salários mínimos. Sem solução para essa questão, da violência que existe sobre o ser humano, porque a sustentabilidade é baseada na valorização do ser humano e do meio ambiente, gostaria de deixar um questionamento. A questão que gostaria de deixar registrada, e, depois, gostaria de dar continuidade a esse pensamento, pois “n” questões envolvem essa conferência, diz respeito à nossa concepção. Não há solução para a crise do meio ambiente sem a mobilização da sociedade civil. Gostaria de ouvir a Mesa sobre isso.

Também gostaria de perguntar algo à Comissão de Meio Ambiente desta Casa. Há quatro meses, viemos protocolar o pedido de uma audiência pública, mas a Assembleia Legislativa precisou desse tempo todo para realizar este evento. Estou vendo no Plenário que várias lideranças, principalmente da sociedade civil, que têm lutado bastante pela questão do meio ambiente, não vieram. Por que essa demora lamentável, dado que temos de discutir essa questão do combate à pobreza? Por que a Assembleia Legislativa não prioriza esse combate e por que não convocou, há mais tempo, a sociedade civil para comparecer a este evento?

Proponho a realização de outros debates, pois a Conferência Rio+20 não se esgotará agora no Rio de Janeiro. Trata-se de uma nova constituição para o mundo, que está sendo traçada. Proponho a realização desses debates, para que a população brasileira consiga superar essa violência da distribuição de renda. Gostaria de voltar a argumentar sobre esses dados e outros. Obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Luiz. Há uma pergunta para o Dr. Ricardo Toledo, para Filipe Freitas e para o Claiton Mello. Hebert Santo de Lima, do Grupo Ânima Educação, pergunta o seguinte: “A tecnologia social pode ser difícil de ser replicada por seu aspecto cultural inserido. Como o Claiton disse, ela, muitas vezes, não é reconhecida popularmente. Como devemos multiplicar as reais ações da tecnologia social? Devemos transformá-las em políticas públicas ou devemos deixá-las como estão, com movimentos criados organicamente pela organização da sociedade civil?”

Passaremos a palavra aos nossos convidados, para que respondam e façam suas considerações finais. Com a palavra, o Prof. Ricardo Toledo.

O Sr. Ricardo Toledo Neder - O modelo preponderante de desenvolvimento, que incorpora as inovações tecnológicas, é o da economia real. Minas Gerais está assentada em um tripé: da exploração do minério, de uma agricultura razoavelmente tecnificada e de um serviço de rede urbana, que é muito antigo. Em meados do século XIX, já havia uma rede urbana importante em Minas Gerais.

O padrão de crescimento da pobreza em Minas Gerais é específico e diferente do Rio de Janeiro e de São Paulo. O combate à pobreza em Minas Gerais tem uma cara própria, que só avançará se incorporarmos a criatividade mineira. No mercado público municipal de Belo Horizonte, pode-se ver a cara da criatividade mineira. É incrível o que os mineiros fazem em termos de artesanato semi-industrial. Essa é uma área poderosa que alimenta 90% da economia popular do Estado. No Brasil, 60% da economia real estão fora da economia formal. Minas deve ter 50% fora da economia formal. Jamais vamos conseguir levar toda a economia popular para dentro da economia formal. Nem a França, que é o berço do capitalismo, com o socialismo, consegue isso. Eles têm 25% da economia em economia social. Quebec, tradição francesa; Inglaterra e Alemanha têm em média de 15% a 20% da economia voltada para cooperativas e empresas sociais, que geram um colchão de amortecimento, impedindo que a classe trabalhadora se transforme em uma massa depauperada e volte para aquela situação antiga da Revolução Industrial do “lutem, proletariado!”. Temos um “lutem, proletariado” no País, entretanto, nossa economia tem mais criatividade do que a economia formal. No Brasil, apesar de estar em condições de miserabilidade, o pobre consegue sobreviver bem ou mal, graças aos incentivos na política de tecnologia social e à economia solidária, com cadeias estruturadas e com políticas de inovação social bem boladas. Como vocês têm os germens desse esforço, acho que a economia real pode mudar. Economia real é aquela que gera, de fato, a legitimidade. O que ela faz é legítimo, o resto não é legítimo. Então, se há um problema, para. O Rio Grande do Sul, por exemplo, tem a Secretaria Estadual da Economia Solidária, e o Distrito Federal criou a Subsecretaria de Economia Solidária e está criando quatro Bancos de Desenvolvimento Comunitário.

Hoje, desenvolvimento tecnológico é inovação tecnológica. A economia formal, a economia real, o empresário, não gostam de inovação. Hoje, se disser para um empresário que tem a melhor solução para o seu processo de trabalho, ele vai tratá-lo mal. Na universidade há milhares de soluções, mas a economia rechaça 99% delas, só 1% interessa para a produtividade dada, real. Produtividade real é a seguinte: “Prefiro importar máquinas e equipamentos.” Oitenta por cento do empresariado brasileiro faz inovação, importando tecnologia. “Por que, como bom empresário, vou correr o risco de desenvolver tecnologia aqui? Depois não vou ter mão de obra qualificada.” Gente, precisamos fazer esse debate com os empresários como propôs o Filipe. Essas provocações do movimento da economia verde, do movimento ambientalista, são muito boas porque testam o empresário. Se não quer correr o risco, então vamos corrê-lo juntos. Talvez o BNDES pudesse ser convencido a colocar na pauta formas de correr o risco para o empresariado que adotasse a economia verde, dando-lhe também um colchão de amortecimento. Por que não?

O Sr. Presidente - Agradecemos ao Sr. Ricardo Toledo Neder. Com a palavra, a Sra. Lélia Inês Teixeira, para suas considerações finais. Mais uma vez, agradecemos sua presença e sua exposição.

A Sra. Lélia Inês Teixeira - Eu que agradeço. Realmente, foi um prazer divulgar o nosso trabalho e ainda ter a juramentação de um profissional competente como o Prof. Ricardo. Realmente, estamos plantando a sementinha da inovação social e estamos saindo daqui com mais entusiasmo para continuar essa luta. Muito obrigada pela participação de todos. Encontraremos-nos na Rio+20.

O Sr. Presidente - Obrigado, Lélia. Com a palavra, o Sr. Filipe Freitas, para que responda a algumas perguntas e faça suas considerações finais.

O Sr. Filipe Freitas - Fico estimulado com essa pauta de discussões no âmbito da Assembleia. Vejo que não podemos fugir desse debate, dessa troca de provocações. Acredito que estamos em busca de linguagens que integrem os diversos campos de atuação e de inúmeras ideologias que hoje seguem a lógica de divisão. A busca por sustentabilidade é a busca por um entendimento mais integrado das coisas, um sentimento de conexão com toda a comunidade da vida, vamos dizer assim, porque não é uma conexão somente com a comunidade humana, mas com a comunidade da vida. Se percebermos que o atual modelo em que nos baseamos para seguir

desenvolvendo não está compatível com os processos da natureza de uma forma mais ampla, se percebermos que hoje temos opções, possibilidades e tecnologias que nos permitem uma alternativa a isso, concluiremos que, se juntarmos essas duas perspectivas, haverá uma transformação bastante aguda e abrupta dos modos de produção e de consumo da sociedade.

As bactérias são as nossas companheiras mais simples da natureza. Conforme uma sabedoria biológica, quando uma bactéria descobre uma mudança metabólica que lhe permita melhor condição de vida, dissemina essa descoberta entre o conjunto de bactérias em que vive. Não é preciso que 100% das bactérias aprendam essa mudança metabólica. Na verdade, esse aprendizado por somente 10% dessa cepa de bactérias será suficiente para que a inovação metabólica seja incorporada. Então, fico com a esperança de que não vamos precisar mudar a cabeça de todos. Se conseguirmos que mais ou menos 10% da população tenham uma visão diferenciada e incorporem novos valores, os outros 80% farão uma mudança bem rápida nesse sentido. Talvez 10% fiquem para trás, porque não conseguirão acompanhar-nos. Temos o sentimento de que as coisas estão em curso criando uma massa crítica para que essa evolução, essa transformação do nosso modo de vida aconteça de uma forma efetiva e num futuro breve. Agradeço mais uma vez esta oportunidade, agradeço a companhia dos colegas da Mesa. Obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, mais uma vez, Filipe, por sua participação. Vamos contar com a sua presença nas próximas audiências e debates desta Casa. Concedo a palavra ao Sr. Claiton Mello, para que responda a algumas perguntas e faça suas considerações finais.

O Sr. Claiton Mello - Obrigado, Deputado Célio Moreira. O debate foi interessante e muito importante. Quero responder ou pelo menos contribuir nas reflexões feitas pela Clarise e pelo Luís sobre a questão da crise financeira, principalmente no que toca à situação da distribuição de renda. Se refletirmos sobre a crise financeira na Europa, na Grécia, em Portugal, vamos concluir que não é uma crise da sociedade europeia ou da sociedade grega, mas uma crise do modelo financeiro que está imposto. É esse o mesmo modelo que hoje define as formas de distribuição de renda e a apropriação do capital. Devemos refletir sobre essa discussão, devemos pensar sob o ponto de vista não só do modelo financeiro, mas também do modelo tecnológico, que afastam os direitos, ampliam e aumentam a poluição nas cidades e destroem o campo. São esses os prismas sob os quais precisamos refletir, avaliar, apontar caminhos, soluções e transformações.

Respondendo ao Herbert Lima, do Grupo Anima Educação, precisamos, sim, fazer com que a tecnologia social e a economia solidária estejam na pauta da política pública, pois ela pode impactar a maioria da população. Por meio do debate constante que devemos fazer aqui, a partir desta iniciativa da Assembleia Legislativa, faremos com que Minas Gerais seja precursor desse debate e que as políticas públicas aqui propostas sobre o fortalecimento da economia solidária e da tecnologia social tenham impacto definitivo na sociedade mineira e na sociedade brasileira. Na Fundação Banco do Brasil temos trabalhado com tecnologia social desde 1999. Temos um histórico de elaboração e desse conhecimento que estamos compartilhando com várias organizações da sociedade civil, dos governos, dos movimentos da sociedade organizada. Desejamos fazer com que isso ganhe as políticas públicas do Estado, do Município e as políticas federais. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Mais uma vez, agradecemos ao Claiton a participação. Com a palavra, o Deputado Almir Paraca, para responder e fazer suas considerações finais.

O Deputado Almir Paraca - Na proposição deste debate, remetemos à discussão das tecnologias sociais e ao enfrentamento da pobreza e da miséria, vinculando com a Rio+20 e com a Cúpula dos Povos e sabendo que este debate não se restringe a esse calendário. Para além das discussões, das deliberações desses dois momentos, a discussão contínua e o desafio de implementar políticas públicas voltadas para a sustentabilidade continuam e permanecerão, como sempre em nossa democracia representativa, dependendo da sensibilidade, da organização e da mobilização social para fazer valer seus pontos de vista. Portanto aqui estamos no Parlamento mineiro, debatendo, e assim permaneceremos, sempre acolhendo demandas e manifestações da sociedade civil.

Ao longo dos anos, a Assembleia de Minas vem tentando incorporar essas demandas e transformá-las em legislação, como demonstram os exemplos enviados pela Presidência da Casa, em texto apresentado na abertura deste evento. São decisões que se transformaram em políticas, entre elas a Política Estadual de Resíduos Sólidos, Lei nº 18.031, de 2009; a Bolsa Verde, que ganhou ampla publicidade pela concessão de incentivo financeiro a proprietários e posseiros rurais, Lei nº 17.727, de 2008; o Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado, Lei nº 15.910, de 2005; a Norma de Defesa Sanitária e Vegetal, Lei nº 15.697, de 2005; e no estabelecimento da Política Florestal de Proteção à Biodiversidade, Lei nº 14.309, de 2002. Recentemente, tivemos a legislação que apoia a inclusão dos catadores nas ações de reciclagem no Estado. Podemos avaliar e reconhecer que ainda é pouco? Acho que sim. Vamos continuar passíveis de acolher a demanda da sociedade civil organizada. Esperamos que a sociedade civil mineira continue a se mobilizar e a trazer para esta Casa as suas demandas, as suas reivindicações e essa visão mais ampla de que precisamos transformar a maneira de organizar a sociedade, o modelo que precisa ser transformado não apenas em Minas Gerais e no Brasil. Essa é a grande discussão da Rio+20 e também da Cúpula dos Povos, que dá continuidade, desdobra a ECO-92. É esse o desafio: como mudar o modelo de organização da sociedade, uma vez constatado que o modelo vigente não é sustentável, como bem explicitaram todos os conferencistas? A Clarice apontou diversas questões, bem como o Luiz Cláudio. Precisamos aprofundar este debate, mas não vai ser aqui e agora. Trata-se de um grande desafio para toda a sociedade. No meu ponto de vista, enquanto imperar a visão de que o lucro orienta todas as ações da sociedade, dificilmente vamos ter solução.

Sr. Presidente, espero que tenhamos a oportunidade de continuar este debate, ao longo desta legislatura, na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em outras Comissões e espaços desta Casa, no Plenário, nas audiências públicas, nos seminários. E que a sociedade civil esteja cada vez mais presente e legitimamente representada para influenciar as decisões desta Casa. Transformação social tem, portanto, relação direta com mobilização social. Esperamos que a mobilização tenha o alcance necessário para influenciar não apenas a Assembleia de Minas, mas o Estado, e transformar políticas públicas em ações concretas as aspirações da comunidade.

Como disse na abertura, o nosso projeto de lei, que está pronto para vir ao Plenário, propõe que tenhamos uma política de fomento às tecnologias sociais em Minas, como recorte da política de ciência, tecnologia e inovação do Estado, para acolher essa visão que debatemos aqui, nesta manhã. Muito obrigado.



O Sr. Presidente - Obrigado, Deputado Almir Paraca. Quero registrar a preocupação e o empenho do Deputado Almir Paraca em relação à questão ambiental. O Fernando disse que não vê nenhum projeto, nenhuma proposição por parte do Legislativo Estadual mineiro sobre economia verde. O Deputado citou alguns, como o Bolsa Verde. Há um projeto de autoria do Deputado Dinis Pinheiro, Presidente desta Assembleia, sobre a coleta de gordura animal ou vegetal por associações e cooperativas.

Há ainda projetos relativos aos catadores e aos créditos de carbono. Nesta Casa, há cerca de 300 projetos que dispõem sobre meio ambiente. Não sei se o Fernando fez essa pesquisa, mas há vários projetos em tramitação e outros que se transformaram em lei. Por exemplo, a Lei nº 18.031 dispõe sobre óleo de origem animal e vegetal e resíduos sólidos. O Luiz faz também uma pergunta. É a seguinte: Por que, há quatro meses, a Assembleia não fez este debate? Luiz, recebemos solicitação de todos os Municípios. Temos 853 Municípios, mas alguns não participam mesmo. A maioria sempre apresenta sugestões aos parlamentares. Somos 77 Deputados. A comissão tem uma agenda muito grande. O Deputados não participam apenas de uma comissão. Participo da Comissão de Transportes e Obras Públicas, sou relator da Comissão Especial do Crack e Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Então, temos audiências públicas aqui, no interior, temos reuniões fora do Estado e os trabalhos de Plenário e comissões. É quase impossível atender a todas de imediato, mas à medida do possível, fazemos isso. Temos pedidos de Deputados do mês de fevereiro. Procuramos atender à medida do possível.

Quanto a este debate de hoje, a Assembleia mandou convite para todo o Estado de Minas, para todas as autoridades ligadas ao meio ambiente. Foi feito o convite. Por que não vieram? Não sei. Este debate é muito importante e atual, por isso esperava uma participação maior. A Assembleia tem tentado fazer sua parte. As ONGs foram convidadas. As instituições, as Câmaras Municipais e as Prefeituras foram convidadas. Isso foi noticiado na imprensa. Todos os dias a TV Assembleia faz isso. Hoje ela está transmitindo este debate para aproximadamente 300 cidades. Sabemos das dificuldades para se vir aqui, mas podem acompanhar-nos pela TV Assembleia. Tivemos a participação de um dos telespectadores. Todas às terças-feiras, há reunião ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Ela é pública. Temos as extraordinárias, que são feitas fora desta Casa, mas infelizmente não temos condições de atender, de imediato, a todas as solicitações que nos chegam.

Para se ter uma ideia, estava conversando com o Deputado Almir Paraca e sentimos que poderíamos apresentar esse documento para ser discutido na Rio+20. A delegação de Minas Gerais tem somente 10 pessoas. O governo federal restringiu a participação a 10 pessoas, porque são 200 países. Dentro das comissões, as pessoas poderão participar, mas oficialmente são somente 10 pessoas inscritas. O governo limitou essa participação. Tivemos aqui sugestões importantíssimas. Como disse o Deputado, com toda certeza, vamos continuar, vamos bater nessa tecla, vamos propor. Vamos aproveitar o máximo que foi colocado aqui para que virem políticas públicas e sejam executadas. Queremos continuar com a participação dos senhores. Tanto na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável quanto na Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, poderá haver a participação de cada um de vocês. Existem projetos em tramitação na Casa. Algumas dessas proposições já viraram leis. Falar que não tem nenhum não é verdade, pois há vários. Estamos abertos para receber sugestão e colaboração de vocês. Mais uma vez, agradeço aos nossos expositores.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de logo mais, às 14 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 14ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 1º/6/2012

Presidência do Deputado Almir Paraca

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - 1º Painel: Composição da Mesa - Esclarecimentos sobre a dinâmica dos trabalhos - Palavras do Sr. Tilden Santiago - Palavras do Sr. João Bosco Senra - Palavras do Sr. Álvaro Alves Carrara - Palavras da Sra. Regina Campos - Palavras do Sr. Junio Magela Alexandre - Palavras do Sr. Alexandre Augusto Dornelas Cruz - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - 2º Painel: Composição da Mesa - Palavras do Sr. Lúcio Ventania - Palavras do Sr. José Ailton Junqueira de Carvalho - Palavras da Sra. Valquíria Alves Smith Lima - Palavras do Sr. Luiz Gustavo Honório - Palavras do Sr. Milton Nogueira da Silva - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Almir Paraca - João Vítor Xavier - Sebastião Costa.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Almir Paraca) - Às 14h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Sebastião Costa, 2º-Secretário “ad hoc”, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do ciclo de debates “Rumo à Rio+20 e à Cúpula dos Povos: tecnologias sociais, sustentabilidade e superação da pobreza”, com os seguintes objetivos: apresentar o conceito de tecnologia social e debater entendimentos e práticas de desenvolvimento sustentável; discutir o uso de tecnologias sociais na superação da pobreza, na inclusão social, na melhoria da qualidade de vida e na efetivação da sustentabilidade ambiental; contribuir para a construção de uma sociedade sustentável; promover a mobilização de diferentes segmentos da sociedade civil, do poder público e do setor produtivo com vistas ao

recolhimento de apontamentos e sugestões para subsidiar a elaboração de políticas públicas estaduais de tecnologias sociais voltadas para a inclusão social, a superação da pobreza e a sustentabilidade ambiental e contribuir para as discussões da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 - e da Cúpula dos Povos.

1º Pannel

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - Convidamos a tomar assento à Mesa a Exma Sra. Regina Campos, Presidente do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva - Cedefes -; e os Exmos Srs. Tilden Santiago, Diretor de Meio Ambiente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa -; João Bosco Senra, Engenheiro Civil e Sanitarista e Analista de Meio Ambiente da Copasa; Álvaro Alves Carrara, Coordenador Técnico do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas; Junio Magela Alexandre, advogado especialista em Direito do Meio Ambiente e Assessor Jurídico do Instituto Brasileiro de Ecologia e Desenvolvimento Sustentável; e Alexandre Augusto Dornelas Cruz, Desenvolvedor de Redes da Plataforma Bioeconomia e Facilitador do Comitê Mineiro da Cúpula dos Povos.

O Sr. Presidente - Agradecemos a presença dos debatedores, expositores, convidados, senhores e senhoras presentes. Pela manhã, tivemos uma mesa muito rica, formada por especialistas que apresentaram, com muita propriedade, o tema do nosso ciclo de debates. Neste momento, vamos aprofundar a discussão com os nossos convidados.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O Sr. Presidente - Esclarecemos que, após as exposições, abriremos espaço para a apresentação de questões ou sugestões presenciais, por escrito ou oralmente, e de outras enviadas pelo formulário do “Participe Agora”, disponível na internet, no portal da Assembleia Legislativa.

Para melhor organizarmos o debate, ainda durante as falas dos expositores, os participantes poderão encaminhar suas questões ou sugestões por escrito, no formulário próprio que está sendo distribuído pela equipe de apoio. Aqueles que desejarem fazer sua intervenção oralmente devem especificar isso no formulário, devendo, para registro, entregar o conteúdo da intervenção também por escrito.

Informamos que os telespectadores da TV Assembleia também poderão participar. Basta acessar o portal da Assembleia - www.almg.gov.br -, abrir a página do ciclo de debates e clicar em “Participe Agora” para enviar sua contribuição.

Informamos aos participantes que, após o evento, as apresentações dos palestrantes estarão disponíveis na página do ciclo de debates, no portal da Assembleia Legislativa.

Palavras do Sr. Tilden Santiago

Sr. Presidente, amigo Deputado Almir Paraca, demais componentes da nossa Mesa, colegas da imprensa, senhoras e senhores aqui presentes. O Presidente Almir Paraca sugeriu que eu dividisse o tempo com o João Bosco Senra. Na verdade, farei apenas uma pequena introdução. Como o João Bosco Senra também é da Copasa, nós dois estamos aqui para representá-la.

Começo agradecendo o convite da Assembleia. Temos participado de várias reuniões aqui na Assembleia. Darei a ele a liberdade para desenvolver o tema, porque é um especialista em água. No meu entender, ele é especialista em água, e não em recursos hídricos. Quem tem uma visão apenas de recursos hídricos, só vê os aspectos mais técnicos e mais comerciais, ao passo que quem encara o problema da água vê um fenômeno diferente de recursos hídricos. Gostaria de dizer, Presidente Paraca, que a Copasa agradece o convite para participar deste evento, bem como de todos os outros dos quais já participamos nesta Casa. Gostaria de dizer ainda que este tema nos interessa grandemente. Apresentaremos o “powerpoint” que eu e o João Bosco preparamos. Ele trabalha muito com o foco na água. Mas é claro que o que nos foi pedido, que é a questão da sustentabilidade relacionada à erradicação da pobreza, é o eixo central, até porque a experiência histórica da Copasa caminha em direção ao campo do saneamento básico. Temos um mapa estratégico da empresa, cujo eixo central é o saneamento básico. Temos as nossas tarefas concretas, como empresa, do fornecimento de água e do esgotamento sanitário; e, de dois anos para cá, também da disposição dos resíduos sólidos. Mas executamos essas tarefas como uma exigência legal e considerando a necessidade das nossas populações, tendo em nosso mapa estratégico o problema da sustentabilidade.

O tema que nos foi designado nos interessa grandemente e iremos abordá-lo a partir dessa relação que envolve sustentabilidade e erradicação da pobreza. Não somos os alemães dos primeiros tempos dos partidos verdes, que, simplesmente, focalizavam a problemática do verde. Somos latino-americanos, brasileiros, que evoluímos em uma colocação ecológica, em uma colocação de ecologia política, que não pode ser considerada fora da problemática socioambiental. Então, é nessa linha que o João Bosco apresentará a nossa contribuição neste encontro.

Palavras do Sr. João Bosco Senra

Boa tarde a todos. Em nome da Copasa, gostaria de agradecer a oportunidade de participar desta reunião, para discutir um tema tão importante. Dentro desse pannel, fomos convidados a falar sobre as águas, dando destaque para a gestão e para as potencialidades das tecnologias sociais. Então, buscaremos enfocar o que foi demandado à Copasa, nesse pannel “Produção, consumo, meio ambiente e pobreza”.

Primeiramente, é importante registrar a atuação ambiental da Copasa, voltada para a pobreza. A tarifa social atende hoje a 13 milhões de mineiros, garantindo-lhes água tratada. Sabemos o que isso significa na vida das pessoas do ponto de vista da saúde e do resgate da cidadania. No Estado de Minas Gerais, existem mais de 779 unidades de água em 600 Municípios. Temos uma política ambiental que atua na preservação dos recursos hídricos, articulada com os comitês de bacia, num processo de melhoria dos processos produtivos, buscando tecnologias mais adequadas e trabalhando com a educação para o consumo sustentável. Eis um resumo de alguns aspectos dessa política que visa sobretudo atender à legislação e às normas ambientais relativas à preservação do meio ambiente, sempre com foco no aprimoramento contínuo de seus processos.

Implementação do sistema de gestão ambiental da empresa. Atuar em parceria com todas as comunidades e instituições federais, estaduais e municipais, especificamente no tema da água, com os comitês de bacia. Anteontem ou ontem, eu e o Dr. Tilden estivemos



em Lavras participando de uma audiência pública de enquadramento. Coincidentemente, o Vice-Presidente do GD1, projeto da bacia do Grande 1, é funcionário da Copasa, assim como o Presidente do comitê do GD2. Isso mostra a ação atuante da empresa na melhoria do gerenciamento dos recursos hídricos.

Há vários programas de educação ambiental. Temos hoje os centros de educação ambiental, como o Ceam do Barreiro e o do Arrudas, que trabalham de maneira interdisciplinar envolvendo a distribuição da água e sobretudo o uso racional da mesma. Isso cria o gancho importante da sustentabilidade, com uma nova consciência para o uso adequado da água que é fornecida.

Esse “slide” é interessante porque é um divisor que mostra a preocupação com o abastecimento do ponto de vista do tratamento dos esgotos. Em 2009, 53% dos esgotos não eram tratados. Em 2010, quase 54% passaram a ser tratados. Em abril de 2012, temos 61,19% dos esgotos tratados. Não havia essa política anteriormente. Estamos implementando-a nos últimos anos. A meta é atingir 100% dos esgotos coletados. Quando a Copasa recebe novas concessões, geralmente as redes não fazem coleta e tratamento. Temos assumido esse compromisso de tratar os efluentes para garantir a qualidade das águas.

Esta frase é de autoria do Leonardo Boff: “O ser humano entrou no cenário da história da Terra quando 96% dessa história já estavam concluídos. Nós surgimos a partir dos elementos terrestres e cósmicos que nos antecederam. Somos nós, então, que pertencemos à Terra, e não a Terra que nos pertence.”. Essa reflexão nos traz a discussão ética da água, da nossa posição perante o planeta. O modelo de produção e de consumo é o de que a Terra nos pertence, e não o contrário. Pensar em sustentabilidade é repensar esse conceito de como nos posicionamos perante o planeta. Considerando que 70% do planeta é composto de água, assim como 70% do nosso corpo, podemos parodiar Leonardo Boff e dizer que nós é que pertencemos à água, e não a água é que nos pertence. Cuidar da água nada mais é do que cuidar de nós mesmos, seres humanos. Esse modelo que acredita que o planeta Terra é de propriedade dos seres humanos, numa visão antropocêntrica, tem gerado o quadro de superexploração da natureza. O consumo da água multiplicou por seis em 100 anos. Hoje, um terço da humanidade vive em locais sem água limpa.

Em relação à energia, um modelo de alto consumo de energia aumentou 32 vezes nos últimos séculos, o que gera impactos na mudança climática. A temperatura média da Terra já elevou-se a um grau nos últimos 120 anos. Esse tema está em destaque, por isso nem precisamos abordá-lo muito. Do ponto de vista da biodiversidade, são 840 espécies extintas nos últimos 500 anos. Em termos de poluição, temos aí a concentração de gás carbono na atmosfera, que cresceu 30% nos últimos 150 anos. Houve mortes, principalmente dos pobres, devido ao problema da água, da mudança climática e da poluição. Quem não tem muito acesso à energia são os pobres.

Portanto, falar de meio ambiente é falar de uma opção pelos pobres. Atacar a questão ambiental é fazer justiça ambiental e justiça social. Por isso que o tema ambiental é um tema efetivamente comprometido com as causas dos pobres. Esses dados são do relatório da ONU. Essas fotos da WWF são de um “workshop” sobre mudança climáticas e mostram as enchentes que atingem tanto São Paulo quanto o Amazonas, em situações diferenciadas.

Temos aí uma outra foto também tirada pela WWF, que mostra o retrato dos valores, das atitudes e do modelo de sociedade que temos. Vemos aí o lixo acumulado, que é descartado de maneira inadequada e que agravará ainda mais o problema das chuvas e das enchentes. Quer dizer, repensar e falar de sustentabilidade não significa repensar apenas o processo de produção e de consumo, mas, sobretudo, a maneira de se colocar perante a vida e o consumir. Temos de repensar o nosso modo de produzir, de consumir, mas, principalmente, os nossos valores de viver em sociedade.

Falamos de muita água nas enchentes. No entanto, esta foto, muito conhecida, da agência Reuters, foi espalhada pela internet e mostra uma realidade das pessoas atrás de água em um poço na África. É a questão da escassez de água. Falamos de água em quantidade, mas, agora, o problema é a escassez. São mais de 1,2 bilhões de pessoas no mundo que não têm acesso à quantidade mínima sugerida pela ONU, que vai de 20 a 50 litros de água - segundo os estudos, é algo em torno disso. É água necessária para o cozimento, para beber, para higiene, ou seja, para que a água efetivamente traga saúde, e não doença.

Essa escassez tanto pode significar uma ausência absoluta da água, quanto ao acesso a ela. Por exemplo, lá na África setentrional e em outras regiões, e também ao que assistimos no Nordeste brasileiro. Depois de uma longa estiagem, situação em que há uma total escassez de água, há necessidade de levar água de outras regiões por meio de caminhão pipa para abastecer aquelas comunidades. Às vezes, a água existe, mas não há recurso para fazer com que ela possa chegar nas comunidades. Então, a escassez se dá pela quantidade. Muitas vezes há uma estiagem muito grande, uma escassez de chuva. Dessa forma, é a escassez de qualidade. Tem a água, mas ela está contaminada e não se pode usá-la. No entanto, existe uma escassez que está diretamente ligada à questão da injustiça. Faltam recursos financeiros para fazer acessar aquela água disponível e tratá-la para que chegue à população, sobretudo aos mais pobres. A previsão é que, daqui a 25 anos, haverá escassez para 3 milhões de pessoas em 52 países. Esses dados e também as fotos são do relatório da ONU. Falamos de escassez, mas como será que está o Brasil nessa realidade? Temos 10 países no mundo com 60% da disponibilidade dos recursos hídricos, sendo que o Brasil desponta em primeiro lugar com 5.670km de disponibilidade de água.

Aqui temos a divisão hidrográfica nacional. O Brasil está dividido nessas 12 regiões hidrográficas, que apresentam essa disponibilidade. Assim como no mundo a água está concentrada em 10 países, no Brasil a maior parte da água está concentrada na região amazônica, no Tocantins e no Araguaia, como podemos ver nessa transparência, retirada do Plano Nacional de Recursos Hídricos. O Brasil tem 12% da água do planeta, que é a água que cai em nosso território. Se considerarmos a água que vem pela bacia do Amazonas, que entra no País vinda da Bolívia, do Equador, da Colômbia, do Peru e da Venezuela, somos responsáveis por 18% da água do planeta. É uma grande responsabilidade. Mas não é uma situação confortável, não podemos pensar que não precisamos nos preocupar com a água por termos água demais, porque essa água está distribuída de maneira diferente e leva a situações de gestão diferentes. É o caso do excesso na Amazônia, local em que há cheias regulares e em que, às vezes, o processo de ocupação acaba levando, seja por estradas, seja pelo próprio modelo de desenvolvimento, as pessoas a morarem próximo a essas áreas inundáveis. É preciso haver políticas para evitar esse tipo de situação, como o problema da escassez, sobretudo em algumas regiões semiáridas do Brasil.



Podemos observar aí que, por exemplo, no Atlântico Nordeste Oriental, há uma vazão média de 779m³ por segundo, mas na época da estiagem chega a 32m³ por segundo, quando a estiagem na Amazônia é de 73.748m³ por segundo. Isso mostra uma diversidade importante e um grande desafio para a gestão das águas.

Essa é outra transparência do diagnóstico, também do Plano Nacional, que mostra as águas retiradas do curso d'água. São os chamados usos consuntivos, que são as águas que saem do rio, da lagoa para uso - são para uso urbano, industrial, rural, animal. Podemos observar que, dependendo do modelo de desenvolvimento, há uma demanda muito grande. Estamos assistindo agora ao problema da seca no Rio Grande do Sul. Na bacia do Uruguai, a maior parte da água é retirada para irrigação.

O uso da água e o seu processo de gestão, seu uso mais racional. Se o modelo de uso tem sustentabilidade, é fundamental ser avaliado a partir de cada uso, é fundamental definir essa prioridade. A Bacia Amazônica, que, como vimos, tem quase 70% da água do Brasil, é uma das que consome menos, retira menos água. Já a Bacia do Paraná, que também é grande - não é das menores - é a que mais retira água. Nessa região temos vários conflitos.

Isso é apenas para ilustrar um pouco a complexidade da gestão de recursos hídricos.

Esse balanço “demanda e disponibilidade hídrica” nos mostrará a quantidade de água e o que é retirado das águas dos nossos rios. A retirada de menos de 5% do que existe no rio, na lagoa etc. é uma condição excelente. A retirada de mais de 40% constitui uma situação muito crítica. Podemos observar que em Tocantins e no Amazonas há condições excelentes, quer dizer, retira-se menos água do que vem de disponibilidade. Na costa brasileira, vemos situações muito críticas, sobretudo nas regiões metropolitanas. Belo Horizonte usa a água do Rio das Velhas e também da Bacia do Paraopeba - a Capital precisa da transposição do Paraopeba. São Paulo busca água a 300km da Capital. Assim ocorre também em Recife.

Nesses aglomerados já há modelos de cidades e de desenvolvimento insustentável, há necessidade de buscar as águas em outras bacias para atender à demanda.

Então, do ponto de vista da água, é importante ver que o próximo modelo de desenvolvimento pressiona o setor hídrico. A sustentabilidade é importante para isso porque sem água ninguém vive nem produz e nem se desenvolve.

Referindo-me mais especificamente ao tema do saneamento, que é o tema de responsabilidade da própria Copasa, de qual é a relação e a importância do saneamento, especificamente da qualidade da água para a vida humana e para a erradicação da pobreza. Passaremos a dados de teses, de documentos comprovados a nível de Brasil e da OMS. Por exemplo, 65% das internações são devidas à falta de saneamento, em especial de falta de água de qualidade para consumo e em consequência dos lançamentos de esgotos e resíduos sem tratamento nos corpos hídricos.

A “criticidade” da qualidade das águas tem como principais agentes os esgotos de origem urbana, os efluentes industriais de atividade intensiva de criação de animais e agricultura extensiva. Esses são os principais agentes, a nível de Brasil, do ponto de vista que afeta a qualidade da água. Temos hoje uma rede de monitoramento de qualidade da água no País que vem acompanhando um pouco essa questão. Os atuais índices de monitoramento apontam que, apesar disso, temos 80% das nossas águas consideradas boas, mas, sobretudo, onde não está presente intensamente a população; onde está concentrada a população há uma situação mais precária do ponto de vista da qualidade.

A próxima tela mostra a questão da distribuição do saneamento no Brasil. O mapa vai apontar melhor. Esses dois mapas são de saneamento do plano nacional. O azul mais forte mostra a falta de abastecimento de água. Quanto mais branco, significa uma situação melhor do ponto de vista de atendimento de abastecimento de água. Podemos observar que Minas Gerais está mais branco, tem uma porcentagem de atendimento melhor. O outro mostra a coleta de esgoto e aponta que a Região Sudeste, Minas Gerais, São Paulo, tem uma situação melhor do ponto de vista de coleta de esgoto, enquanto no Norte e Nordeste do País a situação é bem alarmante.

A lei de saneamento básico de 2007 traz algumas interfaces com os recursos hídricos que são muito importantes. Traz a questão do plano de saneamento básico, que tem de ser compatível com os planos de bacias. Alude também à questão do controle social, que a política de recursos hídricos estabeleceu por meio de órgãos colegiados. Fala ainda de plano nacional, de planos regionais de saneamento. Coloca a bacia hidrográfica como unidade de referência para fins de planejamento das ações. Fala da importância da integração da política de saneamento com as demais políticas de desenvolvimento regionais. Isso é importante porque, do ponto de vista de saneamento, ele passa a incorporar a política de recursos hídricos e a política de saneamento com uma visão mais integrada.

Então, o saneamento é considerado um setor usuário dos recursos hídricos. Há uma demanda dessa água, seja por consumo, seja para o desenvolvimento das atividades e para o afastamento dos esgotos. A própria limpeza e a drenagem demandam água. Por outro lado, o saneamento impacta os recursos hídricos nos aspectos tanto da qualidade quanto da quantidade, quando há necessidade de retirar essa água dos espaços em que ela está; além disso, há o lançamento de efluentes quando falta um sistema de drenagem adequado. A questão do desperdício, a disposição inadequada dos resíduos sólidos, tudo leva a uma contaminação das águas superficiais e subterrâneas.

Então, é importante que o saneamento esteja muito articulado porque tanto precisa dos recursos hídricos em qualidade e quantidade quanto pode comprometer os recursos hídricos de que o setor precisa.

Vemos agora outras dimensões e valores da água que devem ser incorporados para além da necessidade e do uso econômico. A água tem um valor cultural, por exemplo, no segmento espiritual. Todas as religiões batizam usando a água. Há uma questão simbólica que é importante incorporar no processo de gestão. Ela tem sido, muitas vezes, instrumento de dominação. Ter um caminhão-pipa em algumas regiões tem sido um definidor de políticas para essas regiões. Há então esse processo de dominação. Na medida em que se corta isso, estamos rompendo um processo político e avançando num processo mais democrático.

A conservação das águas e seu abastecimento têm uma relação direta com a questão de gênero, porque as mulheres e as crianças são responsáveis por buscar a água que está longe e por cuidar dela. Portanto, permitir o acesso à água ajuda a retirar essa carga das mulheres, dando-lhes mais tempo disponível e até melhorando suas condições de saúde, pois todos sabemos o mal que faz à coluna andar de 4km a 5km carregando latas de água, o que ainda é uma realidade mundial e no Brasil. Assim, essa é também uma questão de gênero.

Para finalizar, algumas tecnologias sociais na gestão das águas já estão sendo implementadas no Brasil. A Copasa tem projetos de saneamento rural com tecnologias apropriadas a cada comunidade rural, que são discutidos com essas comunidades, de forma que se consiga dar a elas acesso a esse serviço.

Temos o projeto de dessalinização das águas salobras de poços, em parceria com o governo federal, por meio do programa Água Boa, na região semiárida de Minas, e com a Articulação no Semiárido Brasileiro - ASA -, para acessar as regiões mais difíceis.

Outro projeto é o de cisternas de placas, com o programa Um Milhão de Cisternas, que o Deputado Almir Paraca citou pela manhã. É um projeto que começou no Ministério do Meio Ambiente e que hoje é coordenado e articulado no Ministério de Desenvolvimento Social. Esse trabalho é apoiado também pela Fundação Banco do Brasil.

Estamos promovendo a utilização de garrafas PET em processo de melhoria da qualidade das águas com uso da luz solar, uma tecnologia amplamente difundida no México e em várias regiões - hoje, o Nordeste do Brasil trabalha muito com essa alternativa.

Temos ainda o programa de unidades domiciliares sanitárias com implantação de fossas sépticas, e, por fim, de construção de barraginhas para redução dos impactos no solo, recarga de aquíferos e uso para a produção alimentar - este, um projeto desenvolvido na Emater de Minas Gerais, na unidade da Embrapa em Sete Lagoas, que vem sendo difundido em todo o Brasil.

Todas essas são tecnologias importantes, que asseguram o abastecimento de água e a manutenção da vida aquática e de seus vários benefícios, numa perspectiva de sustentabilidade. Agradecemos a atenção e nos colocamos à disposição para responder a quaisquer perguntas que queiram fazer. Obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

O Sr. Presidente - Agradecemos aos expositores João Bosco Senra e Tilden Santiago.

Informamos que a Assembleia Legislativa de Minas Gerais vai realizar, em conjunto com diversas instituições do poder público e da sociedade civil, uma grande marcha de combate ao "crack" e outras drogas. Essa mobilização vai acontecer no dia 23/6/2012, sábado, a partir das 9 horas, com concentração em frente ao Colégio Estadual Central, no Bairro de Lourdes, e caminhada até a Praça da Assembleia Legislativa, onde está prevista a realização de diversas atividades. Convidamos todos os presentes a participar dessa iniciativa, que é fruto dos trabalhos da Comissão Especial para o Enfrentamento do Crack, com o envolvimento de diversas comissões permanentes da Assembleia Legislativa afetas à temática.

Com as exposições do Tilden e do João Bosco Senra, constatamos que a temática das tecnologias sociais de fato já está presente nas ações de órgãos do governo do Estado, como é o caso da Copasa, que, como o João Bosco acabou de dizer, está adotando tecnologias sociais desenvolvidas, aplicadas e aprimoradas pela ASA; aplicando processos de tecnologias sociais na dessalinização e no saneamento básico, principalmente para áreas rurais; e construindo as clássicas barraginhas, para o combate a processos erosivos e o abastecimento de aquíferos. Como essas, poderíamos citar várias outras intervenções de órgãos do governo do Estado afetos ao tema.

Daí justificar mais ainda a nossa proposição, o Projeto de Lei nº 828/2011, de nossa autoria, que dispõe sobre a política estadual de fomento às tecnologias sociais, para que todas essas intervenções sejam sistematizadas, organizadas, amplificadas, multiplicadas para ampliar, portanto, o seu poder de intervenção na melhoria de vida da população.

O Sr. Álvaro Alves Carrara fará sua exposição sobre o tema "Produção, Consumo, Meio Ambiente e Pobreza: os desafios de um desenvolvimento ecologicamente sustentável e socialmente justo".

Sr. Álvaro, antes de o senhor iniciar sua exposição, gostaria de fazer um relato pessoal sobre a importância do CAA, de maneira especial, para toda a região do Norte de Minas. Sempre acompanhamos os trabalhos do CAA. Eu, particularmente, tenho conhecimento do trabalho do CAA até mesmo bem antes do seu próprio nascimento, nas suas primeiras mobilizações, antes de 1983, em Montes Claros, movimento que originou o CAA. Depois disso, acompanhamos a sua atuação. Muito cresceu e constituiu uma grande rede no Norte de Minas, assim como uma grande rede de apoio, fundamental para sustentar a intervenção de organizações dessa natureza. Angariou apoio de organizações internacionais, com execução de políticas públicas, como será demonstrado pelo Sr. Álvaro, a quem passo a palavra.

Palavras do Sr. Álvaro Alves Carrara

Boa tarde, Deputado Almir Paraca, a quem agradeço em nome da diretoria, dos representantes e dos sócios do CAA, colegas da Mesa e demais participantes. Meu nome é Álvaro Carrara, minha formação é em engenharia florestal. Atualmente acompanho a Coordenação Executiva do Centro de Agricultura Alternativa, uma associação de agricultores e agricultoras familiares pobres e comunidades tradicionais do Norte de Minas que surgiu exatamente no período mencionado pelo Deputado Almir Paraca, a partir da década de 1980, com o objetivo de criar propostas e mecanismos, num momento em que a política de desenvolvimento voltada para a região estava muito forte, que afetasse essas comunidades. Assim, resolveram criar essa organização, hoje com ampla atuação em todo o Norte do Estado de Minas Gerais.

Eu não poderia, aqui, deixar de falar com base na região Norte de Minas, sobretudo com o tema proposto por este painel: "Produção, Consumo, Meio Ambiente e Pobreza: os desafios de um desenvolvimento ecologicamente sustentável e socialmente justo".

Primeiramente, eu gostaria de falar a respeito do conceito de pobreza a que estamos nos referindo. Isso porque, se estamos nos referindo ao conceito de superação da pobreza no sentido de que as pessoas possam adquirir dois carros ou consumir pelo consumismo, creio que estamos no caminho errado em busca da sustentabilidade. Gostaria de me referir à região Norte de Minas, com referências válidas também para outras regiões do Mucuri, Jequitinhonha, enfim para todas as regiões do Estado de Minas Gerais e do Brasil, a partir da experiência profissional e da atuação do CAA na região.

Por outro lado, o Norte de Minas é uma região muito rica, onde se encontram diversos ecossistemas da mata atlântica, da caatinga e do cerrado, o que lhe confere uma riqueza muito grande em termos ambientais, antropológicos e comunitários. Há as comunidades indígenas, os vazanteiros, as comunidades quilombolas, os geraizeiros. São comunidades que habitam essa região ao longo do tempo e desenvolveram diversas estratégias de uso e ocupação desse espaço, conforme demonstrado na lâmina.



No caso, exibi-se a paisagem dos altiplanos da região Norte, da região do Alto do Rio Pardo, ocupada pelos cerrados, em que vemos as regiões de chapadas, as encostas e os vales. Os agricultores desenvolveram um conhecimento muito rico sobre esses ambientes - e sobre os usos que fazem deles - em termos de espécies animais e vegetais, embora estas estejam se perdendo muito fortemente, em função do modelo desenvolvimentista ao qual foi submetida a região. No caso do cerrado, mais à beira do São Francisco, as baixadas são franciscanas, temos outros ambientes amplamente ocupados pelas comunidades quilombolas, com diversos ecossistemas e diferentes usos que se fazem desses ambientes. Então queria destacar essa riqueza que tem o Norte de Minas, essa característica que ele traz.

Outra questão importante para este debate é a questão da agricultura familiar na região Norte de Minas, onde está a maior parte da população ocupada com a agricultura familiar no Estado de Minas Gerais. Oitenta por cento do pessoal ocupado com a agricultura familiar está no Norte de Minas Gerais, o que também confere uma característica importante à região ao pensarmos o futuro e o desenvolvimento que queremos para essa região e para outras regiões do Estado e do País. Também se trata de uma característica importante no contexto da Rio+20 e das mudanças climáticas globais que já estão em curso. Como pudemos ver na apresentação anterior, as mudanças de temperatura já estão ocorrendo - as enchentes no Sul, as secas no Nordeste. Então já estamos passando por um processo de mudanças climáticas, e o Norte de Minas, enquanto região suscetível à desertificação, que avança cada vez mais, causa também uma preocupação grande com relação ao seu processo de ocupação. Vemos ali os Municípios mais suscetíveis e menos suscetíveis à desertificação da região. A área em vermelho corresponde aos Municípios mais suscetíveis ao processo de desertificação.

Com relação ao cerrado, estamos indo para a Rio+20, mas infelizmente podemos dizer que é cerrado-20, por causa das grandes perdas que já tivemos até o momento devido ao desmatamento. A parte cinza, de zero a 15%, corresponde à área onde foi mais devastado o cerrado. Na região de Minas Gerais, o verde mais escuro corresponde à área onde ainda há cerrado, com 64% a 100% de desmatamento. Aqui cabe novamente salientarmos esse processo que ainda está em curso. Vimos esta semana, na publicação da SOS Mata Atlântica, o desmatamento da mata atlântica e os Municípios campeões de desmatamento - Municípios do Norte do Estado de Minas Gerais -, feito para a produção de carvão e abastecimento da siderurgia. Cabe à Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa verificar o que realmente está acontecendo, porque é o terceiro ano consecutivo em que o Estado de Minas Gerais é campeão de desmatamento da mata atlântica, sobretudo agora nos Municípios do Norte de Minas Gerais. São desafios grandes que estão colocados aí para superação, para pensarmos um novo modelo.

Trata-se de uma região que até a década de 1960 era ocupada pelo cerrado. A partir da década de 1960, é instalada uma nova ordem, com a introdução de monoculturas de eucalipto e outras monoculturas, pastagens, uma grande devastação e o encurralamento das famílias. Aí podemos ver uma imagem de satélite de uma comunidade que está dentro desse polígono. Os veios representam os cursos de água. Acho que foi desta forma que essa região foi vista a partir da década de 1970: como um vazio demográfico que precisava desenvolver-se, pois era preciso levar o progresso para lá, embora só nesse polígono habitem mais de 130 famílias ao longo desses cursos de água. Aquelas quadrículas são as quadras das monoculturas de eucalipto. Na época, embora já houvesse legislação ambiental, não respeitavam nem os 20% da reserva legal, nem as áreas de APP. Trata-se de uma terra pública que foi disponibilizada para os grandes empreendimentos e que hoje está em disputa, com o vencimento de vários contratos. Esperamos que realmente lhes seja dado o destino que está traçado, que é a reforma agrária e a questão da conservação ambiental.

E quero aqui destacar que não é reforma agrária no intuito - aliás, conhecemos isso - de as famílias que estão no meio urbano voltarem para o meio rural. Não é isso. É uma reforma agrária em que se possa pôr terras à disposição dessas famílias que ainda moram nessas regiões, mas que ficaram encurraladas por esses grandes empreendimentos. Além disso, que hoje não possuem terra e precisam buscar na migração uma fonte de renda e ir até a cidade em busca de escolaridade e outros meios de melhoria da qualidade de vida. Então é dispensar... Novamente é uma responsabilidade desta Casa, por meio dos Deputados, dar um destino apropriado para essas terras. Acreditamos que essas comunidades têm condições e conhecimento e podem ser forças de desenvolvimento sustentável para essa região.

Essa é uma comunidade que vem reapropriando, ou seja, conseguiu, com muita luta, reapropriar essas terras que perdeu há 30 anos e vem desenvolvendo um modelo de uso e ocupação. Só no redesenho dessa área, ela consegue restabelecer 25% de reserva legal que não havia nessa área e replanejar a ocupação das cabeceiras dos cursos d'água, o que não foi respeitado na época. Além disso, vem desenvolvendo unidades de produção e beneficiamento envolvendo diversas famílias e fortalecendo a sua organização.

Os senhores podem ver que, ao lado desse polígono, encontra-se a realidade de diversas outras comunidades não só desse Município, mas também de vários outros do Norte de Minas - aliás, as comunidades que estão sofrendo esse impacto do avanço das monoculturas e agora da mineração e de outros empreendimentos que vão para a região. Estaríamos falando mentira se disséssemos que esse empreendimento não trouxe muita riqueza. Trouxe sim, só que não ficou na região. Na verdade, ela saiu de lá e deixou uma destruição muito forte para as comunidades.

Vemos o mesmo mapa desenhado por essa comunidade. Os cursos d'água são representados ali com aqueles riscos. Em preto, há a letra "m" que está de cabeça para baixo e são as minas que existiam e perderam; em azul, são as minas que ainda persistem. Então, naquela cabeceira da direita, vemos quantas minas de água já secaram em razão desse processo. Na verdade, estão num processo de recuperação dessa área na terceira cabeceira onde há aquele "m" sozinho. É uma mina que já começou a correr novamente, em razão da reorganização territorial que essa comunidade começa a estabelecer com a elevação do lençol freático, que, até então, havia sido rebaixado pelo modelo de desenvolvimento colocado por essa região; sem contar a precarização do trabalho que esses empreendimentos trouxeram para a região. Hoje há um forte avanço da terceirização e uma precarização e exploração do trabalho humano, porque há competição do capital pela diminuição do custo dos produtos que ele produz. Então, cada vez mais, há a eficiência da produção, trazendo uma série de consequências para os trabalhadores da região.

Aqui vemos os impactos que trouxeram para a região, com os cursos d'água, a desativação de unidades de beneficiamento e a questão da concentração de terra, que, aliás, é outro desafio para alcançarmos um desenvolvimento sustentável da região. Poderíamos



citar alguns dados do Brasil. Hoje mais de 3,5 milhões de propriedades rurais têm até um módulo fiscal, mas não detêm nem 12% das terras agricultáveis. Enquanto isso 12% das propriedades detêm mais de 74% das terras agricultáveis. Então há uma desigualdade em terra muito forte, a qual precisa ser levada em conta nesse processo de melhoria das condições de vida para as populações no meio rural. Aqui há um retrato da região, as chapadas e os agricultores que ficaram encurralados no vale.

A partir de uma experiência recente, temos trabalhado nas comunidades na região com o sistema de produção de chácaras de café tradicional, utilizado na região há mais de 100 anos pelos agricultores não só de Rio Pardo de Minas, mas também de diversos outros Municípios da região. Eles conseguem fazer a produção de café consorciada com as espécies nativas, com a produção frutífera e de alimentos para as famílias.

Queria destacar também essa contribuição que os povos e comunidades tradicionais têm dado para que sejam pensadas alternativas a fim de caminharmos para esse desenvolvimento sustentável. Se tem alguém que está trazendo propostas e contribuições, digo que são esses povos e comunidades. Eles cuidaram, até a década de 1960, desses recursos naturais e, mesmo agora após sofrerem as consequências do modelo desenvolvimentista a que estão submetidos, também trouxeram propostas de superação dos problemas da região. Vemos as chácaras de café, onde está sendo feito um esforço do Centro de Agricultura Alternativa, em parceria com o sindicato de trabalhadores rurais do Município, tanto para revitalizá-las como para oferecer uma possibilidade de geração de trabalho e renda para as famílias rurais e para a conservação ambiental. É um modelo de produção articulado com a questão do meio ambiente. Vemos uma chacara de café consorciada com o pequizeiro. Elas não são recentes, são chácaras antigas que existem na região. Conseguir financiamento no banco para os agricultores plantarem, por exemplo, o eucalipto é muito fácil. Eles conseguem isso. Contudo, não se consegue um financiamento, por exemplo, do Pronaf Agroecologia a fim de se implantarem sistemas agroflorestais, cujas experiências já demonstraram uma viabilidade muito forte.

Vemos o café consorciado com a ingazeira, a banana, o urucum e diversas outras espécies que compõem a alimentação familiar, a segurança alimentar dessas famílias e ainda geram renda por meio da comercialização, sobretudo, do café, o produto principal nesse consórcio. Vem sendo feito um esforço de melhoria desses sistemas de produção, de fortalecimento desse sistema de produção na região. Vemos aí diversas frutas que aparecem nesses sistemas de produção que imitam a vegetação nativa do lugar. Esse é um trabalho de seleção e qualificação das sementes.

Gostaria de mostrar às senhoras e aos senhores uma experiência mais recente. Para pensar a promoção desse sistema de café, implementamos um pesquisa para saber como é a amplitude dessa experiência no Município de Rio Pardo de Minas. Chegamos a alguns dados interessantes, pesquisando 176 famílias de 16 comunidades do Município, ou seja, uma amostra bastante representativa da sua realidade. Verificamos que três quartos dessas 176 famílias são proprietárias da terra. Pensamos: para estimular a produção das chácaras de café, é também muito importante revermos a questão da distribuição mais igualitária da terra na região. Não se faz chacara de café, não se fazem sistemas de produção duradouros se não se tiver a posse da terra. Isso é importante. Ao se pensar a questão da melhora das condições de vida da população, também devemos pensar outros elementos. Na verdade, eles são fundamentais para que avancemos na superação da pobreza, no caso de recursos e de qualidade de vida para essas famílias. Verificamos que, dos 666 membros familiares que constituem essas 176 famílias e suas propriedades, há uma quantidade de jovens e pessoas em idade ativa de produção. Contudo, sem a posse da terra, sem outras condições importantes para permanência dessas pessoas no campo, elas não conseguem implementar esses sistemas produtivos sustentáveis que poderiam contribuir para a melhora da qualidade de sua vida.

Vemos o quadro das famílias investigadas. Vemos que mais de 70% das famílias que têm sistemas de produção possuem até 20ha de propriedade. Vemos também os dados da escolaridade. Chamou a atenção, na pesquisa, que grande parte desses membros familiares não lê ou le e escreve ou tem o fundamental incompleto.

Então, é uma escolaridade muito baixa, que nos faz pensar: “Poderíamos melhorar o sistema de produção a partir das experiências que já estão em curso na região, como o manejo das chácaras, a poda, a implantação do sistema diversificado”. O café está no meio, sendo implantada uma nova chacara. Poderíamos, sim, melhorar o sistema de produção, a produtividade desse café, mas não conseguiríamos melhorar a educação. Mas refletimos: “Se conseguíssemos fazer isso concomitantemente com a melhoria das condições educacionais, teríamos uma repercussão, uma otimização da produção das chácaras de café”. Então, relacionamos educação com produção.

E há outros produtos que são produzidos por essa família. Não há só o café, mas também a criação animal, o milho e o feijão, e eles beneficiam outros produtos, como a mandioca e a goma.

Então isso representa um desafio no contexto da Rio+20 em relação ao arranjo institucional. Ele também está pautado nessa discussão, tanto no âmbito global, do desafio dos países do mundo para conter a degradação ambiental, como no âmbito nacional, estadual e municipal.

E lembramos que é necessário radicalizar sem sectarismo. Radicalizar no sentido da origem da palavra, de irmos à raiz do problema, de superarmos a questão da má educação, do acesso à terra, do saneamento básico.

Recentemente vimos pelos meios de comunicação o Município de Novo Horizonte, localizado nessa região, com uma incidência de hepatite A. O surto da hepatite A é fruto da falta de saneamento básico. São 15 casos já comprovados e 30 em investigação. Se chegamos a esse surto, podemos saber que existem muito mais pessoas já acometidas pelo vírus da hepatite A, mas que não manifestaram o problema.

E também o controle dos impactos socioambientais. Se não tivermos o controle desses impactos, que ainda persistem na região, essas famílias vão ficar reféns desse modelo cada vez mais.

Gostaria de ressaltar esses modelos, o controle desses impactos, como, por exemplo, a questão da PEC das terras públicas, que está em tramitação na Câmara Legislativa e, na verdade, tem o objetivo de disponibilizar terras não para os agricultores familiares, mas para os empresários continuarem com esse modelo desenvolvimentista.



Há também a legislação da mata seca, que volta e meia vem à pauta da Câmara. O objetivo é flexibilizar a mata seca, mas agora, com esses dados da mata atlântica, esperamos que isso traga uma responsabilidade para os Deputados quanto a não deixarem que isso passe. Há outros projetos em tramitação.

A questão da Economia Verde também é um desafio. A monocultura de eucalipto é tratada como economia verde, mas também é preciso pensar em alternativa nas economias regionais, no consumo próximo, fazendo uma produção em circuitos curtos, de deslocamento da produção. Incentivamos aí as práticas que já estão em curso na região, de beneficiamento de outros produtos e de experiências diversas existentes na região, que precisam ser fomentadas e fortalecidas.

Há a questão da produção de sementes próprias pelos agricultores. A biodiversidade está muito ameaçada. A região tem uma riqueza muito grande de sementes, milho e feijão, há muito já perdida em função do avanço dos transgênicos e da monopolização das grandes corporações de sementes, hoje reduzidas a meia dúzia que controlam as sementes no mundo inteiro.

Também, por meio de um processo de formação, poderíamos promover essas melhores condições de vida e um desenvolvimento realmente sustentável para a região. Muito obrigado e desculpem pelo tempo.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de “slides”.

O Sr. Presidente - Agradecemos ao Álvaro Carrara a sua exposição. Com a palavra, a Sra. Regina Campos, para sua exposição sobre o tema “Produção, consumo, meio ambiente e pobreza: os desafios de um desenvolvimento ecologicamente sustentável e socialmente justo”, enfocando a experiência dos povos e comunidades tradicionais.

Palavras da Sra. Regina Campos

Boa tarde e muito obrigada pelo convite. O Cedefes agradece a oportunidade de dar sua contribuição.

Primeiramente, queremos apresentar o Centro de Documentação. O Cedefes é uma ONG que foi criada em 1985 para registrar os movimentos sociais e os direitos humanos na época da ditadura. Hoje temos vários projetos, a exemplo de projetos de apoio aos índios maxacalis de Ladainha e de Teófilo Otoni, aos índios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, aos quilombolas da região dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, além de um projeto de pesquisa. Inclusive publicamos um livro mostrando que Minas Gerais - o Álvaro falou sobre a riqueza deste Estado - é um Estado riquíssimo em termos culturais, mas precisamos preservar essa riqueza. Cerca de 400 comunidades quilombolas mantêm a tradição africana, reivindicam terreno próprio e direito ao território, mas até hoje nada foi feito. Precisamos lutar para que essas populações tenham acesso à sua terra, a fim de que, como o Álvaro disse, façam as suas roças, plantem o seu café dentro de um sistema mais ecológico. Os índios necessitam de mais terras, pois o sistema de vida deles é de coleta. Então estamos lhes dando esse apoio.

Além disso, fazemos pesquisa e acompanhamos os assentamentos da região Noroeste para vermos como a vida dessas pessoas fica depois do apoio e do acesso à terra. Assessoramos e ajudamos no registro da Associação dos Povos Indígenas de Belo Horizonte e Região Metropolitana, cuja Presidente é uma índia pataxó, a Marinalva. Apoiamos a formação e registro da Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais, cuja Presidente é a Sandra; e o Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais, cujo Presidente é o Mesaque.

Nós, do Cedefes, apoiamos as populações tradicionais e achamos importantíssimo que Minas Gerais comece a ver a riqueza que este Estado é, mas precisamos de apoio para que essas culturas se integrem à sociedade mineira num processo de igualdade. A relação das comunidades tradicionais com a terra não é de bem de consumo, mas uma relação de respeito, pois sabem que precisam da terra hoje para produzirem amanhã e precisam deixar uma terra em boas condições para produzirem frutos para a próxima geração. Não é uma relação com terra como bem de consumo, mas como bem de partilha e de preservação. É muito mais um conceito da terra como terra-mãe que como um planeta a ser exaurido em benefício de poucos.

Quando as populações tradicionais, devido à questão econômica, consomem os produtos da época, estão praticando um consumo sustentável. Os produtos da época demandam menos insumo, gastam menos água, impactam menos o ambiente. Se são produtos locais, demandam menos recurso para o transporte, menos combustível e óleo diesel, menos uso do caminhão, que também já impactou o meio ambiente para ser feito. O consumo local e do fruto da época, como acontece nas comunidades tradicionais, é mais sustentável.

Outra questão é o uso de plantas medicinais. Não estamos dizendo para não se usarem os produtos farmacêuticos, mas se privilegiarmos, para as coisas mais simples, os chás, se as plantas estão no nosso quintal, de certa forma estamos gerando menos impacto. Essas coisas estão se perdendo, e é preciso que se olhe essa riqueza cultural que há em Minas.

A produção das populações tradicionais também contribui, pois o impacto no solo é menor. Usam equipamentos mais leves, não usam tratores, mas equipamentos que impactam menos o solo, que irá responder melhor ao longo do tempo. Além disso, o uso de adubos e fertilizantes são mais localizados, o consorciamento de várias plantas e de plantas com animais são hábitos das populações tradicionais na produção.

São essas as populações que tentamos apoiar, principalmente na sua organização, e mostrando à sociedade que elas existem. A população de Minas Gerais, de modo geral, não sabe que existem índios morando na Região Metropolitana de Belo Horizonte, que vieram em busca de serviço ou de tratamento médico que não havia na aldeia. Muitas pessoas não sabem que temos uma população de cerca de 8 mil índios de várias etnias. Muitas pessoas não sabem que Minas Gerais tem cerca de 400 comunidades quilombolas. Precisamos que os livros de história e as informações comecem a mostrar essa riqueza que é Minas Gerais.

Outra coisa em que as comunidades tradicionais ajudam é no conceito de limpeza. A limpeza começou a gerar um impacto muito grande nas águas, com uso de produtos extremamente fortes, que degradam o ambiente. É lógico que é importante organizar o local em que se vive de maneira saudável e limpa, mas existe um limite. Depois daquilo, estamos impactando o ambiente, jogando produtos químicos nos cursos de água.

Sabemos que a realidade é muito complexa, assim como a convivência entre as gerações, mas nas comunidades tradicionais, essa convivência ainda é maior porque existe o avô, a avó, o neto, ou seja, essa transferência cultural ainda sofre menos interferência da



grande mídia e dos grandes parâmetros mundiais. Acreditamos que um olhar mais atento para o modo de viver dessas comunidades pode nos trazer grandes pistas para socorrer este planeta, que já está no cheque especial.

Uma outra coisa interessante é que as comunidades tradicionais, que têm mais respeito à natureza, possuem um conceito melhor do ciclo vida, morte, vida; de que você planta uma árvore, ela cresce, floresce, produz e você consome. Nós também temos esse ciclo, pois nascemos, vivemos e um dia partimos. É um processo mais natural, em que as pessoas, amorosamente, tratam essas comunidades, as pessoas e o planeta. Então, o Cedefes apoia essas comunidades, e achamos que essa riqueza cultural precisa também de acesso à informação, porque a água já foi contaminada, o lixo está lá. Então, como podemos levar o conhecimento a essas populações, para que elas não venham para cá? Realmente, o Brasil, em 30 anos, passou de um País rural para um País urbano. E a cidade nem sempre oferece uma condição de vida razoável para as populações mais pobres, que chegam aqui e vão morar em aglomerados, ocorrendo um grande rompimento da questão cultural e trazendo, até mesmo, problemas sérios de desagregação de pessoas, de famílias.

Acho que essa é a contribuição que essas pessoas podem dar no tocante ao consumo, ao cuidado com o ambiente e com sua cultura. Deixamos aqui um desafio: as pessoas, para viverem, precisam de terra. Elas necessitam de um lugar próprio, precisam ter a posse da terra para que saibam que, se plantarem hoje, poderão colher amanhã, que o seu neto e o seu bisneto vão colher. Acho que Minas Gerais, em termos de sustentabilidade, precisa olhar para essas comunidades, principalmente para as quilombolas, para que elas tenham acesso à terra, para que possam ter acesso também ao seu território original e para que possam manter suas tradições. Se possível, muitas delas querem continuar nos seus locais, querem manter suas tradições e querem ser respeitadas. Para isso, elas precisam ter seus direitos fundamentais garantidos, como o direito a um local para moradia, um local para viver e para produzir.

Uma outra coisa - e que impacta menos - é que nas comunidades tradicionais, de um modo geral, as construções são feitas de materiais mais leves e de multiuso. Você tem uma casa, onde organiza sua produção. O local de culto é o mesmo de reunião e de debate. Então, essas construções mais leves são casas menores que abrigam mais pessoas, e isso também impacta menos o solo. Portanto, viver com simplicidade é um desafio nosso; é um desafio urbano, rural, enfim, é um desafio de cada uma das pessoas deste planeta. Estamos falando sobre Minas Gerais, sobre este Estado a que pertencemos. Esse é o recado que o Cedefes deixa aqui. O Cedefes funciona na Rua Demétrio Ribeiro, nº 195, em comodato com as Irmãs Sacramentinas, e estamos às ordens para receber a visita de todos vocês.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para sua exposição, o Sr. Junio Magela Alexandre.

Palavras do Sr. Junio Magela Alexandre

Boa tarde, Deputado Almir Paraca, em cuja pessoa cumprimento os membros da Mesa e os demais presentes. Primeiramente, o Instituto Brasileiro de Ecologia agradece a oportunidade de falar sobre desenvolvimento sustentável, que é o objeto deste Instituto, e traçar aqui alguns panoramas com relação à aplicação desse desenvolvimento sustentável, por meio do viés climático, mais especificamente no âmbito da convenção que será fechada na Rio+20.

Será muito apropriada a nossa exposição, que, aliás, casará muito bem com o que a Regina e o Álvaro falaram. Vamos traçar um panorama para o projeto de Redd que desenvolvemos para o Estado de Minas Gerais, mas especificamente na Região Norte. Nesta oportunidade, demonstraremos um pouco o que estamos pensando.

O instituto vem tratando da questão ambiental e do desenvolvimento sustentável por meio da viabilização do projeto de Redd, que é a redução das emissões causadas pelo desmatamento, mais especificamente das emissões voltadas para a manutenção das florestas e o replantio delas. O desenvolvimento de um projeto de Redd visa basicamente, na estrutura da convenção de mudanças climáticas, não somente atuar como o Protocolo de Kyoto, gerando produção e tecnologias mais limpas, mas também preservar as florestas, já que grande parte das emissões do gás do efeito estufa provém do desmatamento. Além de benefício climático, conservar as florestas traz um benefício ambiental muito claro, que se resume não somente na preservação das próprias espécies do bioma, como também dos recursos hídricos e da fauna.

O projeto que o Ibeds desenvolve, por ser amplo, busca valorizar a mata, os frutos do cerrado e da caatinga, enfim, do semiárido. Como o pequi é uma fruta típica do nosso Estado, o escolhemos como vetor desse projeto de Redd. De fato, buscamos a valoração do meio ambiente através de uma matriz muito mais ampla que envolve investimentos climáticos presentes no mundo. Minas está fora desse patamar. O Ibeds identificou a possibilidade de aliar a redução das desigualdades sociais e da miséria à proteção do meio ambiente, ao plantio e à preservação das florestas. Dessa forma, o projeto objetiva fazer essa preservação e promover o desenvolvimento sustentável do ponto de vista social não somente preservando a mata. Eis o erro principal da maioria dos projetos de Redds existentes no Brasil: não basta preservar por preservar, e sim fazer com que determinada área tenha mais valor. Como obter esse valor? Por intermédio de pesquisas e de desenvolvimento de alternativas e metodologias tecnológicas capazes de fazer com que o pequi, a fava d'anta ou outros frutos que podem ser extraídos sustentavelmente das matas sejam utilizados na produção de cosméticos, de fármacos e diversos outros produtos, como os alimentícios. Devemos captar a nossa criatividade para que as comunidades locais implementem novos produtos que envolvam a aplicação no comércio mais justo, a economia verde. Isso significa possibilitar a essas comunidades uma forma de sustento por meio desse vetor ambiental. Precisamos preservar as matas porque é bom, por motivos ambientais, e também porque é de lá que as comunidades retiram o seu sustento.

Essa equação que o Ibeds busca por intermédio do Redd possibilita que o que é extremamente bom do ponto de vista ambiental também o seja bom do ponto de vista econômico. Esse fomento é que contribui de forma incrível para a redução da pobreza.

Em termos mundiais, o Redd vem sendo aplicado em diversos países. O Brasil mesmo tem mais de 10 projetos de Redd em fase de aprovação final. Não sei se vocês conhecem a terminologia, mas essa redução - como disse, o Redd é a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Ambiental - vem sendo adotada diametralmente na convenção climática desde a rodada de Bali. Foi nessa rodada que as pessoas começaram a pensar que já havia uma metodologia muito interessante para tratar a produção mais limpa.



No entanto essa metodologia não resolveu o problema do desmatamento. A partir de Bali, então, começou-se a fechar uma rota que envolvesse também os projetos de Redd.

É muito interessante identificar que o Redd não é um mecanismo extremamente aprovado na Convenção Quadro de Mudanças Climáticas, que é o documento oficial que trata das questões climáticas em nível mundial. O Redd não é definitivamente um instrumento específico de combate às mudanças climáticas, porque, infelizmente, ainda não há um consenso internacional sobre a sua aplicação nem mesmo como traçar o mecanismo de Redd. No entanto a falta de definição nunca foi um empecilho para que esse tipo de projeto se implementasse no mundo inteiro. Então temos diversas iniciativas que visam à promoção desse desenvolvimento ambiental por meio do Redd, justamente porque é algo extremamente bom para as populações, inclusive para a comunidade local. É uma forma de se fazerem pagamentos por serviços ambientais e de se promover a valoração ambiental. O Redd torna-se uma forma necessária, até mesmo internamente.

Então países como a Índia já desenvolveram estratégias de proteção ambiental totalmente baseadas no Redd, como forma efetiva de buscar essa valoração ambiental como uma saída, a equação, que lá na Índia é um pouco mais complicada que no Brasil, em relação ao desmatamento. Portanto os projetos do Redd no mundo ecoam principalmente nos países em desenvolvimento. E é nesses países que há a possibilidade muito grande de se aliar a redução da miséria com o desenvolvimento ambiental, justamente nesses países onde existe grande pressão pelo desmatamento. Observamos que países como Índia, Brasil, Indonésia, Peru e Chile possuem muitas florestas que estão ameaçadas. No Brasil, os números dos nossos cerrados são extremamente conflitantes, pois demonstram até uma certa inércia do governo federal. Isso tem de ser combatido efetivamente, mas falta regulamentação específica para os projetos de Redd. Na verdade, esperamos que esta Casa logo aprove o projeto de lei estadual que visa regular essas questões e outras mais das mudanças climáticas. A política estadual de mudanças climáticas deve estar vindo para cá.

Dessa forma, a busca do projeto de Redd é algo muito maior que buscar tão somente o combate ao aquecimento global. O Redd não é uma política isolada que visa tão somente reduzir as emissões, mas é algo muito maior, porque visa enfrentar o desmatamento, algo extremamente complexo por envolver diversos fatores, principalmente a equação que o Álvaro muito bem colocou em sua fala: fazer com que chegue até a comunidade local o resultado de todo esse trabalho. O projeto de Redd tem de ser totalmente envolvente para que a comunidade, estando envolvida, possa efetivamente desenvolver. Trata-se de valoração, mas quem tem de buscar esse valor não é o governo nem os grandes atores da iniciativa privada, mas os pequenos atores. Os arranjos locais é que equacionarão isso de maneira positiva.

Portanto tanto a indústria de cosméticos quanto a indústria farmacêutica precisam melhorar esse extrativismo sustentável e também visualizar as possibilidades de arranjos locais capazes de fazer com que essas pessoas fiquem com mais dinheiro efetivamente. Não é só ir lá, fazer a colheita da fava d'anta, vendê-la a R\$0,80, mesmo valendo R\$100,00. Quer dizer, é preciso promover estruturas capazes de beneficiar os locais onde esses produtos são buscados, a fim de que essas pessoas que estão fazendo essa coleta sustentável possam ser efetivamente beneficiadas. É uma equação que visa não só a um trato econômico, ambiental, mas também cultural. Por exemplo, o pequi é algo extremamente arraigado na cultura mineira. Isso acontece não só em Minas Gerais, como também em outros Estados. O pequi tem um valor cultural, gastronômico e nutritivo muito grande para essa população. Significa muito para elas.

Podemos observar até uma pressão muito grande em torno do cerrado, principalmente aqui no Estado. Promover políticas capazes de combater esse desmatamento é muito difícil, porque não se trata de fatores econômicos.

O termo “economia verde” vem justamente para quebrar essa ideia de economia tradicional, pois é uma nova visão, um novo conceito que se dá de maneira que essa economia possa valorar melhor bens ambientais mais importantes para as pessoas. Talvez seja esse o resumo de tudo que falamos aqui hoje: promover um desenvolvimento econômico em que seja viável, possível e lucrativo também desenvolver de maneira sustentável.

Voltando à questão do próprio pequi, podemos observar nas fotografias as inúmeras utilidades para esse fruto do cerrado. Pode-se fazer geleia - é uma questão nutritiva -, cosméticos e tudo mais. Daí pensamos, no instituto, na própria localização do projeto. É claro que deveríamos fazer uma análise de vulnerabilidade ecológica, levando em consideração também fatores sociais. Fica muito claro para todos nós que o Norte do Estado é uma área em que há necessidade e urgência da realização de projetos. Podemos observar que há uma vulnerabilidade ecológica muito grande ali, porque esses bens ambientais estão efetivamente em risco. E estão em risco não somente porque são áreas em que há grande miséria, mas porque a terra, o meio ambiente daquele local vale muito pouco.

Então, há necessidade, há urgência em desenvolver projetos capazes de tornar aqueles bens ambientais mais valiosos para que seja mais possível para o próprio empreendedor, para a própria iniciativa privada ver com novos olhos aquelas regiões, para não enxergarem, em determinado Município, uma área fácil de se ocupar economicamente com qualquer tipo de atividade. Eles precisam olhar para aquela área com um olhar de economia verde, um olhar em que o investidor queira fazer investimento ambiental, queira promover o desenvolvimento sustentável, porque aquilo é efetivamente lucrativo, gera efetivo retorno social e econômico. Enquanto não resolvermos essa equação, de certa forma existirá debate. A ideia é fazer com que esse embate inexistia, e isso só acontecerá no dia em que conseguirmos fundir os conceitos de desenvolvimento e de sustentabilidade. Parece ser muito fácil, do ponto de vista teórico, resolver a equação do desenvolvimento sustentável; no entanto, demonstra-se cada vez mais complexo no dia a dia. É muito complexo observar uma legislação e efetivamente identificar os pontos em que o desenvolvimento sustentável pode atingir aquele dispositivo legal.

Em diversas conversas com entes governamentais, o que identificamos é que já existe uma área, que até foi citada aqui, no Norte do Estado, em que há grande supressão da mata. A mata vem sendo suprimida para fazer carvão, e isso acontece a despeito da própria legislação, porque efetivamente é a equação econômica falando. As pessoas precisam comer e, para isso, às vezes é mais fácil queimar a mata e vender o carvão. É justamente isso que o projeto visa desenvolver, atacar. Não se deve buscar a mata para fazer carvão, mas para colher um pequi ou outro fruto do cerrado para ser usado efetivamente na indústria de cosméticos, na indústria farmacêutica. Isso tem um valor. O ser humano, que está ali muitas vezes queimando uma árvore porque ela lhe dará sustento, precisa buscar o sustento de outras formas, por meio de algo que seja economicamente viável e ecologicamente sustentável.



Daí termos nessa região o bosque-modelo Pandeiros, trabalho maravilhoso que vem sendo feito. O que se fez nesse bosque basicamente é o que queremos fazer de maneira macro. Buscaram essas áreas onde há grande utilização desse carvão ilegal e conseguiram conscientizar alguns produtores de que não valia a pena fazer o carvão. Por meio de tecnologias, criou-se o carvão de babaçu, que é sustentável, e criaram-se também centros de arranjos produtivos capazes de processar alguns tipos de frutos do cerrado e comercializá-los. Então, as pessoas passam a tirar a sua dignidade não do que é ilegal, não da queima da árvore para fazer carvão, mas têm de onde tirar a dignidade do ponto de vista ambiental. Há todo um trabalho de conscientização que é muito digno, pois vai ao encontro direto do sustento do ser humano. Na verdade, busca-se possibilitar àquelas pessoas acesso a métodos ecossustentáveis para que possam viver. É um trabalho que aumenta as suas perspectivas, os seus horizontes, pois identifica o dia a dia da pessoa como algo que vai se implementar na sociedade. Isso visa não somente salvar o meio ambiente, mas, efetivamente, salvar aquelas comunidades, apresentar-lhes metodologias sustentáveis de sobrevivência e de como sair dessa equação, hoje ilegal, indigna, que vem atacando de maneira muito drástica a biota do Estado.

É preciso trazer a valoração climática para essas áreas, importa dizer, não somente em termos de Estado e de Federação brasileira, mas dizer para o mundo a importância dessas áreas. São áreas com características ambientais únicas. A própria Conferência da Caatinga, da qual participamos também, está levando à Rio+20 inúmeras oportunidades nesse sentido. Essa conferência já deixou muito claro, em termos mundiais, a importância daquele semiárido, dessas áreas em termos ambientais.

Então, há uma importância mundial. Vejam que há países que demandam a compra desses créditos, até em função das suas empresas e de um mercado paralelo. São esses países e empresas que vão, por meio desses créditos de carbono, investir em algo que é patrimônio, de certa forma, mundial: o clima do planeta.

Assim, buscam-se alternativas sólidas de financiamento, por meio do mecanismo de REDD, para se possibilitar efetivamente um projeto que mude a vida das pessoas no Norte do nosso Estado. Isso é algo que nós já entendemos e para o qual estamos atrasados. Estamos correndo atrás da certificação desse projeto já sabendo que isso é urgente e necessário. É simplesmente fazer um alinhamento do próprio Estado, das próprias políticas estaduais a essa luta contra a mudança climática e contra o aquecimento global. É preciso fazer esse alinhamento com políticas capazes de fazer a diferença não só em relação a mudanças climáticas, mas em termos globais. Quem vai investir nesse tipo de projeto, quem vai comprar esses créditos de carbono são empresas, países, instituições internacionais interessadas em salvar o clima do planeta. Nós temos a responsabilidade, como Instituto aqui de Minas, de trazer esses recursos para cá e melhorar a vida das pessoas com esses recursos. Então, é algo extremamente nobre o que o Instituto vem fazendo, que é trazer essa valoração ambiental e demonstrar a importância dessas áreas, das próprias comunidades envolvidas, para o mundo inteiro, por meio de um projeto que faça a redução da pobreza, dessas desigualdades sociais. Que tragam desenvolvimento, que não só se utilizem de tecnologias sociais já presentes para a produção desses cosméticos, alimentos, etc., mas que sejam um vetor para a criação de novas tecnologias sociais, para que possamos demonstrar que é possível desenvolver arranjos locais, desenvolver produção e comércio justo em nível local em nosso Estado, melhorando a vida das pessoas e melhorando efetivamente também o meio ambiente. Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de “slides”.

O Sr. Presidente - Agradecemos ao ilustre expositor. Com a palavra, o Sr. Alexandre Augusto Dornelas Cruz para sua exposição sobre o tema “Produção, consumo, meio ambiente e pobreza: os desafios de um desenvolvimento ecologicamente sustentável e socialmente justo”.

Palavras do Sr. Alexandre Augusto Dornelas Cruz

Boa tarde. Quero agradecer a toda a equipe da Assembleia Legislativa e aos parlamentares, especialmente ao Deputado Almir Paraca, por esta construção tão bonita. Desde o início, nós, da sociedade civil, fomos convidados a participar da construção deste debate, cujo tema é muito importante e requer sensibilidade e conhecimento para sua abordagem, pois passamos por mudanças realmente significativas em todas as estruturas da sociedade.

Meu nome é Alexandre Dornelas e sou o representante do Comitê Mineiro da Cúpula dos Povos e o desenvolvedor da Plataforma Bioeconomia. Vim aqui falar principalmente dessa plataforma, além de um pouco da Rio+20 e da Cúpula dos Povos.

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável teve início em Estocolmo, em 1972, com uma ação 20 anos depois, na Eco-92, que culminou na criação de documentos importantes como a Agenda 21, a Carta da Terra e as Convenções do Clima e da Diversidade Biológica. Infelizmente, vemos que nestes 20 anos a situação ambiental do planeta piorou de forma significativa. Hoje temo-nos pautado realmente por essa organização da sociedade civil em torno da Rio+20 porque, infelizmente, vemos que os interesses econômicos influem de forma significativa nas decisões da ONU, baseadas principalmente no conceito de economia verde, detalhado no documento chamado “Marco Zero - O Futuro Que Queremos”, de que vou falar mais à frente.

A Cúpula dos Povos, como eu disse, é a articulação global da sociedade civil em torno da Rio+20, cujo principal objetivo é denunciar as causas da crise socioambiental, apresentar soluções práticas e fortalecer movimentos sociais do Brasil e do mundo. Tem um público esperado de 20 mil pessoas e mil atividades autogestionadas inscritas - há outras atividades, mas nem todas serão contempladas, e está sendo um grande desafio fechar esse quebra-cabeça das mil atividades. Temos três eixos temáticos: as causas das crises socioambientais, as soluções e as ações práticas para a resolução desses problemas. Por ser uma articulação plural, com a participação de diversas entidades com diversos perfis, praticamente não temos consensos, mas há um que é significativo: o consenso em torno da crítica à economia verde. Como facilitador da Cúpula dos Povos, estive no fórum social temático, no GT Economia Verde, em que se fizeram essas críticas em torno dela; portanto, cabe-me trazê-las a este debate.

A economia verde proposta no “Marco Zero” está sendo apelidada de “o futuro que não queremos”. Nela vemos claramente uma tentativa dos países desenvolvidos de desassociar o crescimento econômico da degradação ambiental. Também há o que chamam de mercantilização da vida, com a polêmica em torno dos créditos de carbono e o aquecimento global. Vemos que esse discurso é pautado por esses créditos de carbono. É claro que a emissão de carbono da humanidade é significativa, mas o ser humano é



responsável por 3% da emissão de carbono na atmosfera - 97% são emissões naturais. É lógico que, em uma perspectiva sistêmica, essa emissão é significativa, como ilustra o ditado chinês de que uma borboleta batendo asas no Oriente causa um furacão no Ocidente. Mas entendemos que o aquecimento global vai muito além das questões dos créditos de carbono e vemos esse discurso de limitação e comercialização desses créditos como uma tentativa clara dos países desenvolvidos de transferir a responsabilidade da preservação para os países em desenvolvimento. O boliviano Pablo Solón, um dos principais articuladores dessa crítica, considera essa proposta pior do que a Alca. Portanto, podemos esperar uma crítica muito forte na Cúpula dos Povos em relação a isso.

Realmente, temos de entender a dimensão dessa mercantilização da vida e uso de todas as formas de vida, também do reino mineral, do planeta: ela ataca nossos princípios mais profundos. Nós, como espécie humana, damos-nos o direito de escravizar todas as outras espécies de recursos naturais do planeta. Isso, daqui a 100 anos, será visto como a própria escravidão é vista hoje. Falou-se aqui muito a respeito de uma transformação interna, como principal objetivo, com a espécie com consciência mais desenvolvida do planeta se colocando no mesmo nível de todas as espécies, de todos os recursos naturais. Falamos de uma pós-contemporaneidade, pesquisadores falam de uma pós-contemporaneidade, mas, para mim, está muito claro que estamos saindo das trevas; para mim, é o fim da Idade Média. Toda essa convergência mostra-me isso claramente.

Quanto à crise econômica mundial, há bolha na crise asiática, em 1990; depois, a bolha da internet, em 2000; em seguida, a bolha imobiliária, há dois anos e meio, nos Estados Unidos. E agora a crise na Europa. Apresento aqui um gráfico que ilustra bem o que significa essa bolha.

A representação desse tracinho embaixo é o balão; o restante é o capital especulativo. O tracinho significa divisas, baseadas em intercâmbios econômicos reais. O restante são dinheiros criados pelos bancos, é o dinheiro-fantasma que os bancos têm autorização de criar. Está muito claro que a situação econômica do planeta está insustentável, que não foi feita nenhuma mudança estrutural no sistema econômico e que, mais cedo ou mais tarde, essa bolha vai estourar, para o que devemos estar preparados. O gráfico apresentado é do livro “El Futuro del Dinero”, de Bernard Lietaer, economista que é um dos arquitetos do euro. Esse livro é muito importante.

Vamos falar do Produto Interno Bruto - PIB. O problema básico do PIB é que ele mede atividade, e não, benefício. Então, podemos dizer que o furacão Katrina aumentou o PIB da cidade de New Orleans em US\$83.000.000.000,00. Podemos dizer que as prisões, as ações para controle do abuso do “crack”, das drogas aumentam o PIB. O dinheiro usado para controle da criminalidade aumenta o PIB. Então, o PIB não mede nada. Se se você tirar o extrato bancário e somar tudo que recebe e tudo que gasta, o que esse valor vai significar? Esse valor não significa absolutamente nada. Esqueci-me de quem é este termo, do qual gosto: “falácia de concretude deslocada”. É importante dizer que índice de desenvolvimento com o PIB, segundo Joseph Stiglitz, “informação afeta o comportamento. Então, aquilo que coletamos, nossa informação a respeito, e o modo como descrevemos o sucesso afeta aquilo que estamos perseguindo”. E, segundo Giannetti (2002), “Ganhos adicionais não se traduzem necessariamente em bem-estar subjetivo”. Joseph Schumpeter chamou de “destruição criativa” o fracasso das obsoletas estruturas econômicas e sua substituição por novas mais adequadas, que é esse processo que estamos vivendo agora.

Pontuando, o PIB, o desenvolvimento deveria ser entendido como processo de busca para maximizar a felicidade e o bem-estar de todos os seres vivos deste planeta, em vez do crescimento econômico, com base no que temos hoje em dia. E reconhecer que o indivíduo tem necessidades materiais, ambientais e emocionais.

Quanto aos indicadores de desenvolvimento socioambientais, um exemplo muito bom seria o FIB, implantado na Cemig, internamente, muito bem conduzido no Brasil pela Heloisa e pelo estudo Visão Futuro.

Apresento aqui o relatório atual, de março, que apresenta os países em relação ao FIB. O Brasil ocupa a 25ª posição. Dinamarca está em 1º lugar, Estados Unidos em 11º. O FIB mede os bens intangíveis da comunidade, não só os valores tangíveis. É possível ver como o IDH é muito limitado para traçar as necessidades do desenvolvimento socioambiental.

Lerei os indicadores do FIB, e está difícil de ler porque está reduzido: padrão de vida, bem-estar psicológico, educação, saúde, diversidade ecológica, boa governança, uso do tempo, diversidade cultural e vitalidade comunitária.

Outro indicador, que não é propriamente um indicador, é um estudo que está sendo conduzido pela Oxfam Internacional, uma entidade que trabalha pela cidadania e pelo desenvolvimento socioambiental. Não é um documento final, mas, pelo visto e pelo tom da proposta, acredito que um dia ela se tornará realmente um indicador. Não deixa de ser um indicador, por mais que não tenham sistematizado testes e resultados para ele. No centro vemos as necessidades humanas. De dentro para fora, no círculo menor, vemos as necessidades humanas críticas e, de fora para dentro, os limites naturais críticos. Dentro da rosquinha - chamam-na de teoria da rosquinha e também de campanha Grow (crescimento, cresça) -, que está entre as necessidades humanas e os limites naturais, é onde a nossa economia pode acontecer. Então, não tem como fugir disso, não tem como querermos que o planeta disponha de mais recursos do que ele naturalmente pode dar. Há aqui dentro indicadores da equipe que traça boas condições de base social e, de fora para dentro, há indicadores climáticos e ambientais. Essa teoria para mim é novidade. Tive sorte em encontrá-la antes de fazer esta apresentação. Ela provavelmente ganhará muita força durante a Cúpula dos Povos.

Agora entraremos na questão da bioeconomia, que é uma rede de ONGs, cooperativas, CVTs - temos intenção de estar mais integrados com a Secretaria de Ciência e Tecnologia, então colocamos os CVTs como uma estrutura de disseminação dessa rede que esperamos e acreditamos -, pontos de cultura e associações diversas, ou seja, incubadoras. Por meio da comunicação, pretendemos criar núcleos de trabalho e estudo descentralizados a partir da sistematização e compartilhamento de tecnologias sociais. O objetivo é gerar renda, conhecimento e cultura, melhorando a qualidade de vida nas comunidades contempladas de forma sustentável. Então ela tem três pilares conceituais e três estruturais, como podem ver e ter uma ideia geral. Passarei agora aos pilares conceituais.

Há três pilares conceituais: permacultura e agroecologia - que estão diretamente relacionadas e podemos considerá-las como uma proposta só, mas preferi desmembrá-las em duas para entendermos melhor esse conceito -, economia popular solidária e cultura livre. A permacultura é um sistema de “design” aplicado para criar comunidades de culturas permanentes. Nasce pela observação dos ciclos naturais. É entendermos que tudo tem uma entrada e uma saída, de forma que deixemos a natureza e o meio ambiente melhores do



que encontramos. Estamos falando em sustentabilidade, mas sustentabilidade é uma coisa que ouvimos falar em 1940, 1950. Não queremos sustentar essa situação ambiental que vivemos, temos que falar em regeneração, e é disso que a permacultura trata. Há vários indicadores que dão instrumento e ferramentas para entendermos esses ciclos e como interagir. Com a permacultura e a agroecologia, temos todos os recursos conceituais que precisamos para fazer um verdadeiro desenvolvimento sustentável. Não precisamos recorrer à mercantilização da vida, mas quero pontuar ao Junio que, como a tecnologia, a forma que se fará a valoração dos sistemas naturais pode ser tanto positiva como negativa, elas não têm um valor implícito, por isso podem ser tanto positivas quanto negativas. Então a permacultura está voltada para esse desenvolvimento social, está intimamente relacionada às tecnologias sociais - os recursos tecnológicos são a base de todo o processo - e à agricultura natural.

Há um outro conceito que considero nº 1. A agroecologia pode ser vista como uma abordagem da agricultura que se baseia nas dinâmicas da natureza. Dentro delas se destaca a sucessão natural, a qual permite que se restaure a fertilidade do solo sem o uso de fertilizantes minerais e que se cultive sem uso de agrotóxico. O resgate de saberes tradicionais e os avanços nos estudos científicos na área da agricultura ecológica alternativa são fundamentais para a construção de modelos de desenvolvimento mais sustentáveis. Ao contrário da monocultura, a agroecologia se apoia na biodiversidade e na interação entre espécies para alcançar o equilíbrio da safra. Além disso, garante a preservação do patrimônio biológico e os 10 mil anos de conhecimento acumulado na agricultura tradicional. Quer dizer, o Brasil é campeão mundial no uso de agrotóxicos, pois são 5,2 litros por habitante. Se multiplicarmos isso pela população, dará 1 bilhão de litros de veneno derramado anualmente nas nossas terras. Temos necessidade desse abuso? Então há uma urgente necessidade de rever isso.

Quanto à questão da diversidade biológica, vemos que, em 1903, havia 544 espécies de alface. No entanto, hoje há 20. Então as grandes corporações querem acabar com as nossas sementes naturais para que detenham o monopólio das sementes no mundo. Quer dizer, o agricultor tradicional guarda uma parte da semente para replantá-la no ano seguinte. O agricultor tem de comprar todo ano as sementes transgênicas que não se reproduzem, que são híbridas. Por serem modificadas geneticamente, essas sementes só florescem se tiver o pacotão “baygon”, com fertilizantes químicos e agrotóxicos. Então isso é realmente assustador.

Nesse gráfico, a grossura de cada filete significa a diversidade. Vemos o que está acontecendo com o nosso patrimônio biológico. O Brasil retém 20% da diversidade biológica no mundo. Essa vantagem competitiva que temos em relação a outros países está sendo devastada. O Parlamento europeu está sendo pressionado pela OMC, segundo uma banca de sementes internacional, para que torne o ato do agricultor guardar as suas próprias sementes uma atividade criminosa. Então temos de considerar muito bem o que significa isso.

O outro pilar conceitual é a economia popular solidária, que é uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza centrada na valorização do ser humano e não do capital. Além disso, tem base associativista e cooperativista e é voltada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços de modo autogerido; promove a emancipação, o trabalho como um meio de libertação humana; envolve a dimensão social, econômica, política, ecológica e cultural; e se caracteriza pela autogestão, ou seja, pela autonomia de cada unidade ou empreendimento.

O terceiro conceito é a cultura livre. Esse conceito prega que o conhecimento deve ser livre ou pelo menos restrito ao mínimo possível, de forma a possibilitar seu compartilhamento, distribuição, cópia e uso sem que isso afete a propriedade intelectual subjacente aos bens culturais. Como exemplo disso, há o Linux. Quem desenvolveu o Linux, começou a fazer um sistema operacional. Como viu que era um projeto muito ambicioso e que precisaria de mão de obra gigante, jogou isso gratuitamente na internet e disse: “É tudo gratuito, contando que tudo o que vocês aprimorarem nesse sistema retornem para mim para que possa redistribuir.” Com isso, ele lançou essa grande ideia no mundo. Hoje em dia há o SourceForge, 360 mil “softwares” desenvolvidos de forma colaborativa. O Wikipédia é a maior enciclopédia do mundo e é desenvolvida de forma colaborativa. Pode-se ir até lá para editar o texto. Então, isso mostra essa inteligência coletiva. Temos as tecnologias sociais e as várias iniciativas artísticas que também partem desse mesmo princípio. Além disso, o patrimônio biológico brasileiro que, por sorte, não se pode patentear. Aliás, não sei se isso é sorte ou azar, pois pode ser que patenteiem todos os nossos patrimônios biológicos, enquanto não os estamos patenteando e um dia isso se torne válido no Brasil. Portanto, temos de pensar com carinho nesse caso. Nunca em nossa cultura uma parte tão grande pertenceu à propriedade privada como agora. E, ainda assim, a concentração de poder para controlar o uso da cultura nunca foi aceita com tão pouca contestação quanto hoje.

Pilares estruturais. Tecnologias sociais enquanto modelo de negócio. Já trabalhei com disseminação de tecnologias sociais tradicionais sem modelo de negócio. Vemos que realmente a população leva um tempo para se interessar por essas tecnologias sociais.

Então, propomos que essas tecnologias sociais sejam transformadas em um catálogo de modelos de negócio - e é lógico que nada será rígido - que será adaptado a cada região, a cada clima e a cada material que está disponível. Estamos também falando de incubadoras de microempreendimentos solidários, ou seja, pegamos as tecnologias sociais e usamos todas as tecnologias de informação, com metodologias de sistematização do pensamento coletivo, como consenso, comunicação não violenta e processos de construção coletiva de conhecimento. Com isso, estaremos realmente disseminando tecnologias de forma significativa, no Estado. Falamos também de uma rede social digital.

Já falei sobre tecnologia como modelo de negócios e me apressarei. Estamos falando muito em tecnologias, mas lembro que elas são um conjunto de técnicas e procedimentos associados a formas de organização coletiva, que representam soluções para a inclusão social e melhoria da qualidade de vida. Nasceram do conhecimento popular ou do científico ou de ambos. Muitas vezes, devido à simplicidade, essas técnicas não têm o “status” de tecnologia. É um conceito amplo que abrange técnicas voltadas para a segurança alimentar e nutricional.

Incubadora de microempreendimentos solidários. Esses núcleos são condições para a população de baixa renda avaliar a qualidade de vida de suas comunidades, por meio de índices apropriados. Por meio dos resultados, serão criadas estratégias personalizadas para a transformação social, utilizando-se do catálogo das tecnologias sociais, enquanto modelo de negócios que pretendemos criar. As tecnologias estarão disponíveis no sistema “on line” de educação.



Vemos agora a rede bioeconomia, que já está no ar. Há um protótipo, pois não tive ainda tempo de terminá-la, mas, na próxima semana, se tudo der certo, ela estará funcionando. Temos um sistema de educação descentralizada a distância, nos mesmos moldes dos sistemas das universidades. Qualquer usuário pode entrar lá e criar uma aula gratuitamente. Temos um sistema de gestão de projetos, para que essas redes possam articular-se; um sistema de videoconferência, para facilitar a comunicação; e um sistema de comércio eletrônico descentralizado, em que qualquer pessoa pode postar produtos e criar lojas. Então, há um “shopping” digital para produtos que tenham consciência na produção. Temos também a gestão colaborativa de documentos e o mapeamento descentralizado desse conhecimento e desses profissionais.

Estamos também falando de um sistema de inclusão digital rural, cujo objetivo é potencializar assentamentos humanos sustentáveis, acesso via satélite, recepção e transmissão movida a energia solar. Uma das funções desse sistema de inclusão digital rural é dar suporte à população em casos de desastres naturais. Levamos, via satélite, tecnologias apropriadas para reestruturar aquela comunidade.

Temos também de falar sobre a soberania tecnológica e alimentar, que é a preservação do patrimônio biológico, que está sendo dizimado. Foram necessários milhões de anos para que se desenvolvessem as espécies e elas estão sendo dizimadas. Não sabemos o que isso significa. O nosso alimento está sendo geneticamente modificado. Não falo de aprimoramento genético, mas de alimento geneticamente modificado, ou seja, estão colocando genes animais e não sabemos o que isso significa, a longo prazo. Pretendemos com essa soberania elevar a qualidade dos alimentos produzidos, mapear tecnologias e metodologias livres para suprir as necessidades básicas da população, nos posicionar contra abusos das grandes corporações e dar suporte ao Estado na ocorrência de crises econômicas e desastres naturais.

Um exemplo prático do que estou falando é a Universidade dos Pés Descalços, na Índia. Vale a pena assistir ao vídeo “Universidade dos Pés Descalços”, no Youtube. Ele é maravilhoso. O sistema de educação formal foi substituído por um processo informal apoiado no conhecimento tradicional dos povos da região e no casamento com as novas tecnologias. Eles ensinam mulheres e homens, no meio rural - e muitos são analfabetos -, a se tornarem engenheiros solares, artesãos, dentistas e médicos alternativos, em suas próprias aldeias. Os princípios são igualdade, coletivismo, autonomia, descentralização e simplicidade. Vemos algumas fotos, algumas mulheres produzindo placas solares, a questão das fossas e o tratamento médico. Esse trabalho é muito bonito. Recomendo muito que vocês assistam ao vídeo.

Para finalizar, estamos propondo uma política pública de inclusão social sistêmica, baseada na produção material sustentável, educação, economia solidária e pesquisa. A inteligência coletiva gerada por essa rede não proprietária irá prover insumos para todas as instâncias do Estado, que deverá traçar metas de desenvolvimento socioambiental sustentável, dando condições à população que se encontra abaixo da linha da pobreza de se tornar autossuficiente em suas necessidades básicas.

O que falamos vai muito além de interesses políticos e econômicos. O que falo é sobre a sobrevivência da própria espécie do planeta. Não podemos esperar que os ambientalistas façam algo. Nós todos temos de nos formar ambientalistas. Sou um profissional da área da Comunicação e, a partir de quando tive meu primeiro filho, realmente fui me envolvendo cada vez mais com a questão ambiental, e é por isso que estou aqui hoje. Está na hora de colocarmos todas as nossas diferenças de lado e nos unirmos pela sobrevivência da espécie.

Agradeço a todos pela atenção e a esta Casa Legislativa por este trabalho tão bonito, por esta construção tão bonita. Coloco-me à disposição para maiores informações. Foi um prazer estar aqui e dedico esta apresentação aos nossos filhos, aos nossos netos e as nossas futuras gerações. Boa tarde.

- No decorrer do pronunciamento, procede-se à exibição de “slides”.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Neste instante, daremos início aos debates. Solicitamos àqueles que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Pedimos também que entreguem antes a sua contribuição por escrito à Assessoria. Cada participante disporá de dois minutos para fazer sua intervenção. Lembramos que a leitura e a apresentação oral dos questionamentos aos expositores serão feitas de acordo com o volume de inscrições recebidas.

Debates

O Sr. Presidente - Lembro ainda que, uma vez concluída esta mesa, teremos ainda uma última Mesa para fechar o nosso ciclo de debates acerca das tecnologias sociais, do combate à miséria, da sustentabilidade rumo a Rio+20, a Cúpula dos Povos.

Já chegaram aqui à mesa algumas solicitações. Iremos apresentá-las. Daremos uma rodada geral com as perguntas e, no final, voltaremos a palavra aos expositores para responderem aqueles que foram diretamente provocados e os que não foram para fazerem suas considerações finais.

Queremos passar a palavra para Kátia Ferraz, membro do Comitê Mineiro da Cúpula.

A Sra. Kátia Ferraz - Boa tarde. Deputado, era exatamente para o senhor que gostaria de fazer a minha intervenção. Participamos nesta Casa de eventos de grande importância. Participamos do Seminário Legislativo e tivemos até a oportunidade de acompanhar as audiências públicas do PPAG. Aliás, em um momento da plenária final do Seminário Legislativo, estivemos presentes na assinatura da Mesa da Assembleia do fundo para erradicação de pobreza, que virou uma emenda constitucional. Acredito que existem diversas iniciativas.

Alexandre, quando trabalhamos no Seminário Legislativo, evento de muita importância, muitas das nossas propostas foram em direção a essa questão. É uma questão objetiva. Gostaria de saber, Deputado, tendo em vista todas essas iniciativas, o que o Legislativo Mineiro e nós podemos propor, quais ações poderão ser executadas, sejam orçamentárias, sejam efetivas junto à cobrança ao Executivo. Quero saber justamente em função de tudo que citei. Obrigada.



O Sr. Presidente - Obrigada, Kátia. Registro nosso reconhecimento à sua participação. Você está aqui em todas as oportunidades, trazendo sua visão com muita propriedade e muita consequência. Como eu disse, daremos uma passada geral e no final responderei a seus questionamentos.

A Maria de Lourdes Neto, Engenheira Ambiental e Consultora Autônoma, dirige-se à Regina. A questão é: “Será que todo produto da época requer menos água para seu plantio? E por que, se positivo?”.

O outro questionamento de Maria de Lourdes é dirigido a Alexandre Dornelas: “Você não acha que dentro da rosquinha deveriam constar os limites da inovação tecnológica e que hoje se faz premente a regulamentação da inovação tecnológica na legislação?”.

Luiz Cláudio também está inscrito e fará sua pergunta oralmente.

O Sr. Luiz Cláudio Santos - Sou Luiz Cláudio, do jornal “O Eco Ambiental”, cujo “site” é www.oecoambiental.blogspot.com.

E o seguinte: sobre aquela continuidade do raciocínio sobre a questão da pobreza e a importância da Rio+20, eu queria fazer um exercício com todo o mundo aqui para a gente conseguir conceituar o que é pobreza do nosso povo. Dessa conta que foi apresentada, em que o salário nosso, da maioria da população, é de R\$622,00, mas deveria ser de R\$2.300,00. A diferença, então, daria um total de três vezes o salário mínimo, ou seja, R\$1.800,00. Esses R\$1.800,00 significam que mais de 70% da população brasileira não recebe esse valor, ou seja, mais de 150 milhões de brasileiros não têm qualidade de vida nem condição de se defenderem da crise de meio ambiente. Sem o ser humano ser valorizado, não há como valorizar o meio ambiente. Não existe democracia política sem democracia econômica. Isso é um fato.

Chamo atenção para uma questão: como vamos combater a pobreza com esse grande entrave que é a condição de vida do povo brasileiro? Um professor público aqui não ganha sequer R\$1.000,00. Não sei se o pessoal acompanhou o caso de uma médica no Rio de Janeiro, que tomou o lugar do povo que estava protestando contra o atendimento médico e se rebelou, se revoltou falando que não aguentava mais atender a população, porque não tinha como fazer isso. Ou seja, tudo que é público neste país está sendo depredado. O povo brasileiro tem uma situação pública de pobreza.

Vou dar um exemplo. Hoje em Belo Horizonte não há mais telefones públicos. Se fosse apenas a questão da renda, mas a questão mais grave é que, além de o povo não ter como sobreviver, há uma pressão da grande imprensa para que o povo consuma. O que acontece com a maioria do povo brasileiro? Está endividada, estressada, porque tem que consumir, sendo que não tem dinheiro.

Nessa relação entre economia e meio ambiente há uma coisa que gosto muito de comparar: você tem de comprar sua alimentação, criar sua família, mas, quando vai ligar do celular, ouve uma mensagem dizendo que seus créditos acabaram. Ou seja, os créditos para o ser humano sobreviver hoje no mundo estão, cada vez, levando a população ao extermínio, na verdade.

O contexto desse problema da Rio+20 é tão amplo que, por uma obrigação, temos que... Volto a falar que discordo do Presidente da Comissão de Meio Ambiente, não houve uma convocação dos movimentos sociais, haja vista que o movimento sindical e outros movimentos não estão presentes. Quer dizer, não foi feito convite para a maioria da população estar aqui presente, o que demonstra que o Parlamento não tem prioridade de combater a pobreza. Como o companheiro disse, infelizmente o conflito socioambiental está colocado. Como vamos vencer esse conflito? Apenas com a mobilização da sociedade civil. A população precisa ler o art. 225, precisa organizar-se, precisa cobrar do governante o que está sendo roubado do povo brasileiro. Quem está ficando com essa diferença do salário mínimo?

Alguém está se beneficiando com isso, e não é a maioria do povo. O nosso país está sendo sugado cada dia mais, o povo está cada dia mais empobrecido. Quando o Ministro da Economia falar novamente que a economia do Brasil vai bem, deve falar para se viver com o salário mínimo. Todo parlamentar dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário deveria viver com o salário mínimo, colocar o filho em escola pública, ser atendido pelo serviço público de saúde. Isso deveria ser obrigatório para que o povo brasileiro tenha mais respeito com nossa qualidade de vida.

Precisamos, por uma questão ética, continuar esse debate com a população em Belo Horizonte para que tenhamos propostas de resolução dessa crise, não só brasileira, mas mundial. Essa conferência tem que avançar no sentido de defender o ser humano. É uma coisa muito grave. Pensamos que queremos sair dessa situação, porque o povo brasileiro ainda acredita, tem a felicidade, mas esse péssimo exemplo de renda e empobrecimento do povo brasileiro, e essa exaltação do salário de jogador de futebol, de estádios sendo construídos com dinheiro público que deveria ir para o setor de saúde, estádios que depois não vão reverter isso em benefício da população, isso é roubo, é crime ambiental.

A situação do povo brasileiro hoje é uma situação de crime ambiental. E a situação do mundo hoje é essa. Temos que combater a pobreza não porque é moda, mas porque o povo não aguenta mais. A população tem que se mobilizar, e a Assembleia Legislativa tem que tomar o seu papel de combater isso e colocar essa questão em prioridade. Metade da violência que tem no País, ou mais, se resolveria com o combate à pobreza. Distribuam renda no Brasil e vamos ver se ela será a pior do mundo. O mundo coloca o Brasil como solução para o mundo. Ou seja, a solução para o mundo é essa 3ª pior distribuição de renda do mundo? Então o mundo está fadado a quê?

Portanto a situação do meio ambiente é tão grave que, na Costa dos Estados Unidos, pescaram um atum contaminado com a radiação de Fukushima. O problema do meio ambiente não atinge uma pessoa, mas a coletividade. Se o povo brasileiro não tem como reagir a essa sangria das operadoras de celulares, que insistem em tirar o dinheiro da alimentação do povo brasileiro, patrocinadas pela grande imprensa, que não está dando notícia sobre a Rio+20 porque é patrocinada pelas grandes empresas que mais degradam o meio ambiente... Não interessa para a minoria que está excluindo o povo brasileiro que ele tenha acesso à informação e à educação de qualidade. Já sabemos disso.

Qual é a importância de a sociedade civil continuar esse debate? O que a Assembleia Legislativa vai fazer para viabilizar a participação da população na Rio+20? Fazer o debate por fazer, disso o povo brasileiro já está cansado. Queremos solução para o problema. E agora, na Agenda 21, que são 20 anos depois da Rio 92, temos que parar com essa coisa de só levantar a lebre e não resolver a situação. Temos que ser propositivos e passar a bola para o cidadão. Isso não é só para a juventude, os pais têm que reagir. Falar que a defesa do ambiente é tarefa para o futuro é se eximir da responsabilidade. Os pais e os filhos têm que se unir, porque desse



jeito o ser humano estará fadado à extinção. Eles querem o mundo para 10% ou menos, e o restante já está condenado, porque o povo ingere veneno. Eles dão hormônios para as vacas produzirem leite, as vacas adoecem, mas eles vendem o leite.

Somos contra o Código Florestal, porque o Brasil tem mais bois do que gente. São mais de 200 milhões de cabeças de gado. Gado que está recebendo hormônio e indo para a mesa da população, que adoeece.

Então, por que o Brasil libera venenos, agrotóxicos, que são proibidos em outros países? Por que o Estado brasileiro legitima e aprova todos os dias a forma como cada um de nós nos alimentaremos e libera os agrotóxicos que matam aos poucos a população? Então, como resolveremos essas questões? Estou convencido de que é por meio da união da sociedade civil. Espero que, ao sairmos daqui, a Assembleia se coloque esse compromisso de continuar com esse debate. Espero também que consigamos congrega, unir a sociedade civil, para cobrarmos do Estado o que ele não vem fazendo, pois tem legitimado essa situação de violência e de crime ambiental, em cima da maioria da população brasileira e do mundo inteiro. É essa a questão que foi abordada.

O Sr. Presidente - "O.k.", Luiz. Para fazer a sua pergunta, com a palavra, Clarise Fernandes, da ONG Clarosofia Núcleo Mundial.

A Sra. Clarise Fernandes da Silva - Primeiramente, gostaria de agradecer aos membros da Mesa e aos que se encontram presentes. Queria deixar claro que a matéria dessa ONG é interdisciplinar, é matéria ético-filosófica na área de ciências sociais e humanas que estuda a transparência e a clareza, direcionadas ao desenvolvimento do raciocínio, objetivando a desvolutura do ser humano para promover o bem-estar social. Acredito que o Presidente da Comissão, Deputado Célio Moreira, realmente, convocou e divulgou esse evento o máximo que pôde para instituições da sociedade civil e de sindicatos, porém, a sociedade civil organizada já está desgastada com tantas conferências. Para os senhores terem ideia, uma das primeiras conferências importantes surgiu, em 1972, em Estocolmo. A sua finalidade era discutir problemas de ordem ambiental e social. Depois, foram surgindo as demais, como a Eco 92, a Agenda 21 e outras, até chegarmos a essa importante Comissão de Meio Ambiente, que discute a Rio+20 e a sustentabilidade. Então, tenho certeza de que a sociedade organizada está dando a resposta, com sua ausência, mostrando a sua descrença. A sociedade está apática politicamente. Enquanto a política do Brasil é muito importante para nós e para o Estado, como um todo, por causa dos encargos sociais e dos impostos que são caríssimos. Então, gostaria, como Presidente da ONG Clarosofia Núcleo Mundial, de sugerir à Comissão de Meio Ambiente e à Rio+20 a proposta de inserir a efetiva participação da ONG Clarosofia Núcleo Mundial - CNM - nessa importante conferência, com o intuito de desenvolver ações nas bases da comunidade, bem como, com diagnóstico social, por meio de pesquisa, de realizar ações classificatórias das problemáticas sociais das comunidades do Estado de Minas Gerais que se encontram vulneráveis e desfavorecidas no tocante aos seus direitos humanos, nas áreas de saúde, educação, meio ambiente, qualificação profissional, geração de emprego e renda e com o déficit habitacional de 476.287 - dado da Agência da Câmara de Notícias em Minas Gerais de 27/4/2011. Essa participação também deve contar com a união de esforços dos governos estaduais e federal, com o objetivo de disponibilizar recursos financeiros para realização de projetos sociais. A proposta visa à elaboração e à realização efetiva dos projetos sociais, de acordo com as necessidades e demandas a serem atendidas em prol dos usuários que se encontram em posição desfavorecida, necessitando de atenção especial da Comissão de Meio Ambiente e da Rio+20.

Gostaria de pedir a atenção especial do ilustre Deputado Almir Paraca, para fazer uma interlocução com o nosso ilustre Deputado Célio Moreira, da Comissão de Meio Ambiente, com vistas a efetivar e garantir essa proposta, pois é de suma importância a parceria da ONG Clarosofia Núcleo Mundial com essa conceituada conferência, porque temos de pedir a oficialização da efetivação da ONG Clarosofia Mundial, uma vez que o povo, a sociedade mineira pede socorro.

Temos de pedir que se oficialize a efetivação da Clarosofia Núcleo Mundial porque a sociedade mineira pede socorro. Precisamos trabalhar de forma conjunta com aqueles que querem abraçar a responsabilidade social, como as pessoas presentes neste encontro, os Deputados, os representantes das entidades. Contamos muito com a efetivação da ONG, com sua participação na Rio+20. Contamos também com recursos, sem a burocracia dos conselhos. Se cairmos nos conselhos, ficaremos a ver navios, porque não podemos usar critérios partidários, e sim critérios que levam solução ao SOS Vida, às comunidades carentes. O sistema atual provoca convulsão social e colabora para a criminalidade. O ser humano precisa do socorro dos parlamentares e das demais pessoas com disposição para a responsabilidade social. A nossa ONG se dispõe a trabalhar com responsabilidade. Todos os nossos filiados - são mais de 15 mil - sabem da nossa dedicação. A nossa entidade está pedindo resposta nesta Casa há nove anos. Agradeço a atenção e espero o esforço de todos. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Obrigado, Clarise. Com a palavra, o Sr. José Ivan Ferreira Coimbra, da Unidade de Desenvolvimento Sustentável do Banco do Brasil.

O Sr. José Ivan Ferreira Coimbra - Não farei uma pergunta, mas uma explanação e gostaria que o Alexandre a comentasse. Falarei da visão que tenho sobre o tema, e não do meu exemplo, pois isso não é coerente para uma pessoa na minha situação, com o padrão de vida que tenho. Quando falamos em sustentabilidade do planeta, a visão que minha consciência manda ter é que a pauta do movimento sindical está um pouco ultrapassada. O ser humano já ocupou muito mais do que o que tinha direito a ocupar na Terra. Infelizmente, ele terá de entender que, para que a Terra seja a sua mãe, terá de aprender a conviver até com menos do que recebe, senão a Terra não aguentará. Se todo ser humano tivesse a condição de vida que eu tenho, o planeta seria inviável. Por incrível que pareça, quando se fala de sustentabilidade, em médio e longo prazos, temos de pensar em reduzir a população humana em benefício dos outros seres que são vitais, inclusive para a própria existência humana, e aprender a conviver com as pessoas mais simples, que conseguem ter um bom padrão de vida com uma renda baixa. Portanto, acho que, em se tratando de sustentabilidade, a agenda sindical está ultrapassada. Se melhorarmos a renda da população mundial - que é o ideal, é o motivo da luta do movimento sindical -, a Terra não suportará. Essa não é uma ação sustentável, no meu entendimento. Repito: não estou me colocando como bom exemplo. Ao contrário, estou me colocando como um mau exemplo.

O Sr. Presidente - Obrigado, Ivan. Pergunta da Kelly Cristina ao representante da Copasa: "Que tipo de apoio a Copasa dá a projetos que visam à sustentabilidade de recursos hídricos? Financeiro ou técnico? Qual o montante?" Com a palavra, o Sr. João Bosco Senra.

O Sr. João Bosco Senra - De várias maneiras a Copasa tem participado e apoiado os projetos de sustentabilidade, a exemplo do Projeto Manuelzão. Também tem um comprometimento com a meta 2014 e, agora, um projeto junto com o Cibapar. Além disso, apoia

a recuperação do Paraopeba, participa dos comitês de bacia em todos os Estados, tem representação, dá contribuição e desenvolve programa de educação ambiental que apoia várias entidades, vários setores. Não tenho o valor do montante específico, mas, do ponto de vista da sustentabilidade, estabelece metas e vem cumprindo-as, avançando no controle da poluição doméstica com as estações de tratamento de esgoto. São recursos vultosos que a empresa vem investindo para preservação da qualidade das águas, na medida em que ela assume esse compromisso a partir de concessões para não só ampliar a rede de coleta de esgoto, mas, sobretudo, para o tratamento deles. Então, a Copasa vem apoiando vários projetos e várias iniciativas.

Em função do tempo, pediram-me para encerrar aqui. Então, em nome da Copasa, gostaria de agradecer a oportunidade de participar deste evento e dizer que estamos à disposição para continuar nesse debate. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para suas considerações finais, o Sr. Alexandre Augusto Dornelas Cruz, da Plataforma Bioeconomia.

O Sr. Alexandre Augusto Dornelas Cruz - A primeira pergunta é a seguinte: “Você acha que dentro da rosquinha deveriam constar limites à inovação tecnológica?” Não conheço profundamente essa teoria, mas, de acordo com o meu entendimento, a rosquinha é o próprio limite: de dentro para fora temos necessidades humanas; de fora para dentro temos os limites naturais. Dentro daquela rosquinha é onde nosso consumo pode acontecer e onde nossas tecnologias podem ser desenvolvidas. Portanto, realmente acredito que a rosquinha seja o próprio limite, de forma indireta.

A segunda pergunta é: “Como elevar a qualidade de vida da população?” Acho que o principal fator que impede o desenvolvimento socioambiental é a falta de união. Sinceramente, não quero tirar a responsabilidade do Estado, conhecemos a sua dinâmica, e é por essa razão que não temos de ficar lutando contra isso. Porém, realmente acredito que a sociedade civil está unida em torno do mercantilismo de simbolismos. Acho que falta uma união significativa. Não precisamos inventar, reinventar rodas, soluções para a crise socioambiental, pois elas já existem, estão aí. Demorou para assumirmos isso. O que falta é união da sociedade civil em torno dela, e é por isso que estamos criando essa rede. Também falta à sociedade civil ocupar o espaço que este Parlamento nos oferece. Todas as políticas públicas o fazem de forma coesa. É natural. Esse é o espaço de que precisamos, é isso que está faltando. Essa é a minha opinião.

Sustentabilidade e movimento sindical. Acho que temos de sair da crítica e começar a apresentar propostas construtivas, edificadoras. Temos de sair da contestação. Principalmente o movimento sindical tem de sair desse vício político de contestar e se integrar com boas propostas, de forma bem articulada. É inevitável ocuparmos o espaço de que precisamos no Estado. O ser humano realmente já ocupou muito mais espaço. Temos de sair desse conceito de sustentabilidade e passar para o conceito de regeneração. Existe um conceito também que é o da bioeficiência, que significa utilizar o máximo de recursos energéticos e não só sustentar o que estamos vendo hoje. Temos de utilizar todas as tecnologias e todas as metodologias para conseguirmos desenvolver ao máximo o Estado.

Mais uma vez, gostaria de agradecer a todos os funcionários desta Casa Legislativa e a todos os parlamentares esse espaço que estamos tendo aqui. Realmente estou percebendo novos ares.

Calculei mal meu tempo, por isso não deu para falar sobre o seminário legislativo, que foi muito significativo e que contempla tudo o que falei aqui. Houve muitas propostas, e espero que as acatemos. Inclusive, o Ferraz esteve conosco construindo essas propostas. Faltou falar principalmente do consumo consciente e do limite do consumo. Na verdade, devemos ter limites. Não há como mantermos esse padrão de vida americano. Muito obrigado a todos.

O Sr. Presidente - Obrigado, Alexandre. Passo a palavra à Regina Campos, do Cedefes.

A Sra. Regina Campos - Sobre o consumo consciente: será que todo produto da época requer menos água no seu plantio, e por quê? O que defendemos aqui é que as pessoas tentem plantar os produtos da época, senão haverá gastos com irrigação, água. Possivelmente o produto irrigado gastará mais insumos, mais defensivos, mais pesticida. Na verdade, relativizando, não é que todo produto será assim. Mas, na medida do possível, teremos um consumo mais consciente.

Há 30 anos, podia-se comer manga de novembro a março. Hoje, come-se o ano inteiro. Mas a que custo ambiental? O mesmo serve para a banana, o abacaxi ou qualquer outro produto. É mais nesse sentido que discutimos aqui. Normalmente, se a pessoa faz opção por um consumo mais consciente, ela fará uma opção mais ecológica. Muito obrigada pela participação e pelo convite. Estamos trabalhando pelas populações tradicionais.

O Sr. Presidente - Obrigado, Regina. Para fechar a Mesa, em relação aos questionamentos feitos sobre o Orçamento do Estado e a possibilidade de efetivamente influenciar a peça orçamentária, concordamos com a Raquel. Entendemos que, se não acontece isso, de fato, todo esse esforço de debate, de discussão, se não ficar prejudicado, ficará diminuído, não é verdade? O que temos para dizer, Raquel, é que a lógica do ciclo orçamentário dos anos anteriores continua vigorando. Kátia, desculpe.

A aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO - acontece sempre no primeiro semestre; o monitoramento do PPAG - e aqui garantindo a participação, nos moldes como vem sendo feito - será este ano ainda, em junho ou agosto; a revisão do PPAG, ao final do ano, para projetar então o exercício de 2013, garantida também a participação; e a aprovação da Lei Orçamentária pelos Deputados, ao final do ano legislativo.

Quanto ao seminário, continua valendo também o mesmo processo. As propostas desdobradas no ciclo orçamentário do ano passado serão avaliadas em duas reuniões neste ano ainda, com a comissão de representação e com vistas à revisão do PPAG de 2013. Avaliamos que, para aprofundar esse processo, é preciso participação, organização, pressão, cobrança. As casas legislativas, como é da lógica do funcionamento do Legislativo, continuarão sempre permeáveis à pressão popular. Portanto, acreditamos que esse caminho será permanente. Aprimoraremos nosso sistema de representação e de influência, de exercício de democracia direta, na medida em que a sociedade efetivamente se organiza e constrói os mecanismos para influenciar diretamente a gestão do governo e a construção de políticas públicas.

São muitas as outras questões expostas aqui pelo Luiz e pela Clarise. Peço-lhes desculpas, pois não vamos conseguir aprofundá-las ou mesmo abordá-las, porque temos outra Mesa ainda e já estamos atrasados no nosso debate.



Quero dizer-lhe, Luiz, que o debate vai continuar. Temos o calendário da Rio+20 e da Cúpula dos Povos neste mês de junho, mas essa pauta está colocada pela humanidade de uma maneira que, enquanto não for efetivamente equacionada, o debate tem de continuar, e vai continuar. Esperamos, de fato, que a sociedade consiga se organizar efetivamente, aproveitar os espaços e provocar outros.

Assistimos, há pouco, à Primavera Árabe. Muitas pessoas não acreditavam naquela possibilidade de jeito nenhum, mas aconteceu. Parecia que os resultados, a princípio, seriam muito mais profundos do que acabaram sendo demonstrados. Houve um movimento e um ajuste naqueles países. Esperamos que esses exemplos sejam a demonstração efetiva de que é possível.

Temos no Brasil muito o que avançar, mas esperamos que a nossa democracia - que, felizmente, vem se afirmando, com todas as deficiências que ainda tem, mas pelo menos já superamos a questão da interrupção do ciclo democrático, já estamos nos afastando numa temporalidade que não conhecíamos até então na história brasileira - seja uma demonstração de que estamos avançando e que possamos aprimorar, efetivamente, não só o nosso sistema de representação, mas o de gestão efetiva do espaço público com controle da sociedade. É um desafio que está colocado para o conjunto da sociedade.

Agradecemos, mais uma vez, a todos vocês, de maneira especial aos componentes da Mesa. A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais manifesta seus agradecimentos aos expositores deste painel. A todos o nosso muito obrigado.

2º Painel

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - Convidamos a tomar assento à Mesa a Exma. Sra. Valquíria Alves Smith Lima, Coordenadora Nacional da Articulação do Semiárido Brasileiro e Secretária Executiva da Cáritas Brasileira - Regional Minas Gerais; e os Exmos. Srs. Lúcio Ventania, Presidente da Bambuzeria Cruzeiro do Sul e Coordenador do Centro de Referência do Bambu e das Tecnologias Sociais - Cerbambu -; Milton Nogueira da Silva, Consultor Internacional em Desenvolvimento Sustentável e Secretário Executivo do Fórum Mineiro de Mudanças Climáticas; José Ailton Junqueira de Carvalho, Presidente da Cooperativa de Trabalho dos Consultores e Instrutores de Formação Profissional, Promoção Social e Econômica, representando o Sindicato e a Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais; e Luiz Gustavo Honório, Coordenador da Regional Centro da Pastoral da Criança em Minas Gerais.

Com a palavra, o Sr. Lúcio Ventania, para sua exposição sobre o tema "Tecnologias sociais como alternativas sustentáveis".

Palavras do Sr. Lúcio Ventania

Boa tarde a todos. Como os que me antecederam, agradeço a oportunidade de estar no Plenário da Assembleia para falar de tecnologia social. Diante de tudo o que foi exposto aqui, com tanta inteligência e manifestações críticas, e diante de tantas possibilidades de mudança do mundo, a mensagem que vou deixar é muito simples. É uma contribuição muito pequena frente ao caos que se instalou na cabeça da população do Brasil e do mundo na tentativa de saber como será a situação daqui para a frente. Minha contribuição é realmente um grão de areia no oceano: vou falar de uma planta, o bambu, e de como essa planta pode contribuir para que as questões sociais, econômicas, ambientais e culturais sejam mais bem equacionadas principalmente no que diz respeito à superação da pobreza.

Trabalho com bambu desde menino. Em 1987, juntei-me a algumas pessoas e começamos a construir um sonho: um programa social chamado Desenvolvimento do Ciclo do Bambu no Brasil, com a ideia de gerar um ciclo de prosperidade ambiental, cultural e social diferente dos demais ciclos que existiram em nosso país - os ciclos do ouro, da cana-de-açúcar e do café -, em que o poder produtivo, comercial e tecnológico esteve nas mãos das pessoas mais abastadas economicamente. Com o bambu, tínhamos e temos a esperança de que se faça um ciclo tão rico quanto os outros, mas em que o domínio produtivo, comercial e tecnológico esteja nas mãos dos mais pobres.

Em 1999, criamos a Bambuzeria Cruzeiro do Sul, 17ª Oscip do Brasil, com o desafio de desencadear esse ciclo de prosperidade cultural, econômica e ambiental no País a partir da popularização do uso do bambu como protagonista social. Todos conhecem o bambu: os papagaios que soltamos eram de bambus; a varinha de condão da fada madrinha era de bambu; o Demoiselle e o 14-Bis, do Santos Dumont, eram de bambu; o primeiro filamento da lâmpada elétrica foi feito de bambu; a cerca, nas roças, era de bambu; o forro, nas fazendas, era de bambu, etc. Ou seja, o bambu está presente na vida do povo brasileiro. Aliás, a comunidade indígena brasileira já utilizava o bambu, e os portugueses, no período colonial, também trouxeram o bambu, de modo que ele está presente na maioria das construções desse período: nas cúpulas das igrejas e nas construções com utilização de barro.

É uma planta com mais de 5 mil espécies no planeta, com grande diversidade de propriedades químicas, físicas e mecânicas, e que, portanto, tem várias utilidades, desde a construção civil até a fabricação de talheres. Também é uma planta extremamente generosa. Para dar um exemplo, a espécie conhecida popularmente como bambu gigante gera 18.000m de matéria-prima em apenas 10m², e uma única touceira pode se reproduzir por 12 mil vezes. Assim, o bambu tem algumas características muito importantes: é um recurso natural renovável; sua reprodução é assexuada, ou seja, não precisa de replantio para continuar se desenvolvendo; o ciclo vegetativo ocorre por mais de 100 anos; e não há nada no planeta Terra, do tamanho de uma árvore, que cresça mais rápido do que o bambu. Então, a velocidade do crescimento, o rendimento por unidade de área e o volume de biomassa tornam o bambu o maior vegetal da face da Terra com potencial para sequestro de carbono e regularização do clima no planeta.

Trabalhamos muito com capacitação técnica, com pessoas. A nossa prioridade de trabalho é com pessoas com deficiência física, prostitutas, travestis, meninos de rua, ou seja, a população que não chega à universidade; à qual não chega o governo, o parlamento, enfim, não chega ninguém até eles. Esse é o nosso público-alvo. Hoje em dia, trabalhamos muito com esse mesmo público, porém no meio rural. Formamos mais de 60 grupos de trabalho nas cinco regiões do Brasil, montando cooperativas de trabalho com o uso de bambus, chamada bambuzeiras, que são cooperativas sociais de produção e comercialização de ecoprodutos em bambu. Fizemos o primeiro trabalho nas fronteiras do Brasil, do lado Leste, depois Norte, Nordeste, Sudeste e Sul, com 60 grupos. Em 20 anos, capacitamos mais de 10 mil pessoas na área de cultivo, manejo, produção e comercialização de ecoprodutos em bambu.



Como mostra a imagem, eis alguns produtos que ensinamos a produzir e comercializamos, na área de móveis. São móveis de arte, adereços e complementos.

Um caso especial são os cabides de bambu. Na Europa e nos Estados Unidos, ao contrário do Brasil, onde se lava roupa em casa, as pessoas costumam mandar a trouxa de roupa para as lavanderias. Essas roupas voltam em cabide de fio de metal coberto com plástico. E, na semana seguinte, fazem isso novamente. Então, o mercado mundial de cabides usa na faixa de 250 bilhões de unidades por ano, e tudo vira lixo. Então, resolvemos criar um conceito para o produto. Existe a necessidade de cultivo de bambu para atender à demanda de produtos ecológicos. Enquanto não temos estabelecido ainda um processo de cultivo em escala, criamos produtos pequenos, de alto valor agregado, ecologicamente corretos, que têm alto potencial de consumo. A mulher brasileira, de classe média, tem, geralmente, 50 cabides. Quer dizer, para 10 mulheres, serão 500 cabides. Esse cabide é mais caro, custa R\$10,00, então, já são R\$5.000,00. Isso é para a comunidade poder produzir. A produção hoje é feita por pessoas muito pobres, que produzem 100 mil cabides por mês. Esse trabalho ganhou o prêmio Planeta Casa, da editora Abril, em 2002, como o melhor “design” de produtos ecológicos, e é exportado para os Estados Unidos e Holanda; e já foi capa da revista “Vogue”.

Percebemos que as pessoas estão gostando agora de ficar em condomínios fechados, onde há aquele grande muro, com guarda. Pensei: lá dentro, nas casas das pessoas, poderia haver uma cerquinha mais adequada, bonitinha. Então focamos também esse mercado e criamos uma linha de cerca inspirada no “design” japonês para atender essas pessoas. Criamos a Bambuzeria Jardim Industrial - Banji -, com meninos de rua, que funcionou em Contagem, para produção de cercas para tais condomínios.

Desde 1999, a Bambuzeria Cruzeiro do Sul dedica-se à produção, a pesquisas sobre tecnologia de produção para o artesanato, construção civil, agricultura, movelaria. Nós trabalhamos mais de 20 anos por todo o Brasil com várias outras oficinas, além da do bambu, e com oficina de dança, teatro, psicologia, assistência social. Vaidosamente, em determinado momento, achei que eu era a última bolachinha do pacote, com a figurinha premiada, que sabíamos o que era a tecnologia social e que tínhamos uma solução na mão. Bobagem, bobagem, não sabíamos de nada! O cooperativismo que tentamos, não conseguimos. O Brasil tem essa mania de achar que, com investimento de um ano num projeto social, a comunidade tem de, no ano seguinte, caminhar com as próprias pernas, o que é uma bobagem. O fosso social brasileiro é muito mais profundo. As couraças que estão nas pessoas são de gerações e gerações. A maldade chega até os nossos ancestrais. Então, não é com dois, três anos de trabalho social que se gerará transformação social, mas sim com 30, 50 anos. Se se analisarmos uma pessoa, como o Deputado Almir Paraca, por exemplo, se contar centavo por centavo desde que ele entrou na escola, do pré-primário até quando saiu da faculdade, a formação dele dará mais de R\$1.000.000,00.

Como podemos formar um cidadão em condições de extrema pobreza, que sofreu falta de amor, de carinho, de escolaridade, de alimentação, em um ano, e querer que ele caminhe com as próprias pernas? As pessoas precisam ser formadas com tempo, com recursos, em todas as áreas, para que as couraças que ficam aqui dentro sejam curadas. Com isso, quando senti que estava fazendo tudo errado, resolvi parar o projeto todo, entrei num fosso, o pensamento começou a usinar e pensei que não tinha que ficar indo para o Amapá, para a comunidade afro-brasileira, para o Mato Grosso ensinar bambu; que tinha que arrumar uma comunidade aqui perto e plantar a minha teoria, o meu conhecimento, o meu tesão de viver, o meu sonho de ser feliz nessa comunidade, e ficar o resto da minha vida nela. Aí criei o Centro de Referência do Bambu e das Tecnologias Sociais - Cerbambu Ravena - que funciona em Sabará, na comunidade de Ravena. Ali temos desenvolvido nosso trabalho, já há três anos, em cima de um projeto chamado Ravena 30: o desenvolvimento da cadeia produtiva do bambu por um período de 30 anos. Acho que é o mínimo para podermos conquistar alguma coisa em relação à transformação social.

Esse centro de referência está numa área de 24.500m², que não é uma terra minha nem da instituição, é comodato de uma pessoa física que acreditou no projeto e nos cedeu o terreno. Com o apoio da Fundação Banco do Brasil construímos as estruturas. Então o Cerbambu se constituiu como uma plataforma para a dinamização do projeto Ravena 30, que propõe um movimento de mobilização e constante articulação social para, durante um período de 30 anos, criar e manter condições para o desenvolvimento e a consolidação de uma cadeia produtiva, a partir do bambu, na região. O nosso foco é desenvolver a cadeia produtiva. Para isso temos que trabalhar com quatro programas: um, aproveitando o potencial do bambu, o sequestro de carbono como ferramenta social; outro, é a qualificação da comunidade para geração de trabalho e renda a partir da utilização do bambu; um terceiro, é a educação para sustentabilidade, trabalhando diretamente com as crianças no ensino básico, com as escolas e as professoras, para preparar uma próxima geração - os meninos que recebemos lá, que hoje estão com 10 anos, daqui a 10 anos estarão com 20. Ainda estamos na primeira fase do projeto Ravena 30, então temos que fazer um trabalho forte com eles, e estamos fazendo.

Não podemos perder a noção de que temos que desenvolver pesquisa para encontrar as formas mais adequadas, porque o mundo está numa verdadeira transição. O mundo velho já morreu, essa coisa perniciososa que todo mundo está criticando aqui já acabou, e o mundo novo já chegou, só que está em transição. Até o mundo velho ir embora e o mundo novo chegar levará uns 100 anos. Estamos nesse momento de transição e realmente desenvolvendo novas pesquisas com bambu e com as metodologias de acesso aos potenciais da comunidade, para que possamos ir colocando cada coisa no seu lugar. Como o nosso projeto é para 30 anos, não precisamos ter muita pressa, podemos ir devagarinho, dando tempo para as coisas se adequarem, encaixarem-se, desenvolverem-se.

As nossas premissas são o lugar como ponto de partida, valorizar aquela comunidade o máximo possível; alianças com propósitos - fazemos alianças com todos, independentemente se é do partido A ou B, se é branco ou preto, se é gordo ou magro, tendo o propósito do desenvolvimento e conforto moral da comunidade, do conforto social, do conforto econômico, pois podemos fazer alianças -; tecnologias conectadas de forma sistêmica: semear para as próximas gerações. Essas premissas têm que obrigatoriamente gerar “empoderamento” comunitário, compromisso ambiental, valores humanos e culturais e satisfação econômica. Para mim, satisfação econômica está completamente desassociada dessa coisa de salário mínimo ou máximo. Satisfação econômica para mim é o cara estar vivendo bem no estilo de vida dele. Um cara pode querer ter uma Ferrari, e não quero ter Ferrari, nem bicicleta, quero andar, andar sem ser assaltado. Para isso preciso só de tanto, mas o cara que quer comprar uma Ferrari precisa de um montão de tanto. Esse é um problema que ele que tem que resolver. Temos que ter satisfação econômica.



A nossa plataforma de desenvolvimento é a seguinte: Núcleo de Atividades e Vivências - Nave -; Núcleo de Tratamento por Imersão - Nutri - dos bambus; núcleo de compostagem, onde se produz nosso próprio adubo orgânico; núcleo administrativo; sanitário seco; incubadora de novos projetos; almoxarifado; viveiro de mudas; estufa; cantina; área de cultivo; horta.

Temos tudo isso em 2,5ha, 24.000m, recebemos lá 1.550 crianças por ano de toda a comunidade escolar e conseguimos fornecer transporte, alimentação, material, curso técnico teórico e cultura para mais de 500 pessoas por ano nessa comunidade de Ravena, mas com muita qualidade. Sabem quem banca isso? Nós mesmos, com o nosso pulso e a nossa força de trabalho. Possuímos uma construtora de bambu. Então construímos casas e galpões, usamos a nossa tecnologia e não andamos com o pires nas mãos atrás de parlamentar nem de instituição nem nada para pedirmos dinheiro. Construímos e, se alguém quiser colaborar com o projeto, que, aliás, é muito grande, para 30 anos, aceitamos e nos tornamos parceiros. Se não, estamos tocando o bonde e não ficaremos esperando que as pessoas fiquem pensando se têm ou não de fazer. Não temos tempo para isso, mas sim para amar imediatamente a comunidade, nos relacionarmos com beleza e carinho, levar o pão de cada dia e ficar cheio de forças para continuarmos. Não sou muito desse negócio de Parlamento. Estou vindo aqui hoje porque o Paraca é muito meu amigo e me convidou. Estou aqui desde as 7 horas e assisti a todas as apresentações. Muitas pessoas já foram embora, mas queria que tivessem assistido à minha, pois estou aqui porque considero isso importante.

Aqui está o Núcleo de Atividades e Vivências - Nave. É uma geodésica feita de bambu. A imagem não está muito boa, mas é uma obra de bambu extraordinária, ecológica, bonita, redonda, sem pilastras, onde o povo se assenta para discutir e conversar. Temos aqui o Nutri, um núcleo de tratamento de bambu, que é tratado na água organicamente. Temos aqui o Núcleo Administrativo, que também é todo feito de bambu e adobe, onde conversamos e discutimos e é um espaço muito bonito e agradável. Temos os nossos viveiros de mudas para a plantação de bambu e que damos gratuitamente para a comunidade; a nossa estufa para desenvolvermos as sementes, as plantas medicinais e as árvores nativas que consideramos importantes para a restauração do nosso bioma; e ali o sanitário seco. Esse moço ali, que é da Copasa, devia prestar atenção nisso, pois nunca vi algo mais idiota do que as pessoas jogarem o cocô no próprio rio onde está a água que bebem. Não dá. Isso ocorre no centro urbano. Na roça, encontra-se a água e constrói-se a fossa assim mesmo, o que contamina todo o lençol freático. Com esse sanitário seco, que é bonito, arrumado e com mosaico, as pessoas fazem o cocô, jogam uma serragem de bambu - aliás, nem jogamos de madeira, porque já vem tratada com química, o que atrapalha o desenvolvimento dos micro-organismos importantes - e depois nós o colocamos no minhocário com essa serragem de bambu e fazemos um húmus de excelente qualidade. Por isso no Cerbambu está tudo florido, couves enormes, maçãs e bananas. Comemos tudo de gostoso lá e, como sobra muito, damos para a comunidade. Por quê? Porque fazemos essa coisa e não poluímos o lençol freático. Em Ravena, ocorreu o maior índice de xistose do Brasil. Agora estamos com um plano de pôr pelo menos 500 sanitários secos nas casas, ensinar essa tecnologia e tentar acabar com isso. Tudo isso é muito importante. Ali está a nossa incubadora, que também é feita de bambu, onde as pessoas discutem e para onde a criança vai, assenta e conversa.

Então o projeto visa levar ao Município uma série de tecnologias sociais e não sociais, tentando juntar o poder público, a sociedade civil e a garotada para bater papo. Não é assim para ser uma coisa muita careta, mas com dança, festa, música, cinema, cultura e alegria, senão a vida fica muito chata. Então se vai batendo esse batidão, as pessoas vão gostando e chegando, sem cobrar resultado. Temos tempo e vamos levando com alegria, e as coisas vão se organizando.

Fiquei pensando o tempo todo como as pessoas deram um péssimo exemplo de manhã, pois todos que iam falando na tribuna extrapolaram o tempo 500 vezes. Então ultrapassarei somente uma vez.

Queremos expandir esse mesmo centro de referência para Muniz, Palmital, Borges, Siqueira, Ravenópolis e Rio Vermelho, comunidades que estão em torno do Cerbambu Ravena, que é o nosso, a plataforma.

Queremos que ela tenha em todo lugar, para que ninguém precise pegar ônibus, andar de carro. O bambu está ali perto, o trabalho está ali perto, e vai desenvolvendo. O sequestro de carbono como ferramenta social é muito interessante porque, daqui a 10 anos, não haverá madeira para se fazer aquilo que está naquela parede lá, marcos, portas, janelas, caibros e ripas. Contudo, haverá bambu certificado, padronizado, o “design” das casas será mudado, e quem tiver bambu plantado ganhará dinheiro. Então, é preciso um acordo com a indústria da construção civil.

Deputado Almir Paraca, você quer que eu pare ou continue? Pode, então vou continuar. Como venderemos o crédito de carbono que geraremos? Por meio de uma associação de pequenos produtores. Vejam que coisa simples. Vamos fazer o georreferenciamento por via de satélite, identificar as áreas degradadas das comunidades - e já estão identificadas - e propor uma mandala de árvores nativas que recompõem o bioma e o bambu. Então, naquela área que já está degradada, será autorizada a recuperação e a pessoa ganhará a muda, a tecnologia e tudo e esperará e monitorará o crescimento do bambu. Depois, todos juntos formarão uma associação e venderão coletivamente os créditos de carbono na Bolsa de Chicago, se ela ainda existir. Se não, teremos outras fontes para assegurar o sucesso desse investimento.

Para se ter uma ideia, o “Eucalyptus grandis”, que é muito comum, sequestra 8,7t de carbono por hectare por ano. A “Bambusa bambos” sequestra 23,9t. Então, o potencial de sequestro de carbono do bambu é espantoso. Sobre o total da biomassa de carbono atingido na maturidade, pegamos, por exemplo, a Teka: são 126t em 40 anos. A “Bambusa bambos”, 149t em 6 anos. Esse é o total da biomassa de carbono atingido na maturidade, em tonelada por hectare. Então, o potencial do bambu para isso é muito grande. Vamos trabalhar com a comunidade para plantar coletivamente o bambu e vender os créditos de carbono. Tudo isso parece que é um sonho muito grande, uma coisa muito confusa, mas não é assim. Isso é simples, basta dialogar da maneira certa, com alegria, o povo vai entrando nessa, vai gostando, o projeto vai crescendo, todos fazem parte e dão opinião, todos comem a canjica em junho, fazem o caldo de mandioca, e assim vai. Acho que isso de mudar o mundo não é tão complicado, acho que dá para ir levando e fazer.

Essa é a nossa mandala de cultivo de bambu. Aquelas partes mais claras da mandala são árvores nativas do bioma, as outras são bambus. Então, temos um esquema muito interessante. É uma pena que não dê para falar muito aqui e entrar em detalhes. Há a economia criativa com compromisso ambiental. Estamos lançando, em outubro, a linha Ravena de óculos. De cada 10 pessoas cidadãs do mundo, 9 já usaram, usam ou usarão óculos. Então, ele é um produto pequeno de alto valor agregado e de alto consumo. Então, se

eu consigo colocar um par de óculos como esse de bambu a US\$100,00, o preço de óculos “chiquê”, se o menino que tem uma jornada de trabalho de quatro horas por dia fizer 10 óculos por mês, ele terá US\$1.000,00. Então, ele pode estudar, trabalhar, ganhar sua renda e curtir a vida, que é feita para namorar e sonhar. Não podemos só ter essa vida tão triste e dura. Ninguém aguenta isso.

Hoje peguei um dado na Associação Brasileira de Supermercados: existem 150 mil supermercados de grande porte no Brasil. Quero só colocar 10 carrinhos como esse, em cada um deles, a R\$400,00. Então, se são 150 mil supermercados colocando 10 carrinhos, tenho de produzir 1.500.000 carrinhos. Ao preço de R\$400,00 cada um, serão mais de R\$400.000.000,00. Então, em uma linha do tempo de 10 anos, posso colocar, na comunidade, R\$44.000.000,00 por ano e fazer uma verdadeira revolução cultural, psicológica e mental. Então, isso é importante. As crianças que vão lá já estão entendendo isso, a física quântica, a mimética e que o seu raciocínio é muito maior que esse que passa na televisão. Isso é importante. É só comunicar que as pessoas entendem rapidamente. Vemos todas as professoras de Ravena que foram lá a fim de entender o que é sustentabilidade e bambu, como pode ser.

Logo que chegaram, cortaram o Chips, o guaraná e a Coca-Cola da escola; acabou. Agora tem bolo de fubá da comunidade e sucos de frutas da época. E assim as professoras estão com uma relação muito bacana conosco. Toda quarta-feira, 50 crianças vão ao Centro de Referência do Bambu e das Tecnologias Sociais - Cerbambu -, passam o dia conosco e aprendem a plantar e a tratar o bambu e veem uma série de brinquedos que temos lá, como o “brimbambu” e o “bamcriar”. Assim começam a entender que não precisa ser tudo de plástico, essa bobajada toda que a televisão mostra, pois o mundo é mais simples, mais gostoso e mais interessante. Fazemos também cenografia para espetáculos teatrais. Temos a Companhia Nós no Bambu, que fica em Brasília, e estamos renovando o corpo de baile em Ravena.

Quem quiser ir ao Mercado Central de Belo Horizonte verá a nossa última obra, que é a Cozinha-Escola Nestlé, obra absolutamente sustentável, interessantíssima e bonita, que embeleza o Mercado Central, mostra a nossa grandeza e que o bambu tem um lugar também no centro urbano, não é só coisa de roça. Vejam que beleza. Então lá é uma escola de culinária, há aulas de graça com um chefe da cozinha mineira, às terças, quintas e sábados. É só se inscrever, ir lá e aprender a cozinhar coisas gostosas.

Continuamos com o desenvolvimento de pesquisa. É coisa séria. Sou um pouco avacalhado, mas a minha equipe é boa. Sabemos selecionar as pessoas, pessoas de confiança que têm potencial, e vamos desenvolver uma série de pesquisas. Não revelarei as pesquisas aqui agora porque ainda são secretas, mas, no devido tempo, serão revelados produtos de bambu que substituirão muito plástico, muito ferro e muita alvenaria, enfim, muita coisa poluente.

E quero mostrar a vocês que temos uma lei que favorece tudo, que é a Lei do Bambu. Em 2007, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei nº 1.180, que estabelece a Política Nacional de Incentivo ao Manejo Sustentado e ao Cultivo do Bambu. Em 2011, a lei passou pelo Senado, foi aprovada e a Presidenta da República sancionou a lei no dia 17/9/2011. Com essa lei, o bambu passa a ser reconhecido como um produto agrossilvocultural e a ter os mesmos direitos a créditos, com longos prazos para pagamentos, como a soja, o arroz, o feijão, favorecendo a agricultura familiar.

Esse nosso projeto é coordenado pela Bambuzeria Cruzeiro do Sul - Bamcrus -, tem o apoio da Fundação Banco do Brasil e a colaboração da Prefeitura de Sabará, do Instituto Renascer da Consciência, da Fundação Avina e do Instituto de Cultura para o Desenvolvimento e Educação Permanente. Outras pessoas físicas pelo mundo a fora fazem a colocação dos nossos produtos.

Como disse a vocês, o projeto se chama Ravena 30. É muito difícil, mas muito prazeroso escrever um projeto que dura 30 anos com a possibilidade de ser reconstruído pela população todos os dias. Infelizmente nosso tempo é pouco, mas fica aqui o nosso agradecimento pela oportunidade. Esperamos que novas reuniões como esta aconteçam e que, nas próximas, o Plenário esteja lotado, com pessoas do lado de fora brigando para entrar para ver as tecnologias sociais e como o mundo melhorará para ser mais bonito e mais gostoso. Então, muito obrigado.

- No decorrer do pronunciamento, procede-se à exibição de “slides”.

O Sr. Presidente - Obrigado, Lúcio. Com a palavra, o Sr. José Aílton Junqueira de Carvalho.

Palavras do Sr. José Aílton Junqueira de Carvalho

Deputado Almir Paraca, em nome do Sindicato e da Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais gostaria de agradecer o convite. Cumprimentando-o, estendo os cumprimentos a todos os presentes.

Falar de experiências em tecnologias sociais como alternativas sustentáveis e de estratégias sustentáveis viáveis socialmente justas e inclusivas, com foco no desenvolvimento local e regional e superação da pobreza, que é o foco deste nosso ciclo de debates, é falar também de cooperativismo.

Para nós, falar de cooperativismo é uma satisfação enorme. São tantas emoções, porque o cooperativismo tem o foco voltado nas pessoas. Esse movimento iniciou-se em meados do século XVIII, na Revolução Industrial, na Inglaterra, quando um grupo de 28 pessoas, a maioria tecelões, viviam em condições sub-humanas, trabalhando horas e horas nas fábricas, mal conseguindo levar o sustento básico para suas casas. Baseado em pensamentos cooperativistas existentes à época, esses 28 tecelões se juntaram, se reuniram, dentro de objetivos comuns, e disseram: “Assim não dá mais. Estamos sendo engolidos por uma revolução industrial desenfreada”.

A partir daí, iniciaram um processo de discussões, e em 1844 viabilizaram a montagem da primeira cooperativa, a cooperativa dos pioneiros tecelões de Rochdale, na Inglaterra. Já no primeiro ano, conseguiram uma sobra, montaram suas diretrizes e seus princípios de acordo com as necessidades da época. Com as primeiras sobras que a cooperativa obteve, além de montar um armazém cooperativo para comprar e vender com mais facilidade, e essa primeira cooperativa foi de consumo, e preocupando-se também com a comunidade ao redor da cooperativa, montaram uma biblioteca para ensinar as crianças a ler e escrever. Desde essa época, 1844, esse movimento veio numa crescente.

A primeira cooperativa que registramos no Brasil foi uma cooperativa de consumo formada na cidade de Outro Preto, Minas Gerais, datada de 1889. Essa também foi uma cooperativa de consumo, onde o grupo se organizou para comprar e vender mais facilmente. A partir disso, houve um desenvolvimento no cooperativismo, com a criação de cooperativas no Rio Grande do Sul, destacando-se a



cooperativa de Nova Petrópolis, trazida pelo padre suíço chamado Theodor Amstad, que preconizou naquela sociedade uma cooperativa de crédito. Toda essa sistemática do cooperativismo, baseada nos seus princípios, nos seus valores desde Rochdale, foram revistas pela Aliança Cooperativa Internacional. Ai, sim, todos aqueles princípios e valores foram formatados num contexto mais atual para todos nós que somos seguidores dessa doutrina e dessa filosofia.

Hoje, no cooperativismo mineiro, somos 800 cooperativas e congregamos mais de 1 milhão de cooperados, que são sócios e donos do empreendimento, que discutem as melhores formas de planejamento e direção do seu negócio, dentro de um empreendimento coletivo baseado na democracia e na paz. Esse movimento estará no contexto das discussões “Rumo à Rio+20”, visto que a ONU decretou 2012 como o Ano Internacional das Cooperativas, com o lema: “Cooperativas constroem um mundo melhor.” É nisso em que acreditamos, é nisso em que nos baseamos desde os princípios e valores rochdaleanos. É nessa construção que a ONU faz o chamamento para o mundo todo, de que cooperativas constroem um mundo melhor, que estaremos presentes nos fóruns de discussões para haver um equilíbrio entre o social e o econômico. E onde o ser humano - que vive em uma casa chamada Planeta Terra - seja cada vez mais valorizado, e cada vez mais priorizada a vida da nossa casa, o nosso Planeta Terra. Obrigado a todos.

O Sr. Presidente - Com a palavra, a Sra. Valquíria Alves Smith Lima.

Palavras da Sra. Valquíria Alves Smith Lima

Boa tarde a todos, resistentes até agora. Agradecemos à Casa, na pessoa do companheiro Paraca. Estou aqui para falar da história de uma articulação que vem desenvolvendo algumas ações no campo da superação da pobreza e construção da cidadania no semiárido brasileiro. Vou falar da ASA.

Para quem não conhece, a Articulação do Semiárido - ASA - é uma articulação formada por associações da sociedade civil, e hoje temos mais de 3 mil organizações em todo semiárido brasileiro nessa articulação. Trazemos uma frase de Euclides da Cunha, bastante importante nesse momento de seca extrema no semiárido brasileiro. E também uma fala de Betinho, que tem muito a ver com nossa conversa hoje: “A luta contra a miséria e a fome tem dupla dimensão: a emergencial e a estrutural. A articulação entre as duas dimensões é complexa e cheia de astúcia. Atuar no emergencial sem considerar o estrutural é contribuir para perpetuar a miséria. Propor o estrutural sem atuar no emergencial é praticar o cinismo de curto prazo em nome da filantropia a longo prazo.”

Então, hoje, o semiárido brasileiro vive uma das suas maiores secas dos últimos 30 anos. Já são mais de 500 Municípios em estado de emergência, e em Minas Gerais são mais de 93 Municípios. Como todos nós sabemos, quem mais sofre com essa condição são os pobres do semiárido brasileiro. A ASA acabou de fazer uma declaração, que queremos entregar à esta Casa, Deputado Almir Paraca, que é sobre o atual momento da seca do semiárido, que também propõe à Presidenta Dilma, aos Governadores, aos Prefeitos e à população brasileira soluções emergenciais e estruturais para atuarmos no contexto da seca do semiárido brasileiro.

Isso é só para termos uma ideia de como a distribuição de água no Brasil é concentrada. Entendendo o Nordeste como parte de Minas Gerais, por estarem no contexto de semiárido brasileiro as regiões do Vale do Jequitinhonha e do Norte de Minas. Temos uma grande população com um recurso, com uma disponibilidade de água bastante escassa nessa região. Ai, percebemos que estamos falando de uma região, onde, em média, chove 640mm por ano. Essa seca está sendo uma das mais devastadoras dos últimos 30 anos. Há Municípios do semiárido brasileiro em que há um ano e meio ou há dois anos não chove nada. E há Municípios em Minas Gerais nessa mesma situação. O engraçado é que estamos falando este ano de secas no semiárido, mas, há algum tempo, com o contexto das mudanças climáticas, percebemos que também nesses Municípios há ocorrências de cheias, de inundações, de enchentes, de enxurradas e de alagamentos. Estamos falando de uma região, que devido às mudanças climáticas, ao mesmo tempo que tem que enfrentar as condições de seca enfrenta também as ocorrências de cheias.

O semiárido brasileiro é uma região bastante considerada no Brasil. Possui 969.000Km, 1.133 Municípios, uma população de 22.581 habitantes e representa 11,08% da população brasileira, sendo que 38% da sua população vive na zona rural. No meio rural, já são 1,7 milhão de famílias e mais de 8,5 milhões de pessoas. Ali existe um bioma exclusivamente brasileiro, e a vegetação predominante é a caatinga. Mas, aqui em Minas Gerais, vemos muitas áreas de transição entre cerrado, caatinga e mata atlântica. A população do semiárido foi reduzida 5,7% em relação ao ano de 2008; foram mais de 520 mil pessoas que deixaram de viver no semiárido rural, nos últimos 10 anos. Esses números acompanham a tendência do Brasil, onde a população rural caiu 6,3% no mesmo período analisado.

Eu estava falando da grande seca; como essa, já aconteceram 72 secas, similares. Esta deve se prolongar até 2013, aqui em Minas. Então, estamos no momento em que para de chover no semiárido brasileiro e no semiárido mineiro deve começar a chover apenas no final do ano, e se essa tendência permanecer é possível que não chova. O Estado de Minas Gerais talvez precisa adotar medidas emergenciais e estruturais, para que as famílias consigam passar por essa condição.

Só para termos uma ideia, no semiárido uma pessoa pode utilizar 36 dias por ano em busca de trabalho e em busca de água. São 36 dias por ano de trabalho só na busca de água. Imaginem em um período como esse de grande seca! Estamos falando ainda dessas condições de água, que ainda é a realidade da maioria das famílias do semiárido brasileiro.

Vários programas estão se propondo a atuar nessa condição. Sabemos que os Estados onde se localizam o semiárido, incluindo Minas Gerais, montaram-se comitês de combate à seca. Nós, da articulação do semiárido, achamos isso um retrocesso na concepção com que trabalhamos há mais de 12 anos. Não se combate a seca, porque ela é cíclica, sempre ocorre. Principalmente com as mudanças climáticas, ocorre de forma diferenciada. Com a seca se convive, a seca precisa de ações emergenciais e estruturais. O que podemos é desenvolver ações de socorro imediato, para que as pessoas possam viver com dignidade nessa condição. Nas 72 secas cíclicas houve vários planos de emergência, de calamidade pública, que também abrangeram o problema das enchentes. E todos esses planos não tiveram efetividade. Planos de emergência, ação do governo federal no combate à seca no Nordeste - das secas e enchentes às mudanças climáticas. É nesse território que a ASA vem fazendo sua atuação política. Costumamos dizer que a água é um elemento fundamental para pensar a superação da pobreza, miséria, desigualdade e construção da cidadania no semiárido. Não lutamos somente por água, mas pelo direito à terra. Dados do censo dão conta de que no Brasil mais da metade da população detém menos de 3% das

terras, e 45 mil pessoas detêm quase a metade das terras. A estrutura fundiária brasileira é a mesma desde a época do Império. Não dá para falar em mudanças, superação da pobreza e redução da desigualdade social sem reforma agrária. Hoje, não ouvimos mais falar em reforma agrária. Parece que ela não está mais na pauta política.

Com o maior número de estabelecimentos, 2.400.000, o semiárido nordestino detém a menor área média: 31ha. Em relação ao total de propriedades, cerca de 47% têm menos de 10ha, enquanto aquelas com mais de 1.000ha representam cerca de 1% de proprietários. Para a ASA, a convivência com o semiárido, já que não se combate a seca, busca aumentar a capacidade de estoque. Para viver, precisamos estocar a água das chuvas para consumo humano e para a produção de alimentos. Precisamos ainda estocar alimento e comida através de sementes nativas e adaptadas à região. Os animais precisam se adaptar às condições do semiárido. Além disso, é necessário estocar forragem para os animais em silos, feno, por meio do uso sustentável do bioma. Através da ideia da estocagem, a articulação desenvolve dois grandes programas há 12 anos, que se tornaram políticas públicas reconhecidas pelo governo federal e pelos governos estaduais, incluindo o de Minas Gerais: o P1MC - Programa 1 milhão de Cisternas -, e o P1+2 - Programa Uma Terra e Duas Águas.

O centro da nossa ação está na família. Quando falamos em convivência, queremos dizer que a centralidade está na família e no que existe ao redor da sua casa: a criação de animais, o quintal, o roçado, os outros subsistemas e o extrativismo.

O fluxo hídrico precisa da conta dessa diversidade. É assim que melhoramos a qualidade dessas famílias no semiárido. Na verdade, isso tudo precisa estar interligado. Temos trabalhado com diversas tecnologias de estoque para armazenamento da água.

E o Brasil sem Miséria? Como é que se coloca nesse debate da redução da pobreza no semiárido brasileiro? Entendemos que a principal estratégia de disponibilidade de água está expressa no programa Água para Todos. De fato, reconhecemos que esse programa é um grande avanço. Centralizou a água para todas as famílias do semiárido, para o consumo humano e para a produção de alimentos. É um programa que precisa ser implementado por todos os Estados dos semiáridos brasileiros e precisa continuar sendo apoiado pelo governo federal, principalmente agora, nesse grande momento de seca porque o semiárido vem passando. É o primeiro plano que tem iniciativa da comunidade como centro. É a necessidade. A família no semiárido precisa estocar a água para consumo humano e água para produção de alimentos.

Tem previsão orçamentária, tem metas claras e tem convocado vários Estados, consórcios de Municípios, empresas e bancos. Podemos dizer que, enquanto plano, houve avanços. A grande questão no Brasil hoje é a operacionalização desse plano. Já estamos chegando em junho, mas, efetivamente, o programa Água para Todos ainda não começou em Minas Gerais, Deputado. Talvez precisemos apressar a burocracia, precisemos apressar as condições, pois o recurso do governo federal já se encontra em Minas Gerais. Em mais de 100 Municípios do semiárido mineiro, as famílias estão desoladas e sem água. Na verdade, temos propostas, temos planos, temos orçamento, mas não temos execução. No entanto, existem suas limitações: não toca no tema de acesso à terra e direito aos territórios dessas famílias. Isso é uma ação questionável em relação aos seus impactos finais.

Todos os Estados formaram seu comitê gestor do programa Água para Todos. Só para que vocês possam saber, Minas Gerais também formou o seu comitê, mas até hoje ele não se reuniu. Criado através do decreto do Governador, desde o ano passado, mesmo nesse período de calamidade seca, o comitê não se reuniu para pensar as ações emergenciais e estruturais.

Para quem não conhece, esse é o nosso grande sonho: que todas as famílias do semiárido brasileiro tenham água, uma cisterna que capte água de chuva para beber e para o consumo humano; e outra cisterna que capte água de chuva para produção de alimento.

Essa é uma cisterna calçada. Ela armazena 52 mil litros e recolhe a água da chuva daquela calçada. A família também pode usar a calçada para secar suas sementes e outros fins. Essa água armazenada, num período como esse, garante a segurança alimentar dessas famílias na região.

Como vocês podem ver, essa foto foi tirada nesse momento de seca, época em que várias famílias não têm o que comer; não conseguem, através de sua água, manter a sua produção e o seu quintal familiar minimamente para sua segurança alimentar.

Essa aí é outra tecnologia que estamos trabalhando para o armazenamento da água de chuva para produção de alimentos: são as barragens subterrâneas. A água da chuva é armazenada no lençol freático. Nos períodos críticos da seca, podemos ter produção de alimentos. Essa é outra imagem da barragem subterrânea.

Essa é uma outra tecnologia que trabalhamos e a chamamos de tanque de pedra. Aproveitamos as formações rochosas de pedra e a cercamos. Essa é uma água comunitária, e a comunidade pode utilizar essa água para dar aos animais. Extremamente usada para produção dos alimentos.

Essa é uma bomba que desenvolvemos. Ela não é elétrica, é manual, e tem possibilitado que os poços artesianos - o semiárido brasileiro é o mais perfurado, há um monte de poços inutilizados, principalmente em Minas Gerais - sejam reativados. Isso é resultado de políticas pensadas e executadas de forma inadequada.

Uma utilização da bomba da água popular pelas famílias. A produção de alimentos. A felicidade das famílias e das mulheres, que passam mais de 36 dias no ano em busca da água com suas crianças. O que achamos necessário para superar a pobreza, reduzir a desigualdade social e construir cidadania no semiárido brasileiro: investir na capacitação das pessoas, das comunidades, das organizações; intercambiar experiências. Estamos falando de convivência com a realidade, e quem mais convive com essa realidade são as famílias do semiárido brasileiro. Aprendemos com as agricultoras e com os agricultores a conviver com essa região, a olhar essa região da forma como eles a olham há muitos anos. Eles sabem superar esse período de seca, precisam apenas de condição e de investimentos adequados. Sistematizar nossas experiências, para que elas sejam reproduzidas; é um pouco isso.

Para terminar minha exposição, participaremos da Rio+20 e da Cúpula dos Povos. O legado que a ASA deixará nesses dois eventos: construiremos uma cisterna no Complexo do Alemão para dizer que é possível captar água de chuva, mesmo em uma favela, em um grande centro urbano. Queremos que essa tecnologia seja cada vez mais pensada no campo da superação das desigualdades. Encaminhamos uma carta como proposta à Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Como eu disse, estamos num momento bem crítico de seca no semiárido brasileiro. Recursos serão investidos para, mais uma vez, combater a seca. Mas não queremos que isso se torne uma política de votos num momento como esse, em que haverá eleições. Estamos



propondo ao Tribunal uma campanha: “Não troque seu voto por água. Água é um direito seu”. Investiremos pesado nisso, porque não é possível que, em 2012, famílias do semiárido brasileiro ainda precisem trocar seu voto por água. Isso ainda existe, e bastante, no semiárido, e é uma das coisas que queremos superar. Obrigada.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de “slides”.

O Sr. Presidente - Obrigado, Valquíria. Com a palavra, o Sr. Luiz Gustavo Honório.

Palavras do Sr. Luiz Gustavo Honório

Cumprimento o Deputado Almir Paraca, em cuja pessoa saúdo todos os presentes. Meu nome é Luiz Gustavo e sou Coordenador Regional da Pastoral da Criança. Antes de falarmos um pouco da Pastoral, trago para discussão a realidade de nossas crianças em Minas Gerais, no Brasil e no mundo.

Veremos que todos os anos milhões de crianças morrem em virtude de doenças que podem ser prevenidas. Em 2003, em todo o mundo, morreram milhões de crianças de até 5 anos de idade. As causas dessas mortes podem ser facilmente evitadas com a prevenção, como é o caso da diarreia - 98% dos casos -, da pneumonia - 90% - e da malária. Percebemos que essas doenças seriam facilmente evitadas, poderiam ser erradicadas por meio de políticas públicas.

No contexto social brasileiro, percebemos que essa desigualdade passa muito pela educação. No Brasil, os 10% mais ricos ficam com 45% da renda bruta e os 10% mais pobres ficam com 0,8% dessa renda. Com isso, percebemos como a desigualdade social perpassa pelo campo da educação. Já os 20% da população mais rica têm quase três vezes mais anos de estudo do que os 20% da população mais pobre. Então, os ricos passam 10 anos na escola e os pobres, em média, 3,9 anos na escola. Isso tem uma consequência muito grande, que é a mortalidade infantil.

Analisemos novamente a questão da educação, de como a mortalidade está ligada à escolaridade das mães. A faixa de mães com quatro anos de estudo tem a taxa de mortalidade de 29 mortes por mil nascidos vivos. Portanto uma taxa muito alta. Na faixa com quatro até oito anos de estudo, a taxa de mortalidade infantil é de 22 por mil nascidos vivos. Já na faixa com oito anos ou mais, teremos uma queda acentuada, com 19 mortos por mil nascidos vivos. Esses são dados do Plano Nacional de Desenvolvimento. É algo que choca e chama a atenção para a realidade das nossas crianças, como a mortalidade infantil, como essas doenças facilmente preveníveis estão ligadas à desigualdade e à educação.

No Brasil, há 19 milhões de crianças menores de seis anos, das quais 9 milhões são pobres. É um número muito alto de crianças pobres. Esses são dados do IBGE de 2002. Se pegarmos os dados sobre isso do novo censo, que ainda não saíram, veremos que essa realidade é um pouco pior.

A Pastoral da Criança se preocupa com os objetivos do milênio até 2015. Ela trabalha especificamente com três deles, que são a melhoria da saúde da gestante, o combate à mortalidade infantil e o combate às doenças. São três eixos específicos.

Celebramos neste ano 29 anos de existência. A Pastoral da Criança surge para reduzir a taxa de mortalidade infantil e materna, a desnutrição e, hoje, um outro fantasma presente, a obesidade e a violência familiar. Quando ela surgiu, em 1993, tinha uma realidade totalmente diferente de hoje em que entrou a questão da obesidade, contra a qual estamos iniciando os trabalhos.

O nosso diferencial, como tecnologia social, é que estamos embasados dentro da mística cristã. A Dra. Zilda, quando aceita o chamado da Igreja para criar a Pastoral da Criança, até mesmo a pedido da ONU, vê que, para se fazer isso, deveria basear-se no evangelho, na multiplicação dos pães e dos peixes. Isso se dá a partir da capacitação dos voluntários, das mães, das famílias para que sejam agentes de cidadania, de transformação social na sua comunidade local, sem precisar ir muito longe, na rua do meu bairro. Se eu formar dois ou três líderes na minha rua, e esses acompanharem 15 crianças e as gestantes, temos uma rede muito grande. É isso que está acontecendo há 29 anos na história da Pastoral da Criança. A formação desses voluntários se consegue por meio do “Guia do Líder”. No ano de 2011, celebramos mais um passo, a unificação do “Guia do Líder” na Língua Portuguesa. A Pastoral da Criança já está em 13 países. Unificamos, então, o nosso guia com o dos povos angolanos. É um novo passo. É um material com uma linguagem fácil, simples, em que uma pessoa que tem a quarta série ou líderes que nem são alfabetizados, mal sabem escrever o nome, conseguem trabalhar junto com as lideranças, visitando e acompanhando o projeto por meio das oficinas, das práticas, do material visual e conseguem ser capacitados e fazer o trabalho junto à base.

A característica da Pastoral da Criança é essa união de fé e vida e um trabalho voluntário. Todos, desde a base até o nível de coordenação, como o meu, somos voluntários. Trabalhamos mesmo com o público da localidade. Estamos chamando as pessoas de boa vontade para assumir esse compromisso.

Dentro dessa espiritualidade, trabalhamos a religiosidade, independentemente das crenças. A Pastoral da Criança é ecumênica; ela surge dentro da Igreja Católica, mas seu trabalho vai muito além de seus muros. Hoje atuam como líderes na Pastoral pessoas evangélicas e pessoas sem uma religião determinada, mas que aceitaram o compromisso de salvar vidas, de levar condições às famílias e de informá-las de que têm direito a uma vida de qualidade.

Aqui, vemos alguns materiais básicos para a liderança da Pastoral da Criança: o “Guia do Líder”, o “Caderno do Líder”, etc. Quando a Pastoral surgiu, em 1983, ela ficou conhecida pelo uso da multimídia, mas isso fugiu um pouco da metodologia da Pastoral, que era de incentivar a produção das famílias. Assim, hoje estamos trabalhando com as hortas caseiras, incentivando que as famílias plantem, tenham sua horta ou um pedacinho da sua casa com hortaliças plantadas. Ou seja, um novo modelo a que a Pastoral está aderindo, incentivando o cultivo e o plantio caseiro.

Outra característica da Pastoral é a capacidade de enfrentar a enorme rotatividade dos nossos líderes. A Pastoral atua com dois líderes em mais de 80% das comunidades em que está presente. Ou seja, há uma rotatividade muito grande.

Outra característica é a produção de material educativo adequado a nossa realidade local. Alguns enfermeiros e médicos e outros parceiros nossos já nos disseram que no “Guia do Líder” expõem-se conceitos literalmente ligados à área da saúde, mas com uma linguagem muito fácil de ser entendida, uma linguagem que a pessoa que menos estuda consegue entender.



Outra característica é a transparência dos seus recursos. A Pastoral da Criança é uma das poucas pastorais da Igreja que recebem recursos diretamente do governo federal - no nosso caso, do Ministério da Saúde. Portanto todos os seus gastos, tudo o que os líderes utilizam, todo o dinheiro investido está no “site” da Pastoral da Criança e pode ser fiscalizado.

Essa Pastoral também se caracteriza pelas ações simples, capazes de serem realizadas em larga escala por pessoas com baixa escolaridade. Um exemplo dessas ações é o mutirão das gestantes, em que, a cada três meses, os nossos líderes buscam as gestantes da sua região para acompanhá-las, incentivá-las a fazer o pré-natal e consultas de boa qualidade e informá-las de seus direitos.

Também se caracteriza pela seleção de prioridades, sob o ponto de vista epidemiológico. Para falar em linguagem mais popular, uma vez por mês o líder da Pastoral da Criança tem de celebrar o dia do peso - quando a comunidade acompanhada é pesada em determinado local -, que chamamos de celebração da vida; depois, ele se reúne com os outros para avaliar e preencher um formulário que é enviado à coordenação nacional. Nessa reunião ele vai detectar o que precisa ser trabalhado em determinada comunidade local e que ações precisam ser feitas para combater uma situação específica, como a de uma comunidade que teve muitos casos de diarreia.

Outra característica da Pastoral da Criança é que 90% dos voluntários são mulheres, que dedicam, em média, 24 horas mensais para o trabalho na Pastoral. Assim, na maioria das vezes, o trabalho é feito nos finais de semana, pois nossos líderes são voluntários, pessoas que assumiram esse compromisso de salvar vidas, mas que trabalham e têm famílias.

Os objetivos da Pastoral da Criança, então, são alcançados com ações como cuidar da saúde da gestante; incentivar o aleitamento materno; promover a vigilância nutricional e a educação das famílias para a alimentação saudável; incentivar o uso do soro caseiro, aliás, uma das ações mais conhecidas da Pastoral da Criança, pois é uma medida de fácil aplicação, que hoje tem uma dimensão muito grande - todas as famílias da Pastoral da Criança têm a colher-medida de soro e são orientadas a fazer uso dele de forma correta, de modo que não precisam pegar aquele sachê de soro caseiro no posto médico -; e verificar, por seus líderes, a situação da vacinação das crianças nas famílias atendidas.

Uma nova ação que chegou ao Estado de Minas Gerais, há um ano, é a saúde bucal. Nessa área há uma atuação bem coesa junto às comunidades locais. Outra ação do EJA, que começou com a Pastoral da Criança, é a alfabetização de jovens e adultos. Foi uma iniciativa da Pastoral. Em alguns locais, essa ação continua sendo executada porque o EJA, que segue esse modelo do MEC, muitas vezes não atende a famílias ou mães, já senhoras, que não querem ir para a sala de aula onde estudam jovens, pessoas mais novas do que elas. Por isso a Pastoral da Criança continua com ações de alfabetização de jovens e adultos.

Essa mostra é de um material específico das gestantes, que chamamos de Laços de Amor. Todo mês, quando um líder visita a gestante, ele entrega a ela uma cartela com orientações de acordo com a fase de vida em que ela está. Seja no terceiro, seja no quarto mês, ela será orientada. Esse material fica com a gestante.

Outra ação é a Campanha da Paz. Trata-se de uma ação contínua, visto que a violência aumenta a cada dia dentro do seio familiar. Assim, a Pastoral da Criança tem esse material específico. Os líderes são incentivados a trabalhar essa questão com as famílias, principalmente usando os 10 mandamentos para a paz na família. São materiais simples que produzem efeito muito grande na comunidade local e que a transformam.

A mais nova ação que a Pastoral da Criança está executando, há cinco anos, é o Dia Mundial pela Oração pela Criança, o dia 20 de novembro. Trata-se da apresentação de como está a violência infantil e há mobilização nesse sentido. Neste ano, em Belo Horizonte, estamos somando esforços para fazer um megaevento. Estamos incentivando, mostrando a situação da violência no seio familiar, principalmente com relação a nossas crianças.

Como a Pastoral da Criança incentiva a construção da cidadania, ela vai fazer dos seus espaços um espaço de educação de formação. O primeiro espaço será de educação grupal: o dia da celebração à vida, que é muito mais do que as mães levarem as crianças para serem pesadas. Trata-se, sim, de um momento em que elas vão se reunir, em que elas trocarão experiências, em que elas tomarão consciência de que aquela realidade vivida por elas pode estar sendo vivida por outras famílias. Assim, elas vão buscar soluções. Há o dia da reflexão e avaliação, em que se detectam situações favoráveis para o crescimento da criança.

Outro material distribuído mensalmente ao líder é o “Jornal da Pastoral da Criança”, com informações que chamamos de formação contínua. O guia do líder é a primeira formação, e eles são incentivados a continuar essa formação. Em média, são distribuídos 280 mil exemplares do “Jornal da Pastoral da Criança” por mês. E há o programa de rádio, o “Viva a Vida”. Aqui, em Belo Horizonte, duas rádios da Rede Catedral transmitem o programa: a Rádio América e a Rádio Gospel.

Concluindo, apresento a situação da Pastoral da Criança dentro do Estado de Minas Gerais. Segundo o censo de 2000, 1.009.000 crianças são consideradas pobres. Dessas, 161.000 são acompanhadas pela Pastoral da Criança dentro do Estado, o que corresponde a 16%. Há um total de 28.000 voluntários atuando junto à Pastoral da Criança, sendo esse número a soma de líderes e de apoios. Os líderes comunitários somam 16.000, são pessoas capacitadas que assumiram o compromisso de executar a metodologia da Pastoral da Criança na comunidade. No Brasil, há 9.000.000 crianças pobres, com menos de 6 anos. Acompanhamos 1.437 crianças na Pastoral da Criança. Em todo o País, são 120.000 líderes atuando, realizando esse trabalho de base para salvar vidas, num total de 220.000, entre líderes e apoio. Quando falo em apoio, refiro-me a pessoas que estão ali, que não quiseram assumir o compromisso de ser um líder, mas que ajudam na celebração da vida, ajudam na visita e dão esse suporte junto à liderança, à base.

No mais agradeço. Qualquer dúvida, podem enviar um “e-mail”, que irei respondê-lo. Infelizmente não poderei ficar para o debate porque tenho um compromisso.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de “slides”.

O Sr. Presidente - Agradecemos a exposição do Luiz Gustavo Honório. Com a palavra, o Sr. Milton Nogueira da Silva.

Palavras do Sr. Milton Nogueira da Silva

Muito obrigado, Sr. Deputado. Mais uma vez, tenho a satisfação de estar nesta nobre Casa, agora com a fácil tarefa de resumir os trabalhos dos colegas. Magistrais trabalhos, que contêm desde exemplos do que já fizeram nas suas vidas, nas suas organizações, de como fazer um trabalho bem-feito para a inclusão social por meio de tecnologia social. Esses foram os exemplos que vimos dos



colegas presentes, da Valquíria, do Lúcio e de vários outros, os quais mostram como o Brasil, durante muito tempo, aprendeu a cuidar dos pobres. É lamentável dizer que nenhum desses trabalhos é verdadeiramente revolucionário, porque todos eles mantêm o “status quo” da criança e da seca - a Valquíria também lembrou isso. Nenhuma dessas propostas é de mudança estrutural. Um dos problemas que precisam ser entendidos no Brasil é que não estamos trazendo soluções, a não ser para aquelas populações que são a clientela do Projeto Cerbambu. Nenhum deles é verdadeiramente revolucionário para trazer as mudanças estruturais de que o Brasil precisa. As mudanças estruturais virão, mas pelo lado errado, pelo lado das mudanças climáticas, que vão ocasionar secas cada vez mais prolongadas e cruéis e com isso desencadear a mudança estrutural pelo lado errado. Elas virão com as epidemias, cada vez mais longas, de dengue, de febre amarela, devido ao aquecimento da atmosfera. Virão com mudanças estruturais diminuindo a produção de comida, porque faltará água ou os solos ficarão cada vez mais degradados pelo agronegócio. Então o Brasil está caminhando para mudanças estruturais, todas elas para pior, porque, como foi dito pelos colegas, historicamente o nosso sistema político, o nosso sistema judiciário, o nosso sistema legislativo e executivo não tratam das causas dos problemas, apesar de serem conhecidos.

O Ipea, o IBGE, a Fundação Getúlio Vargas, todos eles conhecem de trás para a frente quais são os problemas estruturais do Brasil. Por exemplo, o problema da democracia da terra. A Alemanha fez três reformas agrárias, a primeira na época de Napoleão, antes da Primeira Guerra Mundial, e a segunda depois da Segunda Guerra, e não fizemos nenhuma. Como foi salientado, ainda temos a mesma estrutura agrária do Império. Então essas tecnologias sociais que foram descritas e tantas outras que se fazem pelo Brasil são para manter o “status quo”, embora resolvendo fundamentalmente a vida daqueles que mais sofrem.

Todas essas tecnologias estão de parabéns, porque, emergencialmente e de maneira muito econômica, atacam o problema que já conhecemos, atendem àquela clientela e à criança, com lideranças sociais que foram apontadas e o trabalho voluntário de primeiríssima qualidade e verdadeiramente brasileiro. Nenhum deles é estruturalmente modificador. No entanto, as coisas mudarão e daqui a poucas semanas o mundo vem ao Brasil para discutir coisas semelhantes a essas. Aliás, parlamentos como este estarão no Rio de Janeiro trocando figurinhas sobre como cada um dos parlamentos do mundo falhou em propor estruturas de organização da sociedade e legislação que resolva estruturalmente esse problema. Estarão no Brasil não só parlamentos, mas também executivos, lideranças de empresários, religiões e grupos de etnias para discutir com o nosso país e entre si como fazer previsão daquilo que já está ocorrendo coletivamente em todo o planeta.

Os EUA, maior potência militar e econômica da história, sofreu só no ano passado mais de 3 mil eventos de mudança climática violenta. Portanto não é mais uma questão de ser pobre. Aliás, o problema atinge até a Suíça, onde há problemas de exclusão social que ela nem sonhava que teria. Na cidade de Munique, uma das pedras preciosas da cultura alemã, há sinais de favelização. É claro que não é a favela romântica do morro, mas aquela parte da população que está sendo excluída. Por quem? Pelos marcianos? Por um monstro submarino que fez um plano ou pelos comunistas? Não. Está sendo excluída por um sistema econômico que, na sua definição, é produtor de pobre. Se compararmos, veremos que a proporção de miseráveis no planeta hoje é muito maior do que há um século e há 50 anos, na época da Segunda Guerra Mundial. Então os sistemas econômicos que vigoraram durante esses 50 anos são uma fábrica de pobreza. É claro que haverá sempre pessoas com um bom coração para atender imediatamente esses pobres.

Portanto o ponto central da discussão da Rio+20 será como diminuir a pobreza e mudar essa máquina que produz pobre não só em Minas Gerais, pelo testemunho que vimos, mas também no planeta. Esse será o ponto central, o número dois da conferência, que é a redução da miséria no planeta. Prestem atenção ao fato de que não há só miséria nos países pobres; ela está surgindo e aumentando também na Austrália, Nova Zelândia, Coreia do Sul, Suíça, Espanha, enfim, nos países que já eram ricos. Então há um problema ser discutido. Na prática, a solução aparece por meio de dois formatos. Um de revisão do que será a economia que agora tem o nome de economia verde, que significa diminuir o desperdício dos combustíveis fósseis, sair o mais rapidamente possível desse vício que a humanidade tem de consumir petróleo, carvão mineral e gás natural e passar a usar energias renováveis que estão disponíveis com tecnologias já dominadas - aliás, algumas desenvolvidas em Minas Gerais, como o etanol -, sem aumentar o ataque à natureza, que ocorre quando qualquer um dos produtos para o meu conforto e o conforto de todos que acompanham este evento é fabricado. Cada produto que vemos nesta sala, a exemplo desse mármore, do copo e do microfone, é feito de um pedacinho da natureza.

Quando eu desperdiço qualquer um deles, estou extraindo da natureza o que não precisava; é apenas desperdício, e aquela natureza não volta a ser igual nunca mais. Então esse é o primeiro dos três pontos. A economia verde é uma forma de manter o conforto, o acesso da humanidade aos bens de conforto, como saúde e outros itens, de mantê-lo sem passar os limites de restauração da própria natureza. Esses dois pontos, a economia verde e a redução da pobreza, caem na encrenca maior: como fazer isso funcionar, ou seja, a chamada governança. Esta, para a natureza, não é só a questão de o Legislativo de fazer leis ou ter um Executivo eficiente ou um Judiciário justo e rápido. Não são só essas questões. Existe também a questão de como fazer com que os limites da natureza não sejam ultrapassados, mas sim organicamente respeitados por todos, em um regime de solidariedade. Então essa governança talvez seja a discussão mais esotérica que haverá na conferência, e talvez também a mais prática, porque sem ela não temos um regime de funcionamento orgânico entre empresas, mercados, governos, agriculturas, oceanos, atmosferas e florestas; o número três.

Vejam bem a dimensão da reunião que esta Casa promoveu hoje. Recapitulando o que disseram os que me antecederam, digo o seguinte: onde está o problema? Na crença? E há cinco soluções para ele. Todas elas são inclusivas, são aquelas que nos trazem para dentro daquela linda toca de bambu que o Júnio mandou fazer. Mostramos, por meio dos exemplos, como a parte pobre da sociedade brasileira e, da mesma maneira, a sociedade pobre do México ou da Bolívia ou da Nova Zelândia podem ser incluídas no processo de vida. Esta Casa também mostrou que esses exemplos podem ser reproduzidos com o cidadão trabalhando voluntária ou profissionalmente. O cidadão poderá ter a interface com aqueles que sofrem e os poderes. Esses foram os exemplos mostrados aqui. Finalmente, digo que há uma forma de transformar isso naquilo que foi chamado de tecnologias sociais, ou seja, uma forma de organizar a sociedade para produzir algo - serviços e produtos - inclusivo e de uso para todos. Então o exemplo desta Casa é magnífico. Se o Deputado quiser, tem uma boa mensagem para levar para a Cúpula dos Povos, que é o Zum-Zum, a grande praça da humanidade, que se reunirá no Aterro do Flamengo, a fim de discutir coisas que todos nós fazemos e foram demonstradas aqui. Ou seja, neste momento algumas centenas de assembleias estaduais do mundo estão discutindo temas como esses. Os parlamentos estão

percebendo que a velocidade da locomotiva do passado não é boa, é lenta. Falo sobre a locomotiva estrutural, de mudanças. Como foi falado no início, leva-se 30 anos para mudar alguma coisa. Não pode ser assim, 30 anos é muito, embora humanamente visto é o tempo que se leva para fazer mudanças naquilo que é necessário. Então acho que os exemplos desta tarde, deste dia, são muito bons para serem levados à Cúpula dos Povos, a fim de se dizer o seguinte: Minas Gerais sabe fazer isso e vem fazendo, embora, como sempre, nós mineiros sejamos jogadores de truco. Escondemos as cartas de todos, na hora em que o mundo precisa conhecê-las. Então acho que está na hora de o mineiro deixar de jogar truco e mostrar o que vem fazendo benfeito. Confio na mensagem desta Casa, com a liderança do Deputado. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Sr. Milton.

Debates

O Sr. Presidente - Neste instante daremos início aos debates. Com a palavra, Maurício Tavares.

O Sr. Maurício Tavares - Boa noite. Meu nome é Maurício Tavares. Trabalho como professor na rede pública estadual de Minas Gerais. Sou filósofo, graduado e pós-graduado pela UFMG e estou concluindo meu mestrado em Ética Ambiental na Faculdade Jesuíta. Minha dissertação é sobre os novos paradigmas ético-ambientais em Leonardo Boff.

Como foi bem colocado aqui por vários participantes, todos estão bastante conscientes de que realmente vivemos tempos inéditos e muito preocupantes. E, como diria Leonardo Boff, ou nos unimos ou seremos destruídos nessa era “ecozóica” em que vivemos, caminhando rumo a um “ecocídio”. Então é bastante relevante preocupar-nos com essa mudança paradigmática pela qual a humanidade tem de passar, porque o planeta já não suporta mais tanto consumismo, tanta destruição ambiental. Já é mais do que provado que esse modelo do capitalismo liberal é um modelo falido, um modelo autodestrutivo, como bem colocou o último interventor, no sentido de que é uma fábrica de pobreza.

Mas gostaria de destacar esta questão: como mudaremos esse paradigma para que o planeta Terra, Gaia, sobreviva? Só por meio de ações educacionais. Precisamos conscientizar a juventude, e, nesse sentido, Minas Gerais dá uma aula de como não fazer, quando não investe na educação pública em Minas Gerais, quando é um dos únicos Estados do Brasil que não cumpre o piso salarial, quando não cumpre a lei de 2008, quando não cumpre a lei de 1/3, de o professor ter que ficar fora da sala para preparar as aulas. Então Minas dá uma aula para o Brasil de como não fazer, de como não ser sustentável, porque, se não tem uma educação de qualidade que possa conscientizar a juventude, não há como ter uma Minas Gerais e um Brasil sustentáveis. E, dando nome aos bois, foi esta Casa aqui, 85% dos parlamentares do PSDB, que aprovou o piso do subsídio, impondo para a categoria o congelamento salarial até o ano de 2015, submetendo, humilhando e tripudiando sobre o movimento do ano passado, de 112 dias de greve, quando o governo nem sequer aceitou dialogar - não foi nem negar - e disse que montaria uma comissão, quando impôs goela abaixo, de forma autoritária, a lei do subsídio, que congela o salário até 2015.

Então gostaria de perguntar para todos os presentes e para toda Minas Gerais: será que não é necessário termos uma educação de qualidade e uma juventude consciente para que tenhamos sustentabilidade? Obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, Luiz Cláudio dos Santos, do “Jornal Ambiental”.

O Sr. Luiz Cláudio dos Santos - Para retomar aquela discussão, é preciso compreendermos a situação que o mundo e o Brasil vivem neste momento. Por isso a informação é fundamental. Ela é estratégia para o povo brasileiro e para o mundo saber como sair dessa situação. Então quando uma pessoa veio aqui falar que, se o mundo tiver o padrão de consumo que ele tem, a “vida boa” - entre aspas, a que ele se referiu, a qualidade de vida -, o planeta acaba, a questão é a seguinte: temos de compreender por que a energia está sendo sugada de uma maioria para atender uma minoria. Concordo com ele, todos nós, biologicamente e de certa maneira, somos iguais, mas o problema é por que alguns são mais privilegiados que outros. Isso não acontece de graça.

Devemos compreender esse sistema e por que o mundo chegou a esse ponto. Se pegarmos a história mineira, daqui saiu o ouro que foi para Portugal, para a Inglaterra, que fez a Revolução Industrial e hoje mantém todo o mundo nessa situação de exclusão. Devemos buscar um caminho para sairmos disso.

Por que o Japão proibiu as usinas nucleares? Porque foi preciso acontecer aquele acidente nuclear. Para que servem as usinas nucleares? Para manter o padrão de uma minoria. Agora vai ser feita Belo Monte. Por que somos contra Belo Monte? Porque é o mesmo sistema: temos de produzir mais energia porque privilegiaremos uma minoria e acabaremos inviabilizando a Amazônia. Hoje eles estudam o DNA dos povos indígenas para fazer um ser humano melhor, mas vão à floresta buscá-lo. E estamos destruindo as florestas. Por que somos contra a mudança do Código Florestal? Porque cada boi no Brasil consome 100 mil litros de água e contamina o lençol freático. O povo brasileiro está sendo sugado para criar boi - não para defender o ser humano - e para manter o privilégio de uma casta que está oprimindo a maioria da população. Devemos ligar as nossas ações locais a essa visão estrutural. Do contrário, perderemos a eficiência. Então, precisamos unir as pessoas.

A proposta que faço é que defendamos a felicidade. Há um movimento chamado Sumak Kawsai, que é uma filosofia de busca da felicidade e está incorporada à Constituição do Equador, da Guatemala e da Bolívia, em que as pessoas buscam não apenas o consumo, mas a qualidade de vida. Acho que o Brasil tem essa contribuição na Rio+20. O Brasil não tem vocação para promover guerras. Temos vocação de povo que seja feliz, que busque a felicidade. O que não se pode é repetir isso com 500 anos, quando retiram apenas o ouro daqui, depois a destruição volta para o planeta e, de novo, para o Brasil.

A nossa proposta é que todos que acompanham este debate procurem saber o que será tratado na Rio+20. A população precisa ter acesso à informação porque a informação sobre meio ambiente salva vidas. Isso é que a população precisa compreender. Devemos saber como funciona o caminho para sairmos disso. Isso deve ser apontado à maioria da população. Quero saber dos senhores e de todos que participam deste debate como será viabilizada a ida da sociedade civil ao Rio de Janeiro. O que de concreto esta Assembleia fará para que o povo de Belo Horizonte vá ao Rio de Janeiro? O que pode ser tirado desta assembleia não apenas de propostas, mas efetivamente que pessoas irão ao Rio? Acho que devemos ir lá.



Além disso, quero fazer outra proposta: que a TV Assembleia e, se possível, as TVs comunitárias e universitárias transmitam ao vivo a Rio+20, porque são empresas de comunicação públicas que pagamos com os nossos impostos. O povo precisa acompanhar a Rio+20. Para quem não for, precisamos disponibilizar telões na cidade para que a população acompanhe. Essa é a questão. A pergunta que fica é: como viabilizar para que a informação chegue à população e esta vá ao Rio de Janeiro?

O Sr. Presidente - Ainda há duas perguntas dirigidas ao Sr. Lúcio Ventania: “Quais são os bambus regionais em Minas Gerais correspondentes? Para esse bambu, qual é a taxa de sequestro de carbono por hectare?”; “A Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, especialmente por meio da Secretaria de Meio Ambiente, já realizou algum tipo de contato ou visita ao projeto que o senhor desenvolve em Ravena?”.

Além dessas, há mais duas perguntas da Aline Gonçalves, do Comitê Mineiro da Cúpula dos Povos, uma dirigida ao Sr. Milton Nogueira, outra a mim. A primeira: “No caso de fatos urgentes como a seca, além de se ter sua solução com tecnologias sociais, deve-se atentar para atividades minerárias ou de agricultura que comprometem a garantia da água em quantidade e qualidade?”; “Como esta Casa pode interceder de maneira efetiva para impedir empreendimentos já licenciados ou em processo de acontecer? Por exemplo, 30.000ha de cana-de-açúcar em Brasilândia, com áreas nativas do cerrado”. Com a palavra, o Sr. Lúcio Ventania.

O Sr. Lúcio Ventania - Pablo, sua pergunta se refere aos bambus regionais de Minas Gerais e à taxa de sequestro de carbono por hectare. Os bambus nativos de Minas Gerais são aqueles conhecidos como taquara. É uma espécie nativa de bambu, na verdade um gênero, em que há cerca de 60 espécies de taquara, como taquara-lisa, taquara-roxa, taquara-amarela, taquara-azul, que é de maior porte. A taquara é um bambu extraordinário, que está presente no Brasil desde a chegada dos portugueses. Com ela, no período colonial, foram feitos os primeiros transportes de cargas, nos carros de boi. A cestaria mineira tem uma influência muito grande, expandindo-se para Goiás, Rio de Janeiro, São Paulo, com a fabricação de peneiras e balaios. Tem uma cultura muito grande, e até os forros nas fazendas são feitos com taquara.

Não sei qual é a taxa de sequestro de carbono por hectare porque esse estudo ainda não foi feito. A taquara é um bambu de pequeno porte, e nas pesquisas que realizamos com o instituto de pesquisa a respeito do volume de sequestro de carbono por hectare de algumas espécies de bambu, selecionamos os bambus de grande porte, que têm o maior volume de biomassa. Mas vou colocar a sua pergunta dentro da nossa lista de prioridades de pesquisa, porque é muito importante. A maior incidência de taquara em Minas Gerais é na região do Pico do Itacolomi.

Hélio, nessa gestão, a Secretaria de Meio Ambiente não fez nenhum contato comigo. Na época do Célio de Castro, trabalhei na implementação de um projeto social de grande importância, chamado Vereda, uma escola de produção de móveis de arte de fibras naturais, especialmente estruturada para meninos e meninas de rua, em 1991 ou 1992. Um projeto extraordinário que durou 14 anos, e, por uma questão que não entendi, colocaram essa escola na lista de contenção de despesas e a fecharam, após 14 anos de funcionamento. Tenho o registro extraordinário de centenas de meninos e meninas desamparados que passavam por essa escola e ali tomavam banho, lanchavam e aprendiam uma profissão digna e ecologicamente correta. Estou absolutamente aberto para contatos de qualquer Prefeitura do Brasil e do mundo que tenha o desejo de realizar ações voltadas para o desenvolvimento humano e social.

Minhas considerações finais são os meus parabéns ao Deputado Almir Paraca por sua imensa paciência e imenso talento como parlamentar. A cada dia o admiro mais, porque acho, para mim, impossível realizar uma profissão que exige tanto do ser humano, e você é muito talentoso e traz a esta Casa um tema tão importante. Vamos em frente, que tenha bastante sucesso. Um abraço a todos.

O Sr. Presidente - Obrigado. Com a palavra, o Sr. José Aílton Junqueira de Carvalho, para suas considerações finais.

O Sr. José Aílton Junqueira de Carvalho - Meu agradecimento, em nome do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais. Parabéns, Deputado, pela iniciativa do evento.

Maiores informações sobre todas as ações e discussões no âmbito do movimento cooperativista mineiro podem ser acessadas através do “site” www.minasgerais.cop.br. Obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, José Aílton. Com a palavra, a Valquíria.

A Sra. Valquíria Alves Smith Lima - Agradeço o convite e deixo a seguinte mensagem: conclamamos o poder público a deixar de lado a burocracia asfíxiante que impede o governo de reagir com rapidez e eficiência. Posso estar a serviço dos que sofrem, zelando para que os recursos sejam bem aplicados e em hipótese alguma sejam eleitoralmente utilizados, ressuscitando práticas hediondas que povoam a história do povo do semiárido. Conclamamos ainda todos os cidadãos a olharem criticamente o fenômeno da seca, onde não se localizam miseráveis, incapazes, esmolares e recebedores de nossa compaixão e de doação do supérfluo, mas cidadãos que sempre tiveram seus direitos negados durante séculos e, não obstante, lutaram e estão conseguindo implementar a política da convivência, que faz dessa seca uma seca diferente. O semiárido não precisa de bondade, precisa de justiça, de solidariedade, e que o direito dos seus filhos e filhas sejam respeitados. Desse modo, o que o semiárido quer é dar continuidade e aprofundar essa política de convivência. E que cada vez seja mais afastada e erradicada a política de combate à seca.

O Sr. Presidente - Obrigado, Valquíria. Com a palavra, Milton Nogueira da Silva.

O Sr. Milton Nogueira da Silva - Muito obrigado, Sr. Deputado. É interessante levar essa cachoeira de ideias para a Rio+20. O que acontecerá e como participar? Há duas maneiras. Para uma delas, a oportunidade já passou, mas ainda existe uma janelinha lateral, que é aderir-se aos grupos registrados no “site” do evento e fazer com que as ideias cheguem aos diálogos da sustentabilidade, um dos assuntos a serem discutidos. A segunda maneira de participar, que é mais interessante, é a Cúpula dos Povos, a se realizar no Aterro do Flamengo. Milhares de pessoas do mundo inteiro levarão suas ideias e experiências. É como se fossem duas Rio+20: uma para o poder instituído e outra para as vozes religiosas, lideranças de etnias e de empresas.

Quanto à cobertura do encontro, sei que a Rede Minas fará antecipadamente uma minissérie de conteúdo, explicando o que será discutido. É natural que as outras emissoras, especialmente as comerciais, façam reportagens. Não acredito que farão transmissão ao vivo do evento.



Acho que esse momento de explicar ao povo mineiro e brasileiro o que é uma tecnologia social e como ela funciona, quanto à estruturação da base da sociedade, especialmente a mais sofrida, é magnífico. Esta Casa presta atenção ao fato de que a sociedade está pedindo soluções que mudem as estruturas para aumentar a igualdade, o acesso à renda, à água, ao remédio, à educação.

Então, acho que o debate de hoje foi produtivo, pois trouxe o alerta de que existe uma parte da sociedade brasileira que não só sabe das coisas, mas que também já está começando a pedir cada vez mais. Nesse sentido, acredito que foi um momento interessante.

A tristeza é o fato de 20 milhões de mineiros terem sido representados aqui em Minas por menos de 200 pessoas. Cadê os outros? Onde eles estão? Fica essa pergunta no ar. Por que um evento com essa magnitude para atingir um dos Estados mais importantes da República traz tão pouca gente? Porque é sexta-feira? Ou será que essa mensagem não chegará em lugar algum? Fica essa dúvida, embora ela seja baseada em uma das soluções de trazer a tecnologia social para mostrar ao povo de Minas Gerais e também ao povo do mundo através do Rio+20. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Queremos nos dirigir aqui ao Luiz Cláudio e à Aline. Luiz, de acordo com a sua questão: "O que a Assembleia efetivamente vai fazer para garantir presença de representação de delegações nas conferências no Rio de Janeiro: Rio+20 e na Cúpula dos Povos?", a informação que temos é que não há previsão orçamentária para esse tipo de apoio. Para que houvesse, teria de ter sido planejado, organizado, mas, até onde sabemos, isso não foi pensado dessa forma.

Aline fez a seguinte pergunta: "O que pode ser feito para impedir ou reverter processos de implantação de empreendimentos tão agressivos ao meio ambiente?". Tendo passado pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente com suas autorizações, avaliações e outorgas, não há o que fazer efetivamente para impedir isso aqui na Assembleia. Se se cumpriu o rito legal, os normativos, efetivamente não há o que fazer. Se couber discussão, se for algo realmente muito acintoso ou agressivo, cabe discutir e saber se houve algum processo que não foi cumprido, do ponto de vista formal, legal. Isso não só para o caso específico que você cita, mas também todo e qualquer empreendimento que não tenha cumprido. Isso fica claro na sua questão e de muitos outros que falaram aqui. Temos de buscar o que o Dr. Milton disse: mudanças estruturais. Acho que todos nós, ou, pelo menos, aqueles que estão aqui até agora, estamos todos alinhados com esse ponto de vista, com a necessidade de mudanças estruturais e de mudar o modelo de sociedade, pois estamos todos convencidos de que esse modelo, ao mesmo tempo em que agride o meio ambiente, agride, na mesma medida, o ser humano. Portanto, precisa ser mudado. Enquanto isso não acontece, cabe a nós lutar, espernear, fazer movimento, protestar, pressionar e insistir no processo também legal e formal. É preciso traduzir esse desejo, traduzir esse pensamento na estrutura de organização do Estado.

Enquanto isso não acontece, espero que nenhum de nós desista. Espero também que a discussão proporcionada nesse nosso debate consiga influenciar aqueles que chegarão lá no Rio de Janeiro - não é mesmo, Prof. Milton? -, as delegações que irão pelos mecanismos que existem para subsidiar essas representações. E que essa voz esteja lá presente. Temos certeza de que aqueles que vão chegar lá irão para fazer coro com as necessidades das mudanças das transformações estruturais.

Do ponto de vista racional, prático, objetivo, não há como negar essa necessidade. E que a voz, o eco da Cúpula dos Povos, em especial, seja ouvida e sensibilize os que, de fato, tomam decisões em escala planetária, uma vez que as Nações Unidas não cumprem esse papel. Estamos hoje efetivamente - não é, professor? - carecendo de mecanismos de mediação no planeta, porque o planeta tem dono, há nações poderosas que continuam mandando nele e continuam sustentando os interesses que agridem a grande maioria das populações, sejam elas humanas ou não.

Portanto, sem perder a fé de que a humanidade pode promover mudanças não necessariamente pela dor, mas se convencendo, por meio da consciência, e, de maneira pacífica, promovendo as transformações, estaremos junto com vocês, no Rio de Janeiro, acompanhando as discussões e participando efetivamente.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de segunda-feira, dia 4, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 23/5/2012

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Adelmo Carneiro Leão e Neider Moreira, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Dinis Pinheiro e Antonio Lerin. Havendo número regimental, o Presidente da ALMG, Deputado Dinis Pinheiro, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Neider Moreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina à apresentação da Campanha Assine + Saúde, que tem por objetivo a coleta de assinaturas para apresentação de projeto de lei de iniciativa popular propondo o investimento de 10% da receita corrente bruta da União na saúde pública. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Valdemar Hial, Secretário Municipal de Saúde de Uberaba, representando o Sr. Anderson Aduato Pereira, Prefeito Municipal de Uberaba; Luiz Humberto Dutra, Presidente da Câmara Municipal de Uberaba; Iraci José de Souza Neto, Superintendente Regional de Saúde de Uberaba, representando o Sr. Antônio Jorge de Souza Marques, Secretário de Estado de Saúde; Wesley de Santi Melo, Prefeito Municipal de Sacramento e Diretor da Amvale, representando o Sr. Ângelo José Roncalli de Freitas, Prefeito Municipal de São Gonçalo do Pará e Presidente da Associação Mineira de Municípios; Altamir de Araújo Rôso Filho, Presidente da Fiemg Regional Vale do Rio Grande, representando o Sr. Olavo Machado Júnior, Presidente da Fiemg; Helder Silva Batista, Presidente da OAB de Uberaba, representando o Sr. Luis Cláudio da Silva Chaves, Presidente da OAB - Seção MG; Matusalém José Alves, Vice-Presidente Regional da Associação Mineira de Supermercados - Amis - em Uberaba, representando o Sr. José Nogueira Soares Nunes, Presidente da Amis; ex-Deputado Fahim Sawan; e Pe. Selmo Donizetti Mazeto, da Paróquia Nossa Senhora da Saúde, representando o



Arcebispo Dom Paulo Mendes Peixoto, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Carlos Mosconi, autor do requerimento que deu origem ao evento, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2012.

Carlos Mosconi, Presidente - Adelmo Carneiro Leão - Neider Moreira.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA O ENFRENTAMENTO DO CRACK, EM 25/5/2012

Às 9h45min, comparecem na Câmara Municipal de Uberlândia a Deputada Liza Prado e o Deputado Paulo Lamac, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Tenente Lúcio. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir o enfrentamento do “crack” na região e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Maria Abadia Guerra, Coordenadora do Centro de Atenção Psicossocial para Tratamento de Álcool e Outras Drogas – Caps-AD-UFU –; e Flavia Maria da Silva, Coordenadora do Cress-MG – 6º Região; e os Srs. Lúcio Flávio de Faria e Silva, Promotor de Justiça da Defesa da Saúde da Comarca de Uberlândia; José Pacífico Martins Ferreira, Secretário Municipal Antidrogas e de Defesa Social de Uberlândia; 1º-Ten. PM Thales Bastos Sampaio, Chefe do Núcleo de Prevenção Ativa; Franco Cristiano Alves, Advogado do Procon; Rosivaldo Correia de Mendonça, Vereador à Câmara Municipal de Uberlândia; Eduardo Fernandes Pérez Leal, Delegado de Polícia Civil; Renato Borges Gularte, Conselheiro Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas; Claudinei do Nascimento, Professor do Centro Universitário do Triângulo, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, na qualidade de um dos autores do requerimento que deu origem ao debate, e a Deputada Liza Prado, co-autora do requerimento, passam a fazer suas considerações iniciais. Logo após, o Presidente passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos desta reunião.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2012.

Paulo Lamac, Presidente.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA O ENFRENTAMENTO DO CRACK, EM 25/5/2012

Às 15h15min, comparecem no Auditório da Associação Comercial e Industrial de Uberaba o Deputado Paulo Lamac, membro da supracitada Comissão. Está presente também o Deputado Adelmo Carneiro Leão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir o enfrentamento do “crack” na região de Uberaba. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Maria Cristina Strama, Diretora do Departamento de Atenção Especializada da Prefeitura Municipal de Uberaba, representando o Sr. Anderson Aduino Pereira, Prefeito Municipal; o Padre Manoel Messias da Silva, Pároco e Diretor Espiritual, representando Dom Paulo Mendes Peixoto, Arcebispo Metropolitano de Uberaba; os Srs. José Severino Rosa, Vereador da Câmara Municipal de Uberaba; Reginaldo Lopes, Deputado Federal; Carlos Henrique Cotta D'Ángelo, Delegado de Polícia Federal em Uberaba; e Francisco Eduardo Gouvêa Motta, Delegado Regional de Polícia Civil – Uberaba; o Ten. PM Carlos Eduardo da Silva, representando o Ten.-Cel. PM Ademir Ribeiro de Moura, Comandante do 4º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais; e o Cap. PM Flávio Jackson Santiago, Chefe da Seção de Operações da PMMG de Uberaba; os Srs. Ricardo Andrade Oliveira, Coordenador Nacional da Comunidade Nova Jerusalém, representando a Sra. Cátia Silva, Presidente; e Rubens Luiz Borges, Defensor Público da Comarca de Uberaba; e o Cap. BM Josias Soares de Freitas Júnior, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Adelmo Carneiro, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2012.

Paulo Lamac, Presidente.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 29/5/2012

Às 14h39min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros, Ivair Nogueira, Neider Moreira e Doutor Viana (substituindo o Deputado Gustavo Corrêa, por indicação da Liderança do DEM), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ivair Nogueira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre

proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.086/2012 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Lafayette de Andrada). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 3.146/2012. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.311/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Rogério Correia (3) em que solicita sejam encaminhadas ao Governador do Estado e à Secretaria de Estado de Educação as notas taquigráficas da reunião do dia 15/5/2012; em que solicita seja encaminhado pedido de informações à Secretaria de Estado de Educação sobre as providências decorrentes da audiência pública que teve como objetivo debater a situação da Superintendência Regional de Ensino de Janaúba; em que solicita sejam encaminhadas as notas taquigráficas da reunião do dia 17/5/2012 ao Governador do Estado; Neider Moreira, Rogério Correia, Ivair Nogueira e Dalmo Ribeiro Silva (2) em que solicitam seja encaminhado ao Governo do Estado pedido de sobrestamento das ações de fechamento dos postos fiscais e administrações fazendárias até que se conclua a discussão sobre a questão no âmbito da Assembleia; em que solicitam seja realizada visita ao Governador do Estado para discutir sobre as ações de fechamento dos postos fiscais e administrações fazendárias do Estado; e Pompílio Canavez e Rogério Correia em que solicitam sejam encaminhadas as notas taquigráficas da 3ª Reunião Extraordinária desta comissão ao Procurador-Geral da República, ao Procurador-Geral de Justiça do Estado e ao Governador do Estado. É recebido pela Presidência, para posterior apreciação, requerimento da Comissão de Direitos Humanos em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater a implementação, no Estado de Minas Gerais, da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), que entrará em vigor a partir do dia 16/5/2012, bem como os direitos violados por conta da não aplicação da referida lei no Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de junho de 2012.

Délio Malheiros, Presidente - Ivair Nogueira - Fred Costa - Lafayette de Andrada.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 30/5/2012

Às 9h1min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Duarte Bechir, Rômulo Viegas e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir a situação das famílias da ocupação Braúnas, em Ribeirão das Neves, que foram alvo de despejo com violação de direitos fundamentais, a despeito de estarem no terreno há 30 anos ininterruptos. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Cryzthiane Andrade Linhares, Defensora Pública do Núcleo Direitos Humanos; Marinance Pires Silva, Supervisora de Programas Sociais da Secretaria de Assistência Social de Ribeirão das Neves; Lílian da Costa Silva, representante dos moradores da Vila Braúnas; os Srs. Marcelo Fonseca da Silva, Procurador-Geral do Município de Ribeirão das Neves; Sandro Nogueira de Melo, Coordenador da Defesa Civil Municipal de Ribeirão das Neves; Joviano Gabriel Maia Mayer, advogado das famílias; Sidnei Moraes Martins e Vicente Mendonça da Costa, representantes dos moradores da Vila Braúnas, que são convidados a tomar assento à mesa. O Deputado Durval Ângelo, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.052, 3.060, 3.062, 3.082 e 3.083/2012. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Durval Ângelo em que solicita sejam enviadas as notas taquigráficas desta reunião ao Ministério Público e ao Juiz da 1ª Vara Cível da Comarca de Ribeirão das Neves. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2012.

Durval Ângelo, Presidente.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA O ENFRENTAMENTO DO CRACK, EM 30/5/2012

Às 9h15min, comparece no Teatro Zélia Olguim, no Município de Ipatinga, o Deputado Paulo Lamac, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir o enfrentamento do “crack” na região e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Maria Cristina de Oliveira Abrantes, Referência Técnica em Saúde Mental da Clínica PsicoSocial-Clips e Coordenadora Municipal de Saúde; Maria Lúcia Valadão, Presidente do Núcleo Assistencial Eclético Maria da Cruz; e os Srs. Cemário Jesus Campos de Souza, Secretário Municipal de Assistência Social; Leandro Catarina Leal, Presidente da Associação dos Farmacêuticos do Vale do Aço; Pe. Geraldo Ildeo Franco, da Paróquia Sagrado Coração de Jesus; Alessander Esteves Palmeira, Delegado Regional de Polícia Civil; Cap. PM César Freitas da Silva, representando o Ten.-Cel. Francisco Assis de Oliveira, Comandante do 14º Batalhão da PMMG; Luciano Júnior Oliveira, Vice-Presidente do Conselho Municipal Antidrogas, que são convidados a tomar assento à mesa.

O Presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, passa a fazer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2012.

Paulo Lamac, Presidente.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 30/5/2012

Às 9h35min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Hely Tarquínio, Doutor Wilson Batista e Neider Moreira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Wilson Batista, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.259/2011, no 1º turno (Deputado Adelmo Carneiro Leão), e 2.897/2012, no 1º turno (Deputado Hely Tarquínio). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 381/2011 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e com a Emenda nº 1, que apresenta (relator: Deputado Doutor Wilson Batista); 656/2011 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Doutor Wilson Batista), e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.777/2011 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Doutor Wilson Batista). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 3.075/2012, que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.077, 3.092 e 3.147/2012. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Adelmo Carneiro Leão em que solicita seja enviado ofício ao Diretor-Geral do Hospital Regional Antônio Dias, de Patos de Minas, solicitando informações sobre denúncias de casos de assédio moral, carência de servidores técnicos de farmácia, infraestrutura inadequada e irregularidades na atuação de acadêmicos de medicina de uma universidade particular. São recebidos pela Presidência requerimentos dos Deputados Liza Prado e Fred Costa (2) em que solicitam seja realizada audiência pública para discutir o Projeto de Lei nº 268/2002, que dispõe sobre o exercício da medicina e tramita no Senado Federal, e Carlos Mosconi em que solicita seja encaminhada à Gerência de Auditoria Assistencial da Secretaria de Estado de Saúde documentação referente a denúncia de maus tratos a pacientes internados na Residência Terapêutica da Pampulha, nesta Capital. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de junho de 2012.

Carlos Mosconi, Presidente – Neider Moreira – Doutor Viana.

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 30/5/2012

Às 10h03min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Bosco, Carlin Moura e Neilando Pimenta, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Bosco, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofícios dos Srs. Cláudio Costa, Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, e Eugênio Ferraz, Diretor-Geral da Imprensa Oficial do Estado, em que agradecem o convite para o debate público realizado por esta Comissão e justificam sua ausência. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.899/2011, em 1º turno, e 2.994/2012, em turno único (Deputado Duarte Bechir); 2.282/2011, em 1º turno, e 2.579/2011, em turno único (Deputado Bosco); 2.775/2011, em 1º turno (Deputado Carlin Moura); e 3.059/2012, em turno único (Deputado Neilando Pimenta). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Registra-se a presença do Deputado Duarte Bechir. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.579/2011, que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.975 e 2.997/2012. Retira-se da reunião o Deputado Duarte Bechir. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.029, 3.037, 3.038, 3.048, 3.049, 3.055, 3.056, 3.057, 3.063, 3.064, 3.065, 3.078, 3.079 e 3.081/2012. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.551/2011, 2.785, 2.857, 2.858, 2.903, 2.904, 2.906 e 2.939/2012. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Bosco em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 2.282/2011, em tramitação nesta Casa; e Carlin Moura em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater a ampliação e o fortalecimento dos cursos do Reuni, em especial o curso de Ciências do Estado, oferecido pela Faculdade de Direito da UFMG. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a

presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de junho de 2012.

Carlin Moura, Presidente – Maria Tereza Lara.

ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 30/5/2012

Às 14 horas, comparece no Município de Uberaba o Deputado Durval Ângelo, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, que dá por aprovada, e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir a intervenção do Poder Judiciário que impediu, através de medida liminar prolatada pelo Juiz Federal da 1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Uberaba, a discussão de temas referentes a imóvel localizado na área rural desse Município, em reunião da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, ocorrida em 16/5/2012, em consequência de violação de dispositivos constitucionais com repercussão sobre direitos humanos. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Afonso Henrique de Miranda Teixeira, Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Conflitos Agrários; Deputado Federal Padre João; Carlos Alberto Menezes Calazans, Superintendente Regional do Incra; Carlos Geraldo Valadares Júnior, Chefe da Procuradoria Regional do Incra; Carlos Alberto Valera, Promotor de Justiça Coordenador das Promotorias de Justiça das Bacias do Rio Paranaíba e Baixo Rio Grande; Francisco Eduardo Gouvêa Motta, Delegado Regional de Polícia Civil de Uberaba; José Oliveira da Silva, Coordenador da Comissão Pastoral da Terra em Uberlândia; Estevão Ferreira Couto, Defensor Público Federal; Carlos Gaspar Alves, Conselheiro da OAB-MG - 14ª Subseção de Uberaba - ; João Francisco Andrade Lima Oliveira, Delegado de Polícia Civil; Cel. PM Laércio dos Reis Gomes, Comandante da 5ª Região da Polícia Militar, que são convidados a tomar assento à mesa. O Deputado Durval Ângelo, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de junho de 2012.

Durval Ângelo, Presidente – Rômulo Viegas – Sargento Rodrigues – Célio Moreira.

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 30/5/2012

Às 14h9min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Doutor Viana, Antônio Júlio, Gustavo Perrella e Romel Anízio, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica que está aberto até o dia 11/6/2012 o prazo para o recebimento de emendas ao Projeto de Lei nº 3.164/2012. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados citados a seguir: no 1º turno, Projetos de Lei nºs 2.382/2011 (Romel Anízio) e 2.745/2011, 2.996 e 3.086/2012 (Zé Maia); e, em turno único, Mensagens nºs 225, 228 e 233/2012 (Doutor Viana); 226, 232 e 234/2012 (Romel Anízio); 227/2012 (João Vítor Xavier); 229/2012 (Zé Maia) e 230, 231 e 235/2012 (Gustavo Perrella). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Presidente retira de pauta os Projetos de Lei nºs 58/2011 e 3.060 a 3.062/2012 por não cumprirem pressupostos regimentais. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela ratificação, em turno único, dos regimes especiais de tributação encaminhados pelas Mensagens nºs 225, 228 e 233/2012 (relator: Doutor Viana) e 227/2012 (relator: Deputado Doutor Viana, em virtude de redistribuição); 226, 232 e 234/2012 (relator: Deputado Romel Anízio) e 230, 231 e 235/2012 (relator: Deputado Gustavo Perrella), os quais concluem pela apresentação de projeto de resolução; e é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.382/2011 com a Emenda nº 1, da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (relator: Deputado Romel Anízio). Na fase de discussão, em turno único, do parecer do relator, Deputado Zé Maia, que conclui pela ratificação, por meio de projeto de resolução, do regime especial de tributação encaminhado pela Mensagem nº 229/2012, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Antônio Júlio. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Resolução nºs 2.989 a 2.991 e 2.993/2012, que receberam parecer por sua aprovação na forma dos Substitutivos nº 1. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da Comissão. O Presidente recebe requerimentos da Comissão de Direitos Humanos (3) em que solicita sejam realizadas audiências públicas para debater os valores recebidos pelos Conselheiros das empresas públicas do Estado de Minas Gerais, dentre elas Copasa, Cemig, Codemig, Cohab, Gasmig e Copanor; para debater a alteração nas regras de pagamento da energia fornecida para distribuição de água na região da Sudene, antes arcada pelas Prefeituras Municipais e agora transferida para as associações comunitárias dos Municípios; e para apurar denúncia de fraude no processo de concessão do estacionamento do Centro de Especialidades Médicas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de junho de 2012.

Doutor Viana, Presidente – Gustavo Perrella – Rômulo Viegas – Lafayette de Andrada.

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA O ENFRENTAMENTO DO CRACK, EM 30/5/2012

Às 14h15min, comparece na Câmara Municipal de Timóteo o Deputado Paulo Lamac, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir o enfrentamento do “crack” na região e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Virginia Scarpatti, Vereadora à Câmara Municipal de Timóteo; Patrícia Dias Silva, Secretária Municipal de Assistência Social de Timóteo; Nádja Maria Fernandes, Defensora Pública, e os Srs. Douglas Willkys Alves de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Timóteo; Wanderley Nobre, Willian Salim Costa, José Vespasiano Cassimiro, José Constantino Coronel, Cleydson Drumond, Vereadores à Câmara Municipal de Timóteo; Marcos da Luz, Vereador à Câmara Municipal de Coronel Fabriciano; Pe. Sérgio Henrique, Administrador Paroquial da Paróquia São Sebastião; Marconi José Freitas da Nóbrega, Presidente da Comunidade Terapêutica Projeto Vida; Alfredo Peri, Psicopedagogo da Comunidade Terapêutica Monte Sinai; José Pedro de Souza, Gerente-Geral da Associação Clínica de Recuperação de Toxicômanos e Alcoólatras; Weliton Inácio da Silva, Presidente do Conselho Municipal Antidrogas de Timóteo; Cabo PM Clístenes Silvestre Alves, representando o Cap. PM Sérgio Renato, Comandante da 85ª Cia. de Polícia Militar; Simone Costa Klein, Terapeuta Ocupacional da Comunidade Terapêutica Esperança, representado André Vargas Diniz, Coordenador; Luciano Júnior Oliveira, Coordenador da Coordenação Metropolitana Vale do Aço; Ricardo Megre Álvares da Silva, Gerente de Atenção Básica da Prefeitura de Timóteo, representando Fabiano Moreira da Silva, Secretário Municipal de Saúde, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, passa a fazer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de maio de 2012.

Paulo Lamac, Presidente.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 30/5/2012

Às 14h31min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Lafayette de Andrada, Luiz Henrique e Fred Costa (substituindo o Deputado Deiró Marra, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Lafayette de Andrada, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Henrique, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 3.060 e 3.061/2012 (Deputado Fred Costa) e 3.062/2012 (Deputado Luiz Henrique). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de lei nºs 3.060 a 3.062/2012, que receberam parecer por sua aprovação. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de junho de 2012.

Lafayette de Andrada, Presidente - João Leite - Tiago Ulisses.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 30/5/2012

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Antônio Carlos Arantes, Romel Anízio e Doutor Viana, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Romel Anízio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 3.151/2012, em turno único, do qual designou como relator o Deputado Romel Anízio. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 3.096 e 3.114/2012, que receberam parecer por sua aprovação. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos dos Deputados Antônio Carlos Arantes e Inácio Franco (2) em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública para debater o andamento dos processos de georreferenciamento em propriedades mineiras; e seja encaminhado à Diretoria-Geral do Inbra, à Superintendência dessa autarquia no Estado e ao Exército Brasileiro pedido de informações, com envio de dados oficiais referentes à questão, sobre a quantidade de processos de

georreferenciamento demandados e cumpridos em propriedades mineiras nos últimos dois anos; e da Deputada Liza Prado em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater e colher sugestões de agricultores familiares quanto às dificuldades que vêm enfrentando na venda direta de produtos às escolas e para conhecer as experiências exitosas desses agricultores. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de junho de 2012.

Antônio Carlos Arantes, Presidente – Fabiano Tolentino – Tiago Ulisses – Doutor Viana.

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 30/5/2012

Às 15h1min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados João Leite, Sargento Rodrigues e Rômulo Viegas (substituindo o Deputado Zé Maia, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados João Leite e Rômulo Viegas em que solicitam seja encaminhado ao Secretário de Desenvolvimento Social pedido de providências para determinar a unificação e a integração dos cadastros efetivados pelos serviços de assistência social no Estado, especialmente Cras e Creas, com o intuito de dar conhecimento dos dados sobre pessoas em situação de rua e andarilho e de consolidar esses dados; João Leite, Sargento Rodrigues e Rômulo Viegas em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública para conhecer os dados levantados pela Fundação João Pinheiro a respeito de indicadores e estudos de segurança pública no Estado; Sargento Rodrigues (8) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater os desafios e os avanços trazidos pela implantação da Lei Estadual nº 19.981, de 28/12/2011, bem como os mecanismos de fiscalização e as medidas adotadas pelas autoridades competentes pra garantir o cumprimento da referida lei; seja encaminhado ao Chefe da Polícia Civil pedido de providências para lotar um escrivão de carreira na delegacia de polícia do Município de Rio Casca; seja encaminhado ao Secretário Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República pedido de providências para alterar a Lei Federal nº 12.127, de 2009, de modo que adultos e idosos possam ser incluídos no cadastro nacional, unificando-se os bancos de dados dos Estados; seja encaminhado ao Secretário de Estado de Defesa Social pedido de providências para disponibilizar à Divisão de Referência da Pessoa Desaparecida equipamentos como “softwares” de simulação de atualização de fotos, binóculos digitais, “tablets”, armadilhas digitais que permitem rastrear o endereço Internet Protocol de computadores, bem como helicópteros para buscas nas regiões integradas de segurança pública; seja encaminhado à Presidente do Serviço Voluntário de Assistência Social – Servas – pedido de providências para intensificar e ampliar a campanha Volta, que tem por objetivo contribuir na localização de pessoas desaparecidas com a divulgação de filmes e fotos nos principais veículos de comunicação e a distribuição de cartazes em todo o Estado; sejam encaminhadas cópias dos vídeos gravados pela TV Assembleia dos depoimentos das mães do menor Pedro Prates Beltrão e do garoto Douglas, desaparecidos, ao Comandante-Geral da Polícia Militar, ao Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar e ao Chefe da Polícia Civil; sejam encaminhados os trechos das notas taquigráficas da 14ª Reunião Ordinária desta Comissão que contém as manifestações dos familiares de Vinícius Maia de Carvalho e do Sargento reformado Marcos dos Reis Henriques, desaparecidos desde 2011, e documento relativo ao caso ao Comandante-Geral da Polícia Militar, ao Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar e ao Chefe da Polícia Civil; seja encaminhado ao Juiz da Vara de Contagem responsável pelo Inquérito Policial nº 151/12 pedido de providências para agilizar o deferimento da quebra de sigilo telefônico requerida pela autoridade policial nos autos do referido inquérito, instaurado para apuração do desaparecimento de Marcos dos Reis Henriques. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de junho de 2012.

Maria Tereza Lara, Presidente – Sargento Rodrigues – Dalmo Ribeiro Silva – Célio Moreira.

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA O ENFRENTAMENTO DO CRACK, EM 31/5/2012

Às 9h15min, comparecem ao Teatro Zacaria Marques, em Muriaé, os Deputados Paulo Lamac e Doutor Wilson Batista, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscrive. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir o problema do “crack” e seu enfrentamento. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Rosa de Fátima Dutra, assistente social do Projeto Elohim; e os Srs. Cloves Eduardo Benevides, Subsecretário de Estado de Políticas sobre Drogas; Sinésio Pereira de Melo, Vereador da Câmara Municipal de Muriaé; Carlos Eduardo de Oliveira, Defensor Público na Comarca de Muriaé; Alexandre de Assis Moreira, Assessor, representando o Sr. Augusto Vinícius Fonseca e Silva, Juiz da Vara Criminal da Comarca de Murié; o Ten.-Cel. PM Rodrigues, Comandante do 47º Batalhão de Polícia Militar de Muriaé; o Sgt. PM Ronaldo Sérgio de Souza, Coordenador do Programa Educacional de Resistência às Drogas em Muriaé; o Sgt. PM Fabiano Antônio e Silva, Diretor da Comunidade Terapêutica Elohim e Presidente do Conselho Municipal Antidrogas de Muriaé; os Srs. Patrick de Araújo Silva, Conselheiro da 36ª Subseção da OAB-MG, de Muriaé, representando a Sra. Ana Paola Medeiros de Oliveira Carneiro, Presidente dessa subseção; Gustavo Ferreira de Oliveira, Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Muriaé; Otávio de Assis dos



Santos, Presidente da Comunidade Terapêutica El Shaday; Volney Rosa da Silva, Presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública de Muriaé; o Cap. PM Denio Sebastião Martins de Carvalho, Chefe de Recursos Humanos do 47º Batalhão de Polícia Militar de Muriaé, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Doutor Wilson Batista, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de junho de 2012.

Paulo Lamac, Presidente – Liza Prado – Célio Moreira.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 4/6/2012

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Neider Moreira e Doutor Viana, membros da supracitada Comissão. Estão presentes também os Deputados Dinis Pinheiro e Pompílio Canavez. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, declara aberta a reunião e, com base no art.120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior e dá-a por aprovada. A Presidência informa que a reunião se destina a apresentação da campanha Assine + Saúde, que tem por objetivo a coleta de assinaturas para a apresentação de projeto de lei de iniciativa popular propondo o investimento de 10% da receita corrente bruta da União na saúde pública. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Eugênio Pinto, Prefeito Municipal de Itaúna; Pedro Paulo Pinto, Vice-Prefeito de Itaúna; Édio Gonçalves Pinto, Presidente da Câmara Municipal de Itaúna; a Sra. Kênia Silveira Carvalho Damásio, Superintendente Regional de Saúde em Divinópolis, representando o Sr. Antônio Jorge de Souza Marques, Secretário de Estado de Saúde; os Srs. Paulo Roberto Pio Duarte, Humberto dos Santos Rocha e Leandro Dornas de Oliveira, Defensores Públicos e Coordenadores Locais da Defensoria Pública de Minas Gerais; Lincoln Lopes Ferreira, Presidente da Associação Médica de Minas Gerais; Adalberto Rodrigues da Fonseca, Prefeito Municipal de Cláudio, representando o Sr. Ângelo José Roncalli de Freitas, Prefeito Municipal de São Gonçalo do Pará e Presidente da Associação Mineira de Municípios; a Sra. Vanésia Aparecida de Lima Bernardes, Secretária Municipal de Saúde, representando o Sr. Mauro Guimarães Junqueira, Presidente do Colegiado de Secretários Municipais de Saúde; Alberto Gigante Quadros, Secretário do Conselho Regional de Medicina, representando o Presidente João Batista Gomes Soares; a Sra. Jussara Francisca Santos, Diretora da Escola Estadual de Itaúna; e o Padre Francisco Cota de Oliveira, da Paróquia de Santana, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Carlos Mosconi, autor do requerimento que deu origem ao evento, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de junho de 2012.

Adelmo Carneiro Leão, Presidente – Doutor Viana – Carlin Moura – Paulo Guedes.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 5/6/2012

Às 9h41min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Sargento Rodrigues e Célio Moreira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Maria Tereza Lara, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no “Diário do Legislativo”, na data mencionada entre parênteses: ofícios das Sras. Miriam Vaz Chagas, Juíza de Direito da Comarca de Ribeirão das Neves, Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Casa Civil, e Andrea Mismotto Carelli, Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO-IJ-MG, e dos Srs. Djalma Bastos de Moraes, Presidente da Cemig, Rômulo de Carvalho Ferraz, Secretário de Defesa Social, Cláudio Renato dos Santos Costa, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado (3), Cel. PM Marco Antônio Badaró Bianchini, Chefe da Assessoria Institucional da PMMG, Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça, e Jorge Alexandre de Andrade Rodrigues, Promotor de Justiça (31/5/2012); da Sra. Kátia Luciene de Azevedo Saraiva, Vice-Presidente da Subseção OAB-MG de Várzea da Palma, e dos Srs. Vicente de Paula Moreira de Souza, Vereador da Câmara Municipal de Caxambu, e Fidelcínio Pedrosa Filho, Diretor de Telecomunicações da Polícia Civil (1º/6/2012). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 439/2011 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2 (relator: Deputado Sargento Rodrigues). O Deputado Célio Moreira retira-se da reunião. Registra-se a presença da Deputada Liza Prado. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.162, 3.175 a 3.177, e 3.181 a 3.183/2012. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Sargento Rodrigues (2) em que solicita seja formulada manifestação de aplauso aos policiais militares lotados na 3ª CIA ROTAM/P2/EM/BTL, pela atuação no Bairro Bom Jesus, que culminou na apreensão de drogas, 2 armas fogo, além da quantia de aproximadamente R\$ 5.400,00 em dinheiro e outros materiais úteis à fabricação e à comercialização de drogas,



encontrados em poder de três adultos e um menor de idade, os quais foram presos em flagrante delito e o menor conduzido ao Dopcad, e seja realizada reunião de audiência pública para debater os crescentes índices de criminalidade violenta que assolam o Município de Passos e região; da Deputada Liza Prado em que solicita seja convidado o Secretário de Defesa Social para prestar esclarecimentos sobre seu planejamento para a Pasta, bem como os planos de melhoria para o efetivo das forças policiais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de junho de 2012.

João Leite, Presidente - Célio Moreira - Luiz Henrique.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 43ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/6/2012

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 19/2011, do Deputado Gustavo Valadares, que altera a Lei Complementar nº 89, de 12/1/2006. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.667/2011, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera dispositivos da Lei nº 11.963, de 30/10/1995. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.523/2011, do Deputado Zé Maia, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Delfinópolis o trecho que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.784/2012, do Governador do Estado, que autoriza a Ruralminas a doar ao Município de Matias Cardoso o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.915/2012, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 19.552, de 4/8/2011. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.916/2012, do Governador do Estado, que altera dispositivos da Lei nº 17.701, de 4/8/2008. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.917/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.918/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.919/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.958/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Couto de Magalhães de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.



Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.959/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.960/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.961/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3/2011, do Deputado Sargento Rodrigues e outros, que altera os arts. 55, 56, 62 e 70 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 568/2011, do Deputado Agostinho Patrus Filho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tocos do Moji o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.561/2011, do Deputado Gustavo Corrêa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Goiabeiras o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.056/2011, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pocrane os imóveis que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.169/2011, do Deputado Paulo Lamac, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Coimbra o trecho que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.196/2011, do Deputado Antônio Carlos Arantes, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Tomás de Aquino o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.729/2011, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bicas o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.730/2011, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piracema o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.731/2011, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Presidente Juscelino o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.856/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Antônio Carlos o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.907/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Campos Gerais o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 367/2011, do Deputado Sargento Rodrigues, que torna obrigatória para o fornecedor de produtos e serviços de consumo a fixação de data e hora para sua entrega e instalação. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº1, que apresenta. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 625/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 941/2011, do Deputado Arlen Santiago, que dispõe sobre a afixação de cartazes informativos em postos de combustíveis e restaurantes localizados às margens de rodovias estaduais, alertando motoristas de caminhões sobre os riscos de dirigirem sob efeito de álcool, drogas e medicamentos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.169/2011, do Deputado Leonardo Moreira, que proíbe as instituições de ensino superior de efetuarem qualquer tipo de cobrança para emissão de diploma de conclusão de curso. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Educação, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.344/2011, do Deputado Luiz Carlos Miranda, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Raul Soares a área que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.



Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.781/2012, do Governador do Estado, que institui o Fundo Estadual de Café – Fecafé. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto, com as Emendas nºs 1 a 7, que apresenta. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto, com as Emendas nºs 1 a 7, da Comissão de Justiça, e com as Emendas nºs 8 a 14, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto, na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 11 e 12, da Comissão de Política Agropecuária.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.996/2012, do Governador do Estado, que altera o art. 13 da Lei nº 19.091, de 30/7/2010, que dispõe sobre o Fundo Estadual de Habitação, criado pela Lei nº 11.830, de 6/7/1995. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.033/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itacambira o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.034/2012, do Deputado Duarte Bechir, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santo Antônio do Amparo o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.056/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carmópolis de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.057/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Capim Branco o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.058/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Barão do Monte Alto o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.086/2012, do Governador do Estado, que cria o cargo de Secretário de Estado Extraordinário para Coordenação de Investimentos no âmbito do Poder Executivo do Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 12/6/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.545/2011, do Deputado Bruno Siqueira.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.128/2011, do Deputado Delvito Alves.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 3.202/2012, da Deputada Liza Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 12/6/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.108/2012, do Deputado Fred Costa.

Debate sobre a preservação da Estação Ecológica de Fechos, localizada no Município de Nova Lima.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 12/6/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir o combate ao uso de drogas com concentração no comércio do hipercentro de Belo Horizonte, com a presença de convidados.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 12/6/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.099/2012, do Governador do Estado; 989/2011, do Deputado Dinis Pinheiro; 1.183, 1.238 e 1.239/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 2.436/2011, do Deputado Célio Moreira; 2.759/2011, do Deputado Doutor Wilson Batista; 3.064/2012, da Deputada Liza Prado; 3.088/2012, do Deputado Anselmo José Domingos; 3.103/2012, do Deputado Gilberto Abramo; e 3.160/2012, do Deputado Anselmo José Domingos.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 283/2011, do Deputado Elismar Prado; 2.313/2011, do Deputado Tiago Ulisses; 3.089/2012, do Deputado Carlos Mosconi; 3.171/2012, do Deputado Paulo Guedes; 3.174/2012, do Deputado Bruno Siqueira; 3.178, 3.179, 3.180 e 3.187/2012, do Deputado João Vítor Xavier; 3.190/2012, da Deputada Rosângela Reis; e 3.192/2012, do Deputado André Quintão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 12/6/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 885/2011, do Deputado Carlin Moura.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 3.204/2012, da Deputada Liza Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 12/6/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 700/2011, do Deputado Arlen Santiago, e 3.128/2012, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 12/6/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Realização de debate, em audiência pública com convidados, sobre os procedimentos que devem ser adotados pelas autoridades públicas na aplicação da Lei Seca, bem como sobre a obtenção de informações acerca dos resultados da campanha para a educação no trânsito e a elevação da Cia. de Trânsito à Batalhão de Trânsito de Belo Horizonte; e discussão sobre as políticas públicas que visem à conscientização da importância social da referida lei.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 12/6/2012**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei n.ºs 135/2011, do Deputado Elismar Prado; 3.126/2012, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 3.132/2012, do Deputado Celinho do Sintrocetel; 3.140/2012, do Deputado Antônio Júlio; 3.155/2012, do Deputado Gilberto Abramo; e 3.159/2012, da Deputada Rosângela Reis.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA O ENFRENTAMENTO DO CRACK, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 12/6/2012**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 12/6/2012**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 13/6/2012**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão, em audiência pública, com a presença de convidados, sobre a transferência de 17 pacientes do Ipsemg, em 30/4/2012, da Clínica Serra Verde para a Casa de Saúde Santa Izabel, hospital psiquiátrico privado, localizado em Barbacena, desrespeitando o direito de desinstitucionalização previsto em lei.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 13/6/2012**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação sobre pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo**

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Rômulo Viegas, Ulysses Gomes e Vanderlei Miranda, membros da supracitada Comissão, para a reunião com a presença de convidados a ser realizada em 12/6/2012, às 10h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater a carga tributária e os incentivos fiscais para o setor produtivo da cachaça no Estado e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 11 de junho de 2012.

Tenente Lúcio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Conjunta das Comissões do Trabalho, da Previdência e da Ação Social e de Participação Popular**

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Carlos Pimenta, Juninho Araújo, Pompílio Canavez e Tadeu Martins Leite, membros da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social; os Deputados André Quintão, Fred Costa, Bosco, Carlin Moura e Neilando Pimenta, membros da Comissão de Participação Popular, para a reunião a ser realizada em 12/6/2012, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater, em audiência pública, questões afetas à erradicação do trabalho infantil e à profissionalização e encaminhamento ao trabalho digno e decente dos adolescentes e jovens do Estado e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 11 de junho de 2012.

Rosângela Reis, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão Especial da Violência Contra a Mulher**

Nos termos regimentais, convoco as Deputadas Luzia Ferreira, Rosângela Reis e Maria Tereza Lara e o Deputado Ivair Nogueira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 12/6/2012, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater as condições de acesso à justiça da mulher vítima de violência e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 11 de junho de 2012.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária**

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Doutor Viana, Antônio Júlio, Gustavo Perrella, João Vítor Xavier, Romel Anízio e Ulysses Gomes, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 12/6/2012, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 2.745/2011, do Governador Antonio Augusto Junho Anastasia, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 11 de junho de 2012.

Zé Maia, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão Especial da Violência Contra a Mulher**

Nos termos regimentais, convoco as Deputadas Luzia Ferreira, Rosângela Reis e Maria Tereza Lara e o Deputado Ivair Nogueira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 15/6/2012, às 9 horas, no Auditório Antônio Rodrigues D'Oliveira da Unifei, localizado na Rua Coronel Rennó, nº 7, Centro, no Município de Itajubá, com a finalidade de contextualizar a situação de violência contra a mulher no Município e região e debater a política de enfrentamento à violência e de atenção à mulher vitimizada, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 11 de junho de 2012.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 135/2011****Comissão de Esporte, Lazer e Juventude****Relatório**

De autoria do Deputado Elismar Prado, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Bela Vista Esporte Clube - BVEC -, com sede no Município de Piumhi.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 135/2011 tem por escopo declarar de utilidade pública a Associação Bela Vista Esporte Clube - BVEC -, com sede no Município de Piumhi, entidade de direito privado, sem fins econômicos, que tem como objetivo proporcionar a difusão de atividades esportivas e culturais.

Com esse propósito, a instituição atende jovens que necessitam de alternativas para sua prática esportiva, propiciando treinamento em futebol de campo, orientando-os e fornecendo-lhes o material necessário. Após o aperfeiçoamento da preparação física e do domínio da bola, passes, marcação tática e conduta esportiva, forma equipes regulares que representam o Município em competições regionais.

O objetivo final da instituição, que oferece ainda acompanhamento escolar, é a formação plena do cidadão, que aprende a driblar as dificuldades da vida, tornando-se mais sociável na escola, no trabalho e no ambiente familiar.

Cabe ressaltar que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem como finalidade adequar o nome da entidade ao consubstanciado no art. 1º de seu estatuto.

Pela relevância social do trabalho desenvolvido pelo Bela Vista Esporte Clube no Município de Piumhi, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 135/2011, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 11 de junho de 2012.

Fabiano Tolentino, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.132/2012**Comissão de Esporte, Lazer e Juventude****Relatório**

De autoria do Deputado Celinho do Sinttrocel, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Esportiva e Recreativa Mangueiras, com sede no Município de Coronel Fabriciano.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.132/2012 pretende declarar de utilidade pública a Associação Esportiva e Recreativa Mangueiras, com sede no Município de Coronel Fabriciano, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a difusão do civismo e da cultura física e a promoção social.

Com esse propósito, a instituição incentiva a prática de esportes, principalmente do futebol amador; participa de competições, sempre zelando pelo cumprimento da legislação desportiva vigente; promove reuniões recreativas de caráter social e cultural.

Cabe ressaltar que a prática de atividades desportivas traz benefícios individuais e sociais, pois contribui para a formação física e psíquica dos indivíduos e reduz a probabilidade do aparecimento de doenças. Especialmente na adolescência, quando os jovens podem ser influenciados por hábitos prejudiciais, que geram conflitos internos capazes de desvirtuar valores e dificultar a aprendizagem, o esporte se reveste de indiscutível importância, prestando grande contribuição ao desenvolvimento da sociedade.

Tendo em vista o importante trabalho social desenvolvido pela Associação Esportiva e Recreativa Mangueiras, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.132/2012, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 11 de junho de 2012.

Fabiano Tolentino, relator.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.702/2011**Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária**
Relatório

O projeto em epígrafe, de autoria do Deputado Antônio Carlos Arantes, “altera a Lei nº 14.185, de 31 de janeiro de 2002, que dispõe sobre o processo de produção do queijo minas artesanal, e dá outras providências.”

A proposição foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma original. Posteriormente, a Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, analisando o mérito da matéria, opinou pela sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Vem, agora, o projeto a esta Comissão para receber parecer quanto aos aspectos financeiro e orçamentário, em conformidade com o art. 188, combinado com o art. 102, inciso VII, "d", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei sob análise pretende alterar o art. 13 da Lei nº 14.185, de 2002, que dispõe sobre o processo do queijo minas artesanal. Segundo o referido artigo, incumbe ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG – desenvolver programa de incentivo à produção do queijo artesanal, com recursos oriundos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural – Funderur.

Em sua justificação, o autor afirma que o referido fundo foi tacitamente extinto por não atender aos requisitos estabelecidos pela Lei Complementar nº 91, de 2006, que dispõe sobre a instituição, gestão e extinção de fundos estaduais. Dessa forma, seria necessário adequar a Lei nº 14.185, de 2002, permitindo que o poder público financie e desenvolva programas junto aos produtores do queijo minas artesanal.

A Comissão de Constituição e Justiça não detectou óbice de natureza jurídico-constitucional que impeça a normal tramitação do projeto, haja vista que a matéria se encontra no domínio da competência legislativa estadual e não há “nenhuma restrição no que tange à instauração do processo legislativo por iniciativa parlamentar”.

Atenta aos objetivos da proposição e à relevância do tema, a Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial “se dispôs a contatar e ouvir atores de todas as partes da cadeia produtiva e de controle sanitário do queijo minas artesanal e, a partir desse panorama, analisar a necessidade de reformulação da lei sem outro parâmetro que não a urgente necessidade de incluir no mercado formal a sua produção e comercialização, sem abrir mão da qualidade e inocuidade do produto”. Tal iniciativa ensejou a apresentação do Substitutivo nº 1, que, para além de uma mera discussão da Lei nº 14.185, de 2002, propõe a edição da Lei dos Queijos Artesanais de Minas.

Inicialmente, o referido substitutivo apresenta conceitos sobre queijo artesanal, queijaria, queijaria núcleo, queijeiro, entreposto, termo de compromisso, ente outros. Em seguida, define quais são os queijos artesanais fabricados no Estado com massa crua e com massa cozida, bem como seus respectivos processos de fabricação.

Os arts. 6º e 7º estabelecem, respectivamente, que o leite empregado na fabricação do queijo artesanal será retirado e beneficiado na propriedade de origem e que a água utilizada será potável, podendo provir de nascente, cisterna revestida ou poço artesiano.

Nos artigos subsequentes estão previstas as formas assecuratórias da qualidade e inocuidade do queijo artesanal; exigências para se instalar a queijaria e seus respectivos responsáveis; condições e formas de transporte dos queijos.

Conforme o art. 19, para o desenvolvimento da produção de queijos artesanais, cabe ao Estado, diretamente ou por meio de convênios e outros instrumentos congêneres, implementar e manter mecanismos que promovam, entre outras situações, a adequação sanitária e a melhoria do rebanho bovino.

Ao final, propõe-se a aplicação de penalidades para quem descumprir, fraudar ou infringir os dispositivos da proposição e a revogação da Lei nº 14.185, de 2002.

Contudo, é necessário apresentar algumas alterações ao Substitutivo nº 1. Assim, com o objetivo de assegurar a observância do planejamento e orçamento do Estado, tornando mais claro o comando do “caput” do art. 19 e do seu parágrafo único, apresentamos a Emenda nº 1 ao Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial.

No que concerne à competência desta Comissão para proceder à análise da repercussão orçamentária e financeira da proposição, destaca-se que a implementação das medidas constantes no projeto original e no substitutivo apresentado não implicam despesas para o erário, pois estabelecem conceitos técnicos, métodos e processos de produção, condições para instalação das queijarias e comercialização dos seus produtos, critérios de controle e fiscalização, ou seja, normas gerais sobre a produção dos queijos artesanais no Estado.

Por oportuno, destaca-se que a Lei nº 20.024, de 2012, e a Lei nº 20.026 de 2012, que dispõem, respectivamente, sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2012-2015 e o orçamento anual do Estado para o exercício de 2012 contemplam ações que, em última análise, podem atender a algumas das medidas constantes na proposição.

Nesse sentido, citamos as ações Desenvolvimento do Agronegócio de Minas Gerais, Certificação de Propriedades Agropecuárias e Agroindustriais, Cadastro de Agroindústria de Pequeno Porte, Vigilância Sanitária Animal e Fiscalização Móvel do Trânsito de Animais, Vegetais e Produtos de Origem Animal.

Por fim, é preciso lembrar que o objetivo de se desenvolver a produção dos queijos artesanais mineiros pode deixar de ser contemplado, caso não sejam incluídas ações nos instrumentos de planejamento e orçamento do Estado, isto é, no PPAG e na LOA. A aprovação da matéria é apenas o primeiro passo para que a intenção do autor seja realizada. Assim, deve-se aproveitar o momento da apreciação daqueles instrumentos de planejamento nesta Casa, quando é possível, de fato, criar ou modificar políticas, a fim de direcionar recursos públicos para os objetivos e ações almejados no projeto.



Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.702/2011, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, com a Emenda nº 1, a seguir redigida.

EMENDA Nº 1

Dê-se ao “caput” e ao parágrafo único do art. 19 do Substitutivo nº 1 a seguinte redação:

“Art. 19 – Para o desenvolvimento da produção dos queijos artesanais mineiros, o Estado, diretamente ou por meio de convênios e outros instrumentos congêneres, implementará e manterá, observados o planejamento e a previsão orçamentária, mecanismos que promovam:

(...)

Parágrafo único: Para os fins a que se refere o inciso I do “caput”, o Estado poderá conceder subsídios para a realização de exames de tuberculose e brucelose e para a reposição de matrizes sacrificadas por serem portadoras dessas doenças, em rebanho bovino destinado à produção de queijos artesanais de produtores cadastrados.”.

Sala das Comissões, 6 de junho de 2012.

Doutor Viana, Presidente e relator - Antônio Júlio - Lafayette de Andrada - Rômulo Viegas - Tiago Ulisses - Gustavo Perrella.



COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

- O Sr. Presidente despachou, em 6/6/2012, a seguinte comunicação:

Do Deputado Vanderlei Miranda em que notifica sua ausência do País no período de 2 a 8/6/2012. (- Ciente. Publique-se.)



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBELIA

Na data de 11/6/2012, o Sr. Presidente, nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Renata Conti Guerra do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Renata Conti Guerra para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

Despacho do Gerente-Geral de Administração de Pessoal Prorrogação do prazo de posse

Danielle de Carvalho Gomes Ferreira - Prorrogação do prazo de sua posse no cargo efetivo de Analista Legislativo, na especialidade de Analista de Recursos Humanos, padrão VL-44, classe I, código AL-AN, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembleia Legislativa, por 30 dias, a partir de 16/06/2012, com base no art. 91, § 1º, da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83. Deferido.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Atrium Empresa de Viagens e Turismo Ltda. Objeto: prestação de serviços de fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, de todas as empresas aéreas, incluindo reserva de lugares, marcação, desdobramento, substituição, revalidação, cancelamento e reembolso de passagens e similares; reserva de hotéis no território nacional e no exterior; contratação de seguro no caso de viagem ao exterior; locação de veículos na localidade de destino, com ou sem motorista, com combustível, traslados e recepção em aeroportos; e de despachantes para solicitação de vistos. Objeto deste aditamento: 2ª prorrogação contratual. Vigência: 12 meses a partir de 13/7/2012 até 12/7/2013. Dotação: 1011-01-122.701-2.009 -3.3.90-10.1.

TERMO DE AFETAÇÃO

Cedente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Cessionária: Secretaria de Estado de Defesa Social. Objeto: afetação de bens móveis inservíveis. Vigência: a partir da assinatura.



ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 7/6/2012, na pág. 121, onde se lê:
“José Henrique Ferreira”, leia-se:
“José Henriques Ferreira”.